Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23198 DIRECTOR **MÁRIO MESQUITA** DIRECTORA ADJUNTA **DIANA ANDRINGA** TERÇA-FEIRA 13 MARÇO 90 60$00

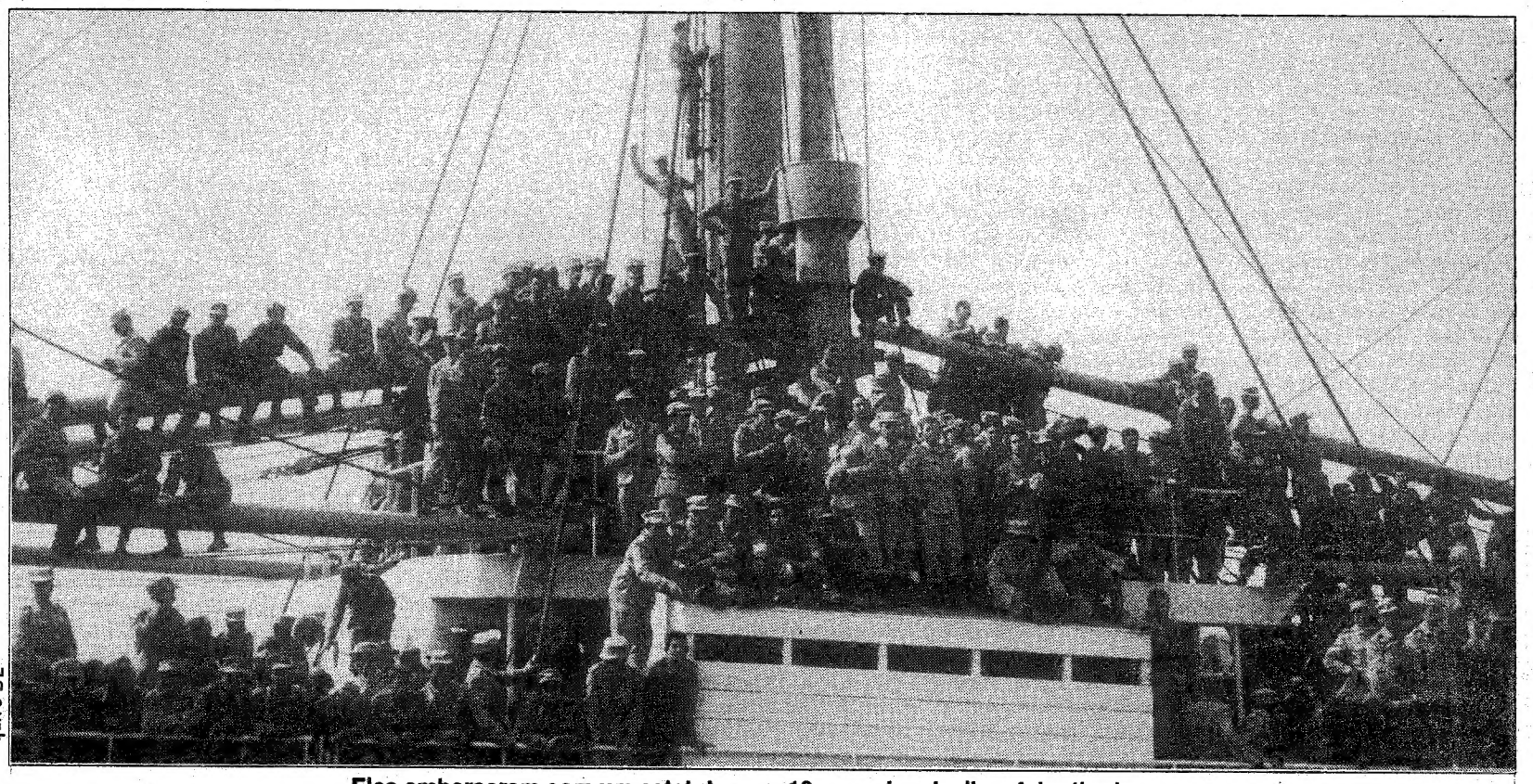
Estatuto remuneratório não contempla missões coloniais

Militares estão contra perda de tempo de guerra

Os militares na reserva e na reforma estão preocupados com as implicações do novo estatuto das Forças Armadas. Consideram-se prejudicados pela extinção do subsídio da condição militar e pela antecipação da sua passagem à reforma, colocando algumas dúvidas acerca do alcance do fundo especial que pretende completar as pensões. Acentuam que passaram à reserva num quadro legal agora alterado pelo novo estatuto remuneratório da função pública, o qual não abrange os benefícios adquiridos em missões coloniais.

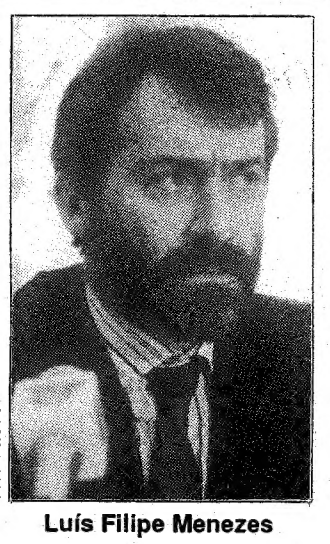
«Estamos perante uma reforma compulsiva» - declararam ao DL militares nesta situação. Afirmam que o novo estatuto militar penaliza quem transitou para a reserva, após 36 anos de serviço, a maioria deles beneficiando do cumprimento de missões nas antigas colónias. A passagem pela guerra colonial aumentou-lhes o tempo de serviço, nalguns casos para o dobro.

Perante este quadro, a Associação dos Militares na Reserva e na Reforma reuniu os seus aderentes e redigiu uma exposição para ser entregue ao ministro da Defesa Nacional, Fernando Nogueira. **Pág. 7**



Arquivo DL

Eles embarcaram com um estatuto que, 16 anos depois, lhes foi retirado



Rui Vasco

Luís Filipe Menezes

Pedida amnistia para soaristas do PSD

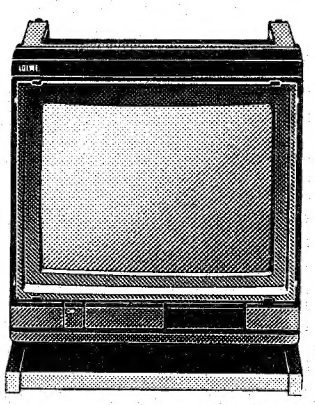
Luís Filipe Menezes, presidente da distrital do Porto do PSD, propõe ao Congresso do partido uma amnistia interna que abranja, nomeadamente, os militantes expulsos por terem apoiado Mário Soares contra Freitas do Amaral nas eleições presidenciais. A proposta consta da moção apresentada por aquela distrital ao Congresso do PSD, que se reunirá em Lisboa entre 6 e 8 de Abril. O prazo para apresentação de moções já expirou, havendo sete , incluindo a da comissão política,não estando em causa o apoio à candidatura de Soares **Pág. 8**

Chissano aceita proposta de Bush

O plano de paz americano é, todavia, rejeitado pela Renamo

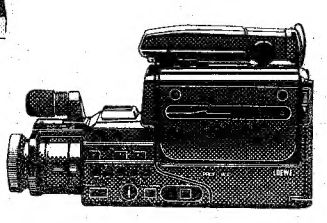
Num encontro ocorrido hoje, na Casa Branca, o Presidente norte-americano, George Bush, apresentou ao seu homólogo moçambicano, Joaquim Chissano, um plano de paz, em sete pontos, destinado a contribuir para o início de conversações directas entre o Governo de Maputo e a Renamo. Uma fonte diplomática moçambicana em Washington disse entretanto que Chissano "não levanta obstáculos" ao plano norte-americano. Trata-se do mesmo documento que no fim do ano passado já havia sido rejeitado pelo próprio líder dos rebeldes moçambicanos, Afonso Dlhakama, durante um encontro com diplomatas norte-americanos em Harare. **Pág. 12**

Hoje: Suplemento Económico



Loewe Profi P115
TV portátil / monitor
50 programas
Cinescópio de 40 cm,
Flat-square
Hiperbanda

Loewe Camcorder
Profi 810
1 170 gr de
técnica de vanguarda



LOEWE.

Representante em Portugal:
SOC. DE REP.
SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 951 50 03 ◦ Lisboa ☎ 77 78 24

Israel: demissão de Shimon Peres reabre crise política *Pág. 11*

Gorbachev condena independência da Lituânia *Pág. 10*

Sacchetti e Garcia dos Santos analisam serviço militar obrigatório *Págs. 16 e 17*

Minorias étnicas: como são tratadas em Portugal? *Págs. 2, 3 e 4*

José Fernandes Fafe em Auto-Retrato *Pág. 6*

Lotaria Popular

1.º 154 305 2.º 273 919 3.º 206 694
4.º 085 587

Minorias étnicas

Somos cada vez mais um país cosmopolita, mas a xenofobia que nos vitima em França ou na Alemanha cultivamo-la em Portugal contra quem está pior do que nós, tem a pele mais escura e vem mais do Sul. Temos no entanto alguma má consciência, e preferimos que a realidade nos seja mais pesada do que é. O «DL» andou por aí, viu, ouviu, fez perguntas e pode afirmar que, apesar de tudo, as «nossas» minorias étnicas se não estão integradas estão pelo menos inseridas

GRANDE ANGULAR

Timorenses

A morte lenta do crocodilo

Por cá estão cerca de dois mil. Sentem-se exilados na casa paterna. São cidadãos portugueses e, legalmente, não podem ser refugiados. Não têm direito a qualquer auxílio do Comissariado das Nações Unidas. As ambíguas terminologias políticas consideram-nos apenas deslocados. E, como tal, procuraram o refúgio certo no regaço do país-pai. Deslocaram-se, contrafeitos, com a mansidão do cordeiro, desejosos de se reencontrarem nessa outra família, diferente. Todos mantêm o sonho único e incontrolável de regressar a Timor.

Depois da invasão de Timor-Leste, pela Indonésia de Suharto, em 7 de Dezembro de 1975, nada ficou como dantes. Da sua cultura, que remonta à primitiva neolítica civilização austronésia, que dominara toda a região do sueste asiático, cerca do ano 2500 a.C., ficaram restos, momentos soltos. Eram vivências que tinham na terra, nas pedras e árvores da sua aldeia, na suave existência dos velhos e das crianças, no próprio cheiro, sabor e cor das suas raízes a razão de ser da tradição. Por cá, tudo se tornou difícil. Em 1976, quando não cabiam mais nas pensões, a Cruz Vermelha instalou-os na Quinta dos Balteiros, ao Vale do Jamor, bem como muitos retornados das ex-colónias portuguesas. O tempo dos liurais, da coragem e dos códigos de honra dos antepassados encontrou então a luta desigual, e transformou-se, por cá, em humilde resignação, em integração forçada nos códigos de uma sociedade individualista. A terra fértil deu lugar ao trabalho árduo dos adubos e das enxadas. As relações com os outros e com os seus deuses endureceram também, aqui.

«Não esquecemos que estamos em Portugal», diz Pedro Correia, questionado sobre o dia-a-dia. «Vivemos tipicamente de modo timorense o tempo todo», assegura. Vivem para a família, a grande, alargada família timorense. Mantêm as tradições culinárias, cultivam, nos Balteiros, inúmeras ervas por nós desconhecidas. Fazem a festa sempre que podem. Musicalmente muito dotados, cantam e dançam, se possível, pela noite fora. Reúnem-se sempre que as apertadas 24 horas dos relógios ocidentais lhes permitem. Correm ao aeroporto, se sabem que lá vem mais um irmão, amigo, amigo do seu amigo. «A própria presença dos timorenses faz a festa», remata Pedro Correia.

São gentis e corteses, não fecham a porta ao estrangeiro, mas a verdade é que estão forçadamente em terra estranha. E sobrevivem admiravelmente. Em 1976 tentaram ainda fazer, no Jamor, uma feira, o bazar, grande ponto de encontro do dia-a-dia em Timor. Mas era uma feira pequena, uma imitação de feira. «Hoje não é possível, somos muito poucos, é difícil».

Hábitos antigos, como a masca, uma mistura de areca, bétula e cal, que faz as vezes do nosso tabaco, sentem-se ainda nos tons negros e sanguíneos das bocas dos mais velhos. Diz-se que esperam ainda hoje, à chegada de qualquer timorense, a encomenda. Paixões estranhas tiveram de se sujeitar às incompreensões ocidentais. As lutas de galos estão proibidas. Em Timor, passeava-se orgulhosamente o seu galo como se fosse um cão. Diz-se também que, entre nós, há quem crie galos, que ainda há lutas. Mas aí o estrangeiro não entra. O timorense fecha-se, defende-se, protege-se das agressões culturais do país hospedeiro. «A integração é forçada e as pessoas é que têm de se sujeitar», repete Pedro Correia.

O seu ponto de encontro, o centro simbólico é o «Kablake», nome de montanha em Timor, colectividade recreativa e cultural no Vale do Jamor, de que é presidente o nosso interlocutor, Pedro Correia. Lá praticam desporto, sobretudo futebol, basquetbol, ténis de mesa, jogos tradicionais, ensaiam-se canções e danças, dá-se vida ao folclore timorense, ocupam-se os tempos livres das crianças, para que não se esqueçam de Timor, onde hão-de voltar um dia. Dá-se também espaço às sessões de esclarecimento dos políticos timorenses.

Mas o «Kablake» tem os seus dias contados no Jamor. Finalmente, até Junho próximo, os Balteiros vão acabar. Realojados sucessivamente, desde 1976, em Setúbal, no bairro da Bela-Vista, e no bairro de Laveiras, em Caxias, a grande família está mais dispersa. «O local de encontro está a esvaziar-se. Um dos grandes problemas é que vai desaparecer o centro simbólico», é a opinião de Luísa Teotónio Pereira, da Comissão para os Direitos do Povo Maubere. Mas também é certo que os Balteiros transportam em si o estigma social dos bairros de lata. E os timorenses têm consciência da miséria e da segregação, e quereriam recusá-las. Por isso, emigram sempre que possível, para a Austrália, onde ao menos têm habitação e alimentação condignas. Por cá, os subsídios da Cruz Vermelha não chegam para comer. Uma família com quinze filhos, por exemplo, recebe, nos primeiros seis meses, 19200 escudos, depois, dez mil escudos mensais. Uma só pessoa receberá, respectivamente, oito mil e 4500 escudos. Com tantas vítimas a apoiar em inúmeras campanhas solisdárias, fica, no Estado português e nas instituições, a ausência da promoção de qualquer campanha de apoio às vítimas do genocídio. E eles aqui tão perto! Os mais jovens tentam estudar, valorizar-se. Mas, mesmo aí, as leis portuguesas são-lhes adversas. Se há excepções aos «numerus clausus» para a entrada nas universidades de moçambicanos, angolanos e cabo-verdianos, não as há para os timorenses. Há já vários anos que a Fundação Austronésia Borja da Costa, instituição de carácter cultural, fundada em 1986, para apoiar, defender e divulgar os valores do povo maubere, se tem batido para furar esses «numerus clausus». Há, no entanto, um programa em cooperação com a Fundação Gulbenkian, para atribuir bolsas de estudo a timorenses. Neste ano foram 46 os jovens contemplados, dos quais 41 estão no ensino secundário.

Para Guilhermina Araújo, directora do Departamento de Projectos da Fundação Borja da Costa, é sobretudo necessário «divulgar, divulgar, divulgar...» O problema mais premente é a falta de meios e mesmo de interesse político. A actividade da Fundação tem, por isso, sido até agora de carácter sociocultural. Pontualmente, de apoio às famílias.

Contudo, o desejo é muito mais vasto, pretende-se sensibilizar linguístas, sociólogos, historiadores, criar uma biblioteca, um centro de informação e documentação, inventariar as obras de arte, o artesanato, o «souvenir». Grande parte desse espólio está hoje disperso pelas mãos de muitos que se deixaram seduzir pelo «crocodilo que fez Timor». Ruy Cinatti dedicou-lhe dois livros e uma colecção, única, legada ao Museu de Etnologia, em Lisboa.

Apesar de tudo, hoje não é o imaginário e o mistério feito de crocodilos, búfalos, cavalos e serpentes, o mundo dos «liurais», os serões das histórias contadas em Tetum, a língua cantante, que os preocupa. «Mais do que isso», diz Pedro Correia, «os timorenses devem preocupar-se com a situação que se vive em Timor». Para trás ficaram as religiões e os deuses da religião animista. Em 1975, apenas dez por cento eram católicos, por via da cultura e presença portuguesa na ilha. Hoje, oitenta por cento abraçaram a fé cristã. «Como protecção, apoio espiritual e fuga ao sufoco cultural, como forma de sobrevivência», disse Luísa Teotónio Pereira. Como forma também de resistir ao ocupante indonésio, mulçulmano, que lhes destruiu as casas sagradas. As práticas animistas não foram, no entanto, totalmente varridas. «Uma aldeia é um mundo», diz Guilhermina Araújo. Há rituais e iniciações, há crenças, há o respeito pelos antepassados, pela fonte da vida, de mistura com o imaginário cristão. Na medida do que lhes é consentido.

Em Portugal, o Estado, as instituições, as pessoas voltaram-lhes as costas. Esqueceram-nos. Não sabem nem querem saber que, ali ao lado, está outro povo. E a desilusão é enorme. Afinal

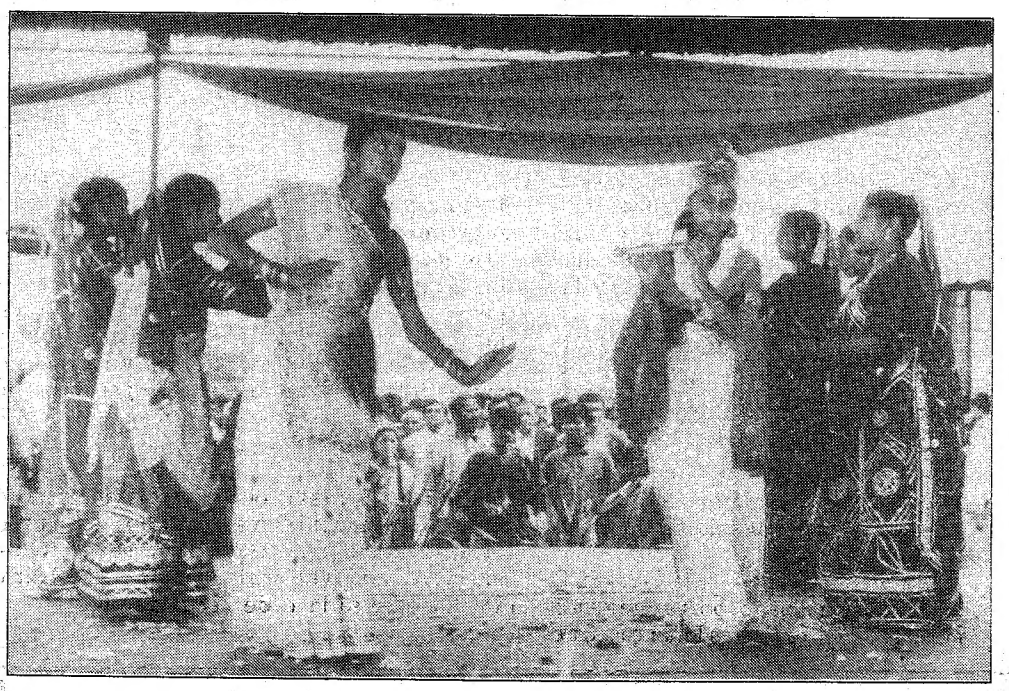
Indianos

Gente feliz sem lágrimas

Os muçulmanos, em Portugal, são hoje perto de quinze mil, maioritariamente de raça indiana, oriundos de Moçambique, e africanos, vindos da Guiné. Tentam agora levantar o censo das suas gentes, através da mesquita, preenchendo um papel. O método é moroso mas eficaz. É que todo o bom muçulmano irá à mesquita nos dois grandes Festivais, «dias de alegria». Estes assinalam o primeiro dia do Ramadão, no nono mês do calendário islâmico, mês de retiro, meditação e penitência, reservado para o jejum, desde o raiar da aurora até ao pôr do sol; e o final da peregrinação a Meca, no décimo-segundo mês, quinto mandamento da religião islâmica, local que todo o muçulmano deverá visitar, pelo menos uma vez na vida. No findo mês de Fevereiro do calendário cristão, estávamos no sétimo mês lunar dos muçulmanos.

São ritos e gestos estranhos, é o mundo de lá. Chamam-se Abdul, Mohmed, Issa, Ibrahim..., assiste-se ao prosperar dos seus negócios, distinguem-se as mulheres nos mercados, vêem-se nos restauran-

cont. na pág. 4



Indianos: a forma de sempre estar bem com os outros, passivos mas impolutos

Quando a cultura maubere parece estar em «vias de extinção» é que a descobrimos. Um tique civilizacional português?

também têm de resistir aqui. «Portugal, afinal, não é o irmão carinhoso que os acolhe. É que os timorenses são um povo de pactos, de fidelidades e de juras», disse-nos Margarida Gil, realizadora do filme «Flores Amargas», sobre Timor. E lá longe, na ilha, via-se, por vezes, nas paredes, junto à espada de guerra dos antepassados, a bandeira portuguesa. Afinal, já não são portugueses. Afinal, a integração portuguesa, como a indonésia, leva à aniquilação.

Cortês, Pedro Correia foge à questão: «Muito aconteceu e surgiu no meio de nós, desde há catorze anos. O comportamento das pessoas é muito variável, mas ainda há grupos solidários». A voz do «Liurai» de Ossu emerge das lendas: «Já não precisamos de armas, porque nunca mais faremos a guerra!» «E», reza a lenda, «há quem diga ainda ouvir, a roçar pelas árvores, a voz do Liurai de Ossu a rezar liberdade».

Manuela Baptista

Santa Catarina, um bairro exemplar

A arte de bem receber

Em Algés e arredores existem vários bairros degradados com ocupação a 90% de cabo-verdianos, sendo a maioria dos restantes 10% africanos de outros países, principalmente Angola e Guiné-Bissau, e em número praticamente irrelevante, duas ou três famílias de indianos e portugueses. Visitámos três desses bairros: Pedreira dos Húngaros, Lanferreira - ou Santas Martas - e Alto de Santa Catarina. O mais humilde, com maior número de construções em chapa de zinco, é a Pedreira dos Húngaros, e o mais rico, espaçoso e limpo o Alto de Santa Catarina. Em situação intermédia está Lanferreira.

O bairro do Alto de Santa Catarina, em Linda-a-Velha, pareceu-nos exemplar na sua arrumação, vivendo os moradores de forma semelhante à do seu país. Em todos estes bairros as pessoas são extremamente afáveis, praticando a tradicional «morabeza» (o bem receber) de Cabo Verde.

Mas Santa Catarina foi mudando, evoluiu. O presidente da sua comissão de moradores, o sr. Rolando, homem respeitado e admirado pelos vizinhos pela sua capacidade organizativa e dedicação à comunidade, falou ao DL: «Moro aqui desde 76. O bairro tem mudado muito. Primeiro houve o arranjo do pavimento, porque dantes não havia ruas alcatroadas, e no tempo das chuvas transformavam-se num lamaçal. Depois apareceu o saneamento básico: água, esgotos e electricidade. Tudo graças ao pedido e insistência da comissão de moradores da altura.»

O mesmo se passou nos outros bairros, excepção para os arruamentos ainda inexistentes.

P - Quem instalou essas infra-estruturas?

R - Foram instaladas pela Câmara. O bairro está legalizado, pois exigem-nos a inscrição das casas nas Finanças. Que eu acho... enfim. As casas são construídas pelos moradores com materiais seus, os que estão inscritos, para além de pagarem o consumo de água e electricidade, pagam todos os anos imposto predial, dependendo o seu montante da metragem do terreno. A título de exemplo: uma casa com sete metros paga, aproximadamente, três contos e tal.

P - Depois de alguns anos e de nessas casas terem investido, será que os seus moradores já não as querem abandonar?

R - As pessoas não vieram para aqui por quererem. Quando se vive com aflição qualquer sítio serve para se aconchegar. Este bairro é calmo, sossegado e pacífico, mas se pudessem, claro que prefeririam morar em prédios ou casas com melhores condições.

P - Como é o relacionamento entre os cabo-verdianos e os outros africanos, os portugueses e os indianos?

R - Há um grande convívio entre as pessoas, num bairro como este ele torna-se obrigatório. Os africanos dão-se bem, os indianos e portugueses são bons vizinhos, mas vivem um pouco à parte.

Sempre com a esperança do regresso

Os locais de convívio são escassos, dois ou três cafés e a sede da comissão, que é escola, centro de alfabetização nocturno, para adultos, igreja e sala de espectáculos. No seu exterior há um parque infantil e um campo de jogos esburacado, à espera de um empréstimo ou de um subsídio da Câmara, para o seu arranjo e melhoramento. Para trabalhar nessas obras, os moradores já estão mobilizados. O pedido de apoio é antigo, e a esperança da sua obtenção cada vez mais remota. A quantia necessária é de cerca de 60 contos.

Os cabo-verdianos mantêm a sua tradição e cultura vivas. À imagem do que sucede em Cabo Verde, e da mesma forma, festejam datas religiosas e políticas. Fazem serenatas e convivem na casa uns dos outros. Comem *catchupa* como na ilha. Nos minúsculos quintais, não raro, vêem-se plantadas canas-de-açúcar, abacateiras e mesmo bananeiras.

«Todos os cabo-verdianos sentem saudades e pensam um dia regressar à mãe Pátria. Mesmo os mais novos, que de lá vieram pequenos ou aqui nasceram, sem conhecerem ou lembrarem-se como é, pensam regressar um dia a Cabo Verde», disse-nos o sr. Rolando.

Este, como todos os outros bairros de escolha forçada, porque a única economicamente viável, não tem praticamente desemprego, os seus moradores trabalham quase todos na construção civil. Muitos dos seus filhos estudam e alguns chegam mesmo ao ensino universitário. A marginalidade é nula, e a Polícia só uma vez, ao fim do dia, aí se deslocou para fazer uma rusga. Da Embaixada de Cabo Verde só receberam, também, uma única visita, para pedir a participação de algumas crianças numa actividade cultural. Mais nada...

Um bairro pacato, que está localizado num terreno particular, cujo proprietário quer correr com os seus moradores, dada a localização privilegiada, com uma paisagem de rara beleza por pano de fundo, para construir um bairro residencial de luxo. A tarefa de realojamento pertencerá à Câmara de Oeiras. Enquanto isso não acontece, no Alto de Santa Catarina os moradores vão vivendo a sua vida, mantendo a sua cultura, cumprindo os calendários festivos e apoiando a equipa de futebol do bairro.

Maria José Belo Marques

COMENTÁRIO

A atracção pela diferença

Os portugueses tendem a considerar questões como o «racismo» ou as «minorias étnicas» de um modo irremediavelmente equívoco. É evidente que o problema essencial continua a ser, também connosco, a diferença que os Outros mantêm perante o que somos, mas se noutros povos desta mesma Europa existe secularmente um «instinto» de superioridade civilizacional que «explica» certas xenofobias, a verdade é que nós, os naturais deste rectângulo extremado da Europa, não temos motivos para nos considerarmos uma «raça».

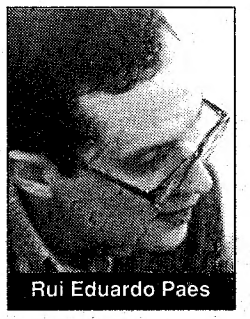
Salazar quis-nos convencer que sim, mas o seu propósito não passou da extensão - ridicularizada pela nossa condição «sulista» e morena - das ideologias fascistas dominantes na época, que nem sequer serviram para enquadrar a propaganda colonialista. Afinal, os portugueses não encaram as minorias étnicas mediante a ostentação de alguma ilusória pureza genética. Não, os portugueses reagem como comprovam as estatísticas porque logo na aparência um negro ou um asiático têm uma identidade - e nós, como é sabido, não. O português médio é o resultado de muitas partidas e chegadas, o que faz com que o nosso racismo ainda seja mais absurdo.

E no entanto, elas existem, as minorias, e nunca como no presente verificáramos que os Outros estão entre nós. Não já os judeus, porque apesar da Inquisição uma parcela de nós todos é judia. Não já, também, os árabes, que estão em nós num código mínimo mas verificável genealogicamente. Sim, é um facto que as nossas viagens pelo Mundo nos confrontaram com a incrível dissemelhança dos homens, e que durante cinco vezes cem anos estivemos em África, na Ásia, na América do Sul, mas foi «lá» longe que as coisas aconteceram. Eis, porém, que a imensa ironia do tempo se manifesta, e os Outros estão finalmente aqui, emigrados, exilados, nacionalizados, clandestinos.

Chamou-se a muitos deles «retornados», mesmo aos que nunca cá estiveram, aos que nasceram nesse Sul mais a Sul de Portugal. E afinal não deixa de ser o termo mais adequado, porque o guineense de Fé muçulmana, o indiano politeísta são inevitavelmente uma parte de nós que, regressada da História, nos resiste pela diferença. E é a diferença, precisamente, que fingimos não suportar mas que cultivamos como o derradeiro tesouro do Império desfeito. Nós, que nunca atentáramos nas artes nativas do Sul ocupado, colonizado, administrado, fazemos gala do novo interesse. Mas há qualquer coisa de falso, de folclórico nesta reviravolta. No fundo é a nossa má consciência, não para compensar as faltas de uma imposição abusiva mesmo quando «missionária», mas porque eles, os Outros, é que são os «puros».

Entre portugueses, há os que dedicam uma vida inteira a detectar o que nos caracteriza como tal, tarefa inglória num momento em que quase apenas somos, e cada vez mais, indistintos cidadãos do Ocidente. E há os que pretendem encontrar-se na estranheza dos Outros, esses Outros que mesmo marginalizados, mesmo habitando o rés-do-chão da hierarquia social, estão em vantagem porque constituem um exemplo. É uma questão de escolha.

Por isso, ainda que virtualmente não existam em Portugal guetos culturais, ainda que as chamadas minorias étnicas não sejam compartimentos estanques na sociedade portuguesa, nós gostamos de pensar que sim. Para os portugueses é vital que um timorense seja um timorense e não um português, independentemente do que conste no seu B. I.. Tanto assim que fingimos não ligar ao drama maubere, olhando para o lado. É a atracção pela diversidade, compensadora da que há muito diluímos na nossa carne, até a perdermos. O cosmopolitismo é em Portugal um palco.



Rui Eduardo Paes

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Pedro Pessoa, Óscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP
- Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA
- Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa
- Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

Garantem os cientistas sociais

Não há guetos culturais em Portugal

GRANDE ANGULAR

Os cientistas sociais são peremptórios: as minorias étnicas residentes no nosso país não vivem uma situação de gueto cultural. Di-lo o antropólogo João Lopes Filho, do Instituto de Estudos Africanos, a propósito da comunidade cabo-verdiana imigrada no nosso país, e garante-o Olímpio Nunes, também antropólogo, autor da única obra portuguesa de fôlego dedicada aos ciganos e intitulada, precisamente, «O Povo Cigano».

João Lopes, filho do fundador da revista cabo-verdiana «Claridade», pensa que estarão neste momento em território nacional cerca de 50 mil originais das ilhas de Cabo Verde, um número redondo que pode pecar por alguma inexactidão: a maior parte dos cabo-verdianos que vivem em Portugal veio a salto e muitas vezes nem sequer está documentada. Quanto à segunda menor comunidade étnica, a dos ciganos, Olímpio Nunes avança com um número também relativo: 21 mil, segundo um cálculo de 1988 que apenas alterou em 1000 pessoas os dados apurados em 80, o que é basto motivo para dúvidas. Povo em constante deslocação, embora hoje já não tanto assim, o gitano não se deixa «contar» facilmente.

Ora, João Lopes Filho acha que, se o cabo-verdiano não está, de facto, integrado na sociedade portuguesa, ele parece de qualquer modo razoavelmente «inserido», o que é muito mais do que um jogo de palavras. E se o cigano, refere Olímpio Nunes, desconfia do não-cigano, recusa os modos de vida instalados e se sente perseguido, é todavia um cidadão português, «usufruindo os benefícios» da circunstância. «A cabo-verdianidade não define uma nação, mas aqueles que partilham a cultura cabo-verdiana», pensa um. «Os ciganos não têm pátria nem soberano nem lei civil, pertencem aonde estão», assinala o outro. A haver guetos, serão sobretudo sociais e económicos: os bairros de lata não escolhem etnias, mesmo sendo verdade que se multiplicam os quarteirões exclusivamente habitados por cabo-verdianos.

Entre ficar e partir, ser cigano

Assim, o bairro de cabo-verdianos é como que a recriação da ilha de onde provêm, «e até a ocupação do espaço é transposta da que tinham tradicionalmente em Cabo Verde, como o hábito de cozinhar ou de lavar a roupa na rua, mesmo no Inverno». Em terra alheia, sucedendo ao reforço da «boa vizinhança» e da «entreajuda», valores muito fortes nas ilhas, recria-se a cultura de origem como condição para a própria sobrevivência enquanto comunidade. A música, a gastronomia, as festas cumprem esse papel, mas nunca como uma manifestação de isolamento. «A essência do cabo-verdiano é a interpenetração de culturas», salienta o especialista do Instituto de Estudos Africanos, para ilustrar que não é de esperar vê-lo fechar-se a influências. Gueto cultural? Seria absurdo, verificando-se, como acontece, que «a cultura cabo-verdiana tem tanto de português como de africano», segundo João Lopes Filho.

Por princípio, «as minorias têm direito a manterem as suas culturas, o mal estaria em guetizarem-se, ainda que isso fosse explicável como uma reacção à hostilidade do meio», sustenta o investigador. «Uma coisa é a marginalização e outra a auto-marginalização. Sem dúvida que há racismo e paternalismo racista em Portugal, basta andar nos transportes públicos para perceber, mas são mais as razões sociais que levam a esse tipo de tratamento. Para um cabo-verdiano, afinal, o branco é aquele "que tem dinheiro"...»

Uma ideia da liberdade

Os ciganos não separam tanto as coisas, pelo menos se considerarmos a noção, muito deles, que consiste no seguinte: «O homem rico não é aquele que tem fortuna, mas o que pode gastar.» Têm códigos de comportamento próprios mas não vivem à parte. Olímpio Nunes acha mesmo que hoje os ciganos portugueses «já participam, assimilam a cultura portuguesa e permeabilizam-se com os outros grupos, apesar de o seu modo de comunicar connosco ser substancialmente diferente daquele que mantêm entre si». As perseguições seculares que sofreram fazem-nos duvidar das boas intenções e têm como sabido que é melhor manter certas distâncias. Se os cabo-verdianos encontram protecção no colectivo, os ciganos vêem a sua defesa no nomadismo e na sobrevalorização da família.

Se se pode falar de uma cultura cigana específica, ela terá não só a ver com a existência de uma língua única para uso gitano em qualquer parte do mundo, independentemente dos vários dialectos, mas sobretudo com os rígidos valores, não formulados sob a forma de lei, que passam de geração para geração.

São simples normas de honra e moral familiar, destinadas a assegurar a instituição cigana do casamento e a multiplicação da prole, mas suficientemente estruturadas para sustentar uma forte personalidade cultural, valorizadora da «ideia de liberdade, sem patrões ou horários, nem espaços fechados», segundo o único ciganólogo português até à data.

O cigano dedica-se ao comércio mais ou menos (i)legal, e em Portugal descobre-se agora que já há 3 ou 4% de ciganos «ricos», «com casa própria, lojas comerciais e grandes armazéns», segundo censos citados ao «DL» por Olímpio Nunes, que como antropólogo contribui actualmente para a formulação de um programa da CEE destinado à escolarização dos ciganos no nosso país, não somente com o objectivo de lhes facilitar uma melhor integração na sociedade mas também para impedir que a cultura cigana se dilua, no prosseguimento do processo de descaracterização a que, apesar de tudo, assistimos.

Alguma coisa mudou, de facto, e tanto assim é que, hoje, «o cigano adapta-se e apropria o que lhe é proveitoso, rejeitando só o que vai contra a sua identidade», como confirma o cientista social com quem falámos. «Eles apenas querem que os deixem à vontade», junta Olímpio Nunes. Ser cigano não tem nada de especial, é «uma forma de vida».

Rui Eduardo Paes

Indianos: gente feliz sem lágrimas

cont. da pág. 2

tes empunhando sumos e coca-cola. Na proliferação dos hábitos profanos e não-praticantes das religiões cristãs, esquecem-se as outras religiões, é difícil entender uma religião que se impõe e que domina todas as áreas da vida do ser humano. «Muçulmano», explica o sheik, «é aquele que se submeteu voluntariamente à lei de Deus». Muçulmanos teriam sido então também Abraão, Moisés, Jesus e todos os demais profetas até Maomé. Uma vez que o crente se matricula e assina a declaração da sua conversão, tem necessariamente de cumprir as leis. E aí o Alcorão é claro: «Há homens sem fé que dizem: Nós cremos em Deus e no Último Dia./ Pensam que iludem Deus e os crentes (...)/ Terão um fim de sofrimento, porque mentem». Os muçulmanos são maioritariamente sunitas e integram a Comunidade Islâmica, cuja sede se localiza na mesquita de Lisboa. Os «irmãos separados», minoritários e ainda sem reconhecimento oficial, são os ismaelitas e têm também a sua comunidade em Lisboa. Todos são muçulmanos e apenas diferem quanto à revelação da lei corânica. Para os islâmicos, com a morte do Profeta Maomé, acabaram as revelações divinas, para os ismaelitas a lei divina revelou-se ao primo e genro do Profeta, Ali, o primeiro Imã, hoje perpetuado, por descendência directa, no 29º Imã, Aga Khan. De acordo com Nurali Mamade Hussene, encarregado das relações com a imprensa, do Centro Ismaelita, o número de fiéis a Aga Khan, em Portugal, ronda os sete mil. Para ele, entre hindus, islâmicos e ismaelitas, as diferenças não são de carácter cultural mas antes de carácter religioso. Recusam o epíteto de fundamentalistas. Esses são os xiitas, os seguidores do Khomeini. «Universalmente os muçulmanos entendem-se e reconhecem-se pela religião e não pela cultura», afirma o Sheik. São cinco os mandamentos da Religião Islâmica: Ter fé em Deus, nos Profetas e nos Anjos, nas Sagradas Escrituras, na Predestinação, na Ressurreição e no Juízo Final; fazer as orações diárias; dar esmola; cumprir o jejum do Ramadão; fazer a peregrinação a Meca. E cumprem-nos, de facto, quanto podem. Interrogados, aqui e ali, a custo se identificam, mas lá vão confirmando. Sim, vão à mesquita, de preferência às mais próximas do seu local de habitação, em Odivelas, no Laranjeiro. Frequentam ainda mais assiduamente as salas de oração, nos Fetais, na Portela, em Santo António dos Cavaleiros, na Colina do Sol, em Carnaxide, no Forte da Casa, no Areeiro, nas Paivas, em Setúbal. É que as pessoas vêm de longe, não vivem no centro de Lisboa. Pacificados, a ocidentalização é, sobretudo, manifesta nas atitudes exteriores, nos divertimentos, no vestuário dos mais jovens. Aceitam as ideias e os costumes dos outros, adaptam a nossa cultura à sua doutrina. Pretendem-se pacíficos, respeitadores. Não se sentem, contudo, respeitados. Aqui, o dia do Senhor é o Domingo. Tentam ainda obter tolerância de ponto para os dois dias, no ano, em que incidem os seus Festivais religiosos. Os corpos, nos cemitérios, não podem, por vezes, descansar virados para Meca. Têm, nas palavras de um fiel que preferiu ocultar o seu nome, «o princípio de nunca criticar nada nem ninguém, de não emitir opinião». Princípio esse que gera, contudo, a incompreensão, a falta de diálogo. Questionados, calam-se, pressionados, remetem para o chefe da comunidade. Porque «o gueto só existe para quem se quer isolar», rematou um destacado dirigente muçulmano, que aqui não quis também deixar expresso o seu nome.

Manuela Baptista

FEROCÍSSIMOS EDITORES...

Hoje em dia, especialmente no Estados Unidos, ferocíssimos editores impõem ao autor não só alterações estilísticas como até modificações do enredo e do desfecho de acordo com as necessidades comerciais. Mas, recordando as intervenções editoriais de Elio Vittorini sobre textos de jovens escritores, será que poderemos, em boa verdade, afirmar que no passado as coisas eram diferentes?

Por exemplo, tende-se a omitir que a primeira versão de uma conhecida poesia de Salvatore Quasimodo fosse: «Cada um está só no coração da terra, trespassado por um raio de sol. E coração ao alto.» Apenas as insistências do editor conduziram à bem mais célebre variante. A primeira redacção da «Terra Desolada» de Eliot começava assim: «Abril é o mais cruel dos meses. Mas também Março não lhe fica atrás.» Destemperando-se numa irritada rememoração de incidentes climáticos, o texto retirava a Abril todo e qualquer vínculo com os ritos da vegetação. Sabe-se que Ariosto tinha apresentado incialmente ao editor um brevíssimo texto que dizia: «As damas, os cavaleiros, as armas, os amores — as cortesias, as audazes proezas eu calo.» E tudo acabava aqui. «Não seria melhor dizer qualquer coisa mais?», tinha sugerido o editor. E Mestre Ludovico, que tinha os seus problemas em Garfagnana: «Mas a que propósito, se existem já dezenas de poemas de cavalaria? Deixemo-nos disso. Quero incitar a que se mude de género.» e logo o editor: «Percebo e aprovo. Mas tome a épica como contraponto e ironize. Nem pensar em vendermos um livro de uma página e uma página com dois versos que até parece Mallarmé... Vai sair uma edição numerada e se Krizia não a patrocina estamos tramados.»

Particularmente relevante o caso de Manzoni. Ele tinha iniciado a primeira versão do seu romance com «Aquele braço do Lago de Garda». Parece um facto sem importância, mas teria colocado o cenário da História na República de Veneza, junto das margens Garda. Basta pensar-se no tempo que Renzo teria levado a chegar a Milão. Certamente atrasado em virtude do assalto aos fornos. Além de que não teria acontecido nada de relevante ao desditoso jovem, Lucia ter-se-ia refugiado junto à Monja de Rovereto, abadessa de costumes irrepreensíveis e todo o romance se resolveria em poucas e insignificantes travessias coroadas de rápidas núpcias... Algo que nem lembraria ao Bazzoni.

Mais grave ainda o caso Leopardi. O pastor errante da Ásia, na primeira versão, invocava: «Que fazes tu, Júpiter, no céu, diz-me o que fazes — silencioso Júpiter.» Nada a dizer acerca deste nobre planeta, mas ele só é visível em certas estações e tem pouco significado emotivo e metafísico.

Com efeito, a composição leopardiana durava escassíssimos versos, depois que o pastor concluía que, para ele, Júpiter não lhe dizia grande coisa. Por sorte a intervenção do editor tinha salvo a situação: «Peço-lhe, dr. Leopardi, faça um esforço de imaginação. Por que não experimenta com um satélite de Júpiter?». «Pense bem... Pior a emenda que o soneto. Que satélites é que conhece um pastor errante da Ásia? Quando muito a Lua... Quer que o ponha a falar com a Lua? Céus, também eu tenho a minha dignidade.» «Sabe que mais? Experimente.»

Trágico o caso Proust. Na primeira versão tinha escrito: «durante muito tempo deitei-me depois da meia-noite.» Sabe-se o que acontece a um rapaz em pleno crescimento quando não se deita cedo. O Narrador tinha sido atacado por uma inflamação cerebral que lhe destruíra praticamente todas as faculdades mnemónicas. Revia no dia seguinte a duquesa de Guermantes e perguntava-lhe: «Desculpe...

Quem é a senhora?» Evidentemente que tinha sido expulso de todos os salões, porque há certas gafes que, em Paris, não se perdoam.

Umberto Eco

Na versão inicial o Narrador era até incapaz de se exprimir na primeira pessoa e a «Recherche» reduzia-se a um magro relato clínico de Charcot.

Por outro lado, tendo eu concluído um romance com o verso de Bernardo de Morlay «Stat rosa pristina nomine» fui informado por alguns filólogos que existem outros manuscritos que registam antes «Stat Roma», o que parece muito mais coerente em relação aos versos precedentes que falam do desaparecimento da Babilónia.

O que teria acontecido se eu tivesse, por esta razão, intitulado o meu romance «O nome de Roma?» Teria tido um prefácio de Andreotti, teria sido publicado pelo editor Ciarrapico e teria vencido o prémio Fiuggi.

Exclusivo «DL»/L'Espresso
(Trad. de Manuela Ferreira de Almeida)

Cartoon de José Bandeira

FORUM

CARTAS NA MESA

Táxis no Aeroporto

Mais uma vez fui vigarizado pelos taxistas desonestos que proliferam no Aeroporto de Lisboa (que me desculpem os profissionais honestos que ainda existem, felizmente).

É rara a vez que, ao desembarcar no Aeroporto de Lisboa, não seja vigarizado ou tratado malcriadamente pelos taxistas aí estacionados, só pelo facto de morar no Lumiar.

No passado dia 28 de Fevereiro, pelas 19 e 45, ao desembarcar em Lisboa do voo TP405, tomei um táxi (...) da rede Teletaxis, que me levou até à Rua Luís de Freitas Branco.

Para começar, o visor do taxímetro estava tapado com o fio do microfone, não se vendo, portanto, a importância registada. Depois, no final do percurso, quando perguntei ao motorista quanto tinha a pagar, destapou rapidamente o visor que marcava 345$00 e disse-me que tinha a pagar 875$00.

Perante a minha admiração, pois no percurso inverso tinha pago 360$00, disse-me que aquele preço era o resultado da nova tabela (?) e da bagagem (mais 50 por cento).

Apesar de não ter pedido factura, aqui deixo o meu protesto e indignação, porque acho que atitudes destas são uma vergonha, não só para a classe dos motoristas de táxi, como ainda para nós, portugueses. Com que ideia ficam as pessoas que chegam a Portugal e, logo no aeroporto, são miseravelmente enganadas pelos taxistas?

E já agora uma sugestão aos sindicatos e organizações da classe: não seria de escolherem motoristas honestos com provas dadas (que os há) para prestarem serviço no aeroporto (sala de visitas de Portugal)?

E a Direcção-Geral do Turismo não deveria também intervir nesta área?

Um leitor
devidamente identificado

Encerramento de ramais pela CP

Tem a CP andado agitada com os problemas salariais e mais regalias, exigidas por meio de greves que tanto afectam os legítimos interesses dos cidadãos utentes daqueles transportes, e sempre um dos argumentos é a melhoria da segurança e dos serviços prestados, mas que geralmente só se traduz no aumento dos bilhetes e assinaturas.

(...) A administração da CP nem sempre foi das melhores, os caminhos-de-ferro sempre necessitaram de ser subsidiados, mas os caminhos-de-ferro, tal como as companhias de navegação aérea e outros transportes públicos, não são criados para darem lucros aos seus accionistas ou gestores, mas sim para servirem o público e o País em que se inserem. Devem ser bem geridos, mas cada país lucra é pelo desenvolvimento da riqueza que por meio deles é criada.

Assim, não se pode aceitar a premissa que os actuais gestores da CP usam para justificar o encerramento de determinados ramais por não serem rentáveis. Os cidadãos, muitos ou poucos que vêm utilizando esses ramais da CP estão a ser sistematicamente feridos nos seus legítimos direitos sempre que a administração da CP decide suprimir arbitrariamente comboios referidos nos horários em vigor, em vez de aumentar o seu número, encerrar estações, e até (!) tentar (e conseguir!) abandonar a exploração de determinados ramais.

Quando há anos vim residir para Marinhais, fi-lo pela principal razão de ter estação de caminho-de-ferro no ramal Setil - Vendas Novas: Nessa altura circulavam diariamente em cada sentido, pelo menos cinco comboios para passageiros além de dezenas de comboios de mercadorias. Esses comboios de passageiros têm vindo a ser suprimidos pela CP ao longo do último ano, restam actualmente apenas, nos dias úteis, um comboio de manhã cedo, outro ao fim da tarde e outro à noite, e aos sábados, domingos e feriados, apenas o da manhã e o da noite, e mesmo estes já se fala que irão ser suprimidos e substituídos por ligações de autocarro a partir de Santarém. Quer dizer, quem vem de Lisboa terá de ir a Santarém tomar o autocarro da CP para vir para Marinhais e estações seguintes, e vice-versa.

Os autocarros de modo algum substituem os comboios, pois, são mais morosos, menos seguros, menos cómodos, mais caros, menos agradáveis.

(...) Em vez de abandonar, que significa destruir, lançar aos bichos e às ervas, os ramais já existentes da extensa rede ferroviária do País, o que a CP deveria fazer era ampliá-la o mais possível, incentivando a sua utilização por meio de bons serviços prestados, em comodidade e pontualidade, bom atendimento por parte do seu pessoal, preços convidativos para fomentar a utilização pelo público, tanto na qualidade de passageiros como no transporte de mercadorias, linhas secundárias e ramais em via dupla e electrificação progressiva. Isso sim, é que seria contribuir bem para o desenvolvimento harmonioso de todas as regiões do País.

(...) Como nós, cidadãos comuns, não temos acesso a formas de luta que nos permitam ouvir a nossa voz e valer os nossos direitos, decidi enviar esta carta a diversos jornais para que um maior número de leitores a possa apreciar e, querendo, informar esses jornais se está de acordo comigo e apelar para que esta situação seja convenientemente apreciada e regulada pelas entidades competentes.

José C. Ferreira Quaresma,
leitor de Marinhais

AUTO-RETRATO

O auto-retrato é um desafio que o DL continua a lançar às mais diversas personalidades da vida pública portuguesa. Duas vezes por semana está nestas páginas. Hoje é a vez de José Fernandes Fafe

A situação era difícil. Como me saí? Com certeza pela imaginação. Evadia-me da situação imaginando outras situações. E a certa altura, devo ter pensado que a situação não era afinal nenhum Alcatrás, de que ninguém conseguia fugir. Se conseguia, por artes do imaginário, fugir da situação para outras situações imaginadas, porque não havia de conseguir sair da situação, com a ajuda dessas artes poéticas, para outra situação - mas *real*, e menos má do que a medonha em que me vi lançado? Tentei, imagino eu. A princípio desajeitadamente, mas depois fui-lhe ganhando o jeito. Agora, estou na situação de mortal. Como me saio? Consultei recentemente Ernst Bloch, especialista da utopia e da antiutopia que é a morte. Aconselha-nos, primeiro, a música. A música imobiliza o tempo e faz-nos aceder a uma espécie de imortalidade. De acordo. Mas depois, quando acaba o êxtase da música? Volta-se a cair na mortalidade...

Bloch ergueu uma segunda linha, para o caso do inimigo romper a primeira: À morte do indivíduo, não morrem os valores com que ele viveu, pois continuam a viver noutros homens, e assim, por essa parte, o indivíduo que morreu continua parcialmente vivo... Levemos as coisas até ao fim. O Universo começou sem a espécie humana e acabará com certeza sem ela. E extinta a espécie, estão extintos o problema, os valores e os homens... Bloch fomenta-nos a esperança de um aumento de uma esperança de vida - parcial, por mais alguns anos, sejam eles milhões, mas não nos dá o segredo da imortalidade. Podemos sempre descartar-nos da preocupação como Sampaio Bruno à hora da morte: *Que se lixem todos!* (Todos os outros, ele e todos os problemas). Para ver se não chego aí, ando às voltas com o silogismo do Raul Leal: *Todos os homens são mortais - de acordo. Mas não há regra sem excepção. Quem nos diz a nós que não sou eu a excepção?*

Houve um tempo em que, para sair de malamado, quis ser amado. Mais tarde (levaria páginas a explicar a mudança, se o conseguisse) passou a ser-me completamente indiferente a opinião dos outros. Hoje estarei menos extremista. Mas o desgosto que me traz a lembrança da preocupação de agradar aos outros, alimenta com certeza a minha aversão à demagogia.

A certa altura... quis provar-lhes. Hoje não quero provar-lhes ou provar-me nada. Entrei em *makoto*. É uma prática japonesa. Aceite um código de deveres, cumpre-se, com toda a alma e toda a força. Demorei a elaborar-me o código, mas agora já não deve haver revisões. *Makoto*.

Eis aí o meu auto-retrato, ou um primeiro esboço. Em que aliás não posso acreditar, pois como se sabe, a menos fiável das imagens de uma pessoa é a que ela faz de si própria.

*

É mais credível a que dela fazem os outros?

Arranjei maneira de conseguir um inquérito aos que lidam comigo todos os dias. O questionário de chofre e pergunta única: *Que género de tipo é ele?*

Um: Sério, imaginoso, trabalhador.

Outro caracterizou-me de intelectual, honesto, empenhado.

O terceiro: Abstracto - se bem que capaz de descer ao concreto, educado, aparentemente distante.

Quarto: Bondoso, autocrata e pragmático-aéreo.

O derradeiro: Afável, intelectual - mas prático (embora mais intelectual do que prático).

Não acredito nada nestas respostas. Não só por verificar que os inquiridos, de tão benévolos, são neces-sariamente meus amigos, o que desde logo inquina a sondagem, mas sobretudo, porque, a opinião dos interrogados assenta no pobre *behaviourismo* da observação do chamado «comportamento exterior». Do que me vai na alma não sabem nada. Se nem eu sei.

*

Não acredito em retratos. Retratos só Deus - que conhece as acções, as intenções e os móbeis inconscientes. Mas onde há Deus, fora desta ideia de que Ele é o Retratista?

POLÍTICA

Militares na reserva mandam exposição ao governo

Contestam novo estatuto das Forças Armadas e sistema remuneratório, que não beneficiam missões coloniais

A extinção do subsídio de condição militar e a antecipação da idade de passagem à reforma estão a ser crescentemente contestadas pelos militares na reserva e na reforma. Militares nessas condições enviaram uma exposição ao ministro da Defesa na qual manifestam a sua apreensão pelo novo estatuto militar das Forças Armadas na parte que lhes toca, segundo o qual a idade de reforma passa de 70 para 65 anos.

Acentuam que que passaram à reserva num determinado quadro legal, entretanto alterado pelo novo estatuto remuneratório da função pública. «Estamos perante uma reforma compulsiva», afirmaram vários dos participantes na reunião que a Associação dos Militares na Reserva e na Reforma (ASMIRR) promoveu no Entroncamento.

«Passámos à reserva ao abrigo de um estatuto que foi alterado por outro, traindo muitas das nossas expectativas e situações», disse ao DL o tenente-coronel Albano Figueiredo, da Associação dos Militares na Reserva e na Reforma.

Por outras palavras, o novo estatuto militar das Forças Armadas prejudica e penaliza militares que tinham transitado para a reserva sem terem cumprido, de facto, 36 anos de serviço. A maioria deles beneficiou do facto de ter operado em missões nas antigas colónias. Tal condição aumentou-lhes o tempo de serviço, de acordo com as regiões e colónias em que operaram, sobretudo em situação de guerra.

Em Angola e no Norte de Moçambique, o serviço foi contado a dobrar, enquanto que noutras colónias foi aumentado em 50 por cento. Daí que muitos deles tenham passado à reserva antes dos 60 anos.

O novo estatuto não contempla o subsídio de condição militar e reduz em cinco anos a idade de passagem à reforma, ao mesmo tempo que estabelece um período de nove anos como máximo para a situação de reserva.

Os problemas que afectam os cerca de trinta mil militares na reserva e reformados, alguns deles da GNR e da Guarda Fiscal, não se resumem ao tempo de serviço nas colónias nem ao subsídio de condição militar, que deixou de ser pago aos reservistas e reformados na devida proporção. «Dá a impressão que deixámos de ser militares», observou ainda o tenente-coronel Albano Figueiredo.

O novo sistema remuneratório comporta um escalonamento tal que muitos dos militares que passaram pelas colónias -e foram quase todos os associados da ASMIRR - acabaram perder com a reserva, noutras condições que aquelas que o Decreto-Lei 34-A, de 24 de Janeiro deste ano, consagra. «É a isso que chamamos reforma compulsiva», disse o tenente-coronel Albano Figueiredo.

A anunciada criação e regulamentação de um Fundo Especial é uma das esperanças dos militates nessas condições, que denunciam «a situação penosa e degradante de sobrevivência económica» de muitos deles. Contudo, todos esperam que esse fundo especial vá para além das suas intenções iniciais, isto é, que o pagamento do complemento de pensão atinja todos os reformados militares.

Júlio Rodrigues

Os militares que operaram em missões coloniais são particularmente penalizados com o novo estatuto quanto ao tempo de serviço e idade de passagem à reforma

CEE propõe 90 milhões para o Leste

Portugal e Espanha viram ontem rejeitada em Bruxelas, pelo Conselho de Ministros das Finanças da CEE, uma proposta de enquadramento do apoio à Europa Central e de Leste, que previa a criação de um fundo autónomo, extra-orçamental, aberto a países terceiros.

«Uma maneira clara de ver que o apoio aos países de Leste não reduz a ajuda a Portugal» - eis como o ministro Miguel Beleza justificou a posição do Governo português. Para o titular das Finanças, muito embora a solução aprovada difira «substancialmente» da proposta dos países ibéricos, ficou salvaguardado o carácter estanque da linha orçamental destinada ao Leste. Portugal, recorde-se, preconizava a abertura de um fundo com a participação da CEE, EFTA, Estados Unidos, Japão, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Turquia. Inscrita numa sub-rubrica em que não possíveis transferências de verbas, prevê o aumento de 300 para 500 milhões de ECUS, cerca de 90 milhões de contos. O Conselho consagra assim o privilégio concedido ao Leste, em desfavor dos países do Mediterrâneo, América Latina e Ásia.

Privatizações em apreciação no TC

Executivo garante constitucionalidade

A decisão tomada pelo Presidente da República de submeter à apreciação do Tribunal Constitucional três normas da Lei-Quadro das Privatizações é considerada em meios governamentais como inconsequente.

Com efeito, segundo apurou o «DL», o Executivo não acredita que o TC considere inconstitucionais as disposições que suscitam dúvidas a Mário Soares, relativas à «regulamentação e restrições», «empresas públicas regionais» e «direitos e garantias dos trabalhadores».

O Presidente, que ontem solicitou a fiscalização preventiva da constitucionalidade, questiona, no primeiro caso, o respeito pela norma da Lei Fundamental que prevê a realização do processo de reprivatização «em regra e preferencialmente através de concurso público, oferta na bolsa de valores ou subscrição pública». Para o Governo, não há qualquer violação dos dispositivos constitucionais, na medida em que só os sectores estratégicos da economia são excepção.

Quanto à problemática das empresas públicas das Regiões Autónomas, o que aparentemente está em causa é, uma vez mais, o âmbito das competências dos poderes central e regional. A Constituição atribui a este último o direito de administrar e dispôr do seu património, bem como de celebrar actos e contratos do seu interesse. Finalmente, no que concerne à situação dos trabalhadores de empresas em fase de privatização, Mário Soares levanta dúvidas quanto ao respeito pelos seus direitos e obrigações. Fontes governamentais consideram estarem consagrados em absoluto.

Tribunal tem dez dias para decidir

O Tribunal Constitucional dispõe de um prazo de dez dias para se pronunciar sobre as normas de duvidosa constitucionalidade. Mário Soares, por seu turno, terá 20 dias para promulgar a lei, caso o TC não encontre matéria susceptível de ser posta em causa. Porém, fonte oficial admitiu à Lusa que, neste cenário, Soares assine de imediato o diploma.

O Presidente coloca objecções de forma e não de fundo e reconhece a urgência do processo. Contudo, considera necessário que a primeira lei orgânica após a revisão constitucional «seja exemplar para as restantes».

No caso de o TC identificar preceitos inconstitucionais, duas opções se abrem à Assembleia, para a qual o diploma é de novo remetido: expurga as normas, refazendo-o, ou tenta a sua aprovação por dois terços dos deputados. Terá oito dias para se pronunciar.

BREVES

Mário Soares com Aylwin

O Presidente da República português estará presente hoje na recepção oferecida pelas delegações estrangeiras ao novo presidente chileno, Patrício Aylwin. O Chefe de Estado português declarou ter cumprido a promessa de se deslocar àquele país para se solidarizar com o processo democrático. Mário Soares deixa amanhã o Chile com destino a Brasília onde assistirá à posse do presidente eleito, Fernando Collor de Mello.

PCP promove debates

A propósito do XIII Congresso Extraordinário, o PCP promove nos dias 20 de Março, 2, 20 e 27 de Abril um ciclo de debates públicos «dirigidos a independentes» subordinados aos temas «PCP- um partido para o nosso tempo», «Os acontecimentos nos países socialistas, suas causas e consequências», «Perspectivas do capitalismo» e «O marxismo-leninismo e o partido». Nos encontros participarão Luís Sá, Domingos Lopes, Carlos Carvalhas e Manuel Gusmão, entre outros.

João Jardim trata das dívidas

O presidente da Região Autónoma da Madeira afirmou ontem, no final da cimeira que manteve com o primeiro-ministro, que a dívida madeirense é inferior à da EDP e de outras empresas públicas. Alberto João Jardim disse que «a Madeira não gastou mais do que o Continente, pois o nível de investimento "per capita" é exactamente igual».

Solidariedade com Timor escreve a D. Ximenes

Escrever uma carta de apoio a D.Ximenes Belo, o administrador apostólico de Díli que apoiou a ideia de um referendo sobre a presença indonésia em Timor-Leste. Condenar o tratado sobre o petróleo do Timor Gap, assinado em Dezembro entre a Indonésia e a Austrália e apelar ao presidente Suharto, daquele país, para não concretizar as execuções de seis presos políticos, foram algumas das medidas aprovadas no 10º encontro dos grupos de solidariedade com Timor-Leste da Europa.

Assembleia da República discute UEO e Código da Sisa

A Assembleia da República analisa hoje uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo relativo à adesão de Portugal e Espanha à União da Europa Ocidental, UEO. O plenário discute também um projecto-lei do PS sobre a alteração do Código da Sisa e do imposto sobre sucessões e doações. Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto-lei de «combate à discriminação dos representantes eleitos dos trabalhadores» invocando o facto de a posição dos representantes destas organizações estar «em crise».

Parlamento Europeu analisa preços agrícolas e saúde

Os preços agrícolas e a protecção da saúde são hoje os temas principais no segundo dia da sessão plenária de Março do Parlamento Europeu (PE), a decorrer em Estrasburgo, França, até sexta-feira. Na área agrícola, o PE vai propor a realização de um programa comunitário de revitalização dos campos e da agricultura ligada ao ambiente, no valor de 495 milhões de ecus. Relativamente à saúde, o plenário aprecia em conjunto dois relatórios dos eurodeputados Simone Veil e Neill Andrews.

Na Comissão Parlamentar especializada

Delegação de Macau debate Estatuto

A delegação da Assembleia Legislativa de Macau, que se encontra em Lisboa para negociar a questão dos direitos e liberdades individuais do futuro Estatuto Orgânico daquele território, tem esta tarde a primeira reunião com a Comissão especializada da Assembleia da República, depois de ter sido recebida, ao fim da manhã, pelo presidente Vitor Crespo.

O projecto de Estatuto já fora analisado no Conselho de Estado e foi dado a conhecer, na semana passada, aos presidentes dos grupos parlamentares, tendo Vitor Crespo evitado seguir o procedimento normal nestes casos de projectos entrados na Assembleia da República, isto é, não ordenando a sua distribuição aos deputados e aos jornalistas.

Isto, supõe-se, porque há alterações importantes a introduzir no diploma, por sugestão do Conselho de Estado, tendo-se adoptado o método de negociar essas alterações com os representantes parlamentares de Macau, antes de o diploma subir ao plenário da Assembleia. Pretende-se, assim, apresentar o Estatuto aos olhos da opinião pública, quando for discutido, o mais consensual e menos polémico possível.

Exigida a garantia formal dos direitos e liberdades

Segundo se sabe, o Conselho de Estado entende que o Estatuto Orgânico de Macau deve garantir, expressamente, os direitos e liberdades individuais, entendimento esse que um membro da delegação macaense comentou como resultando «mais de uma preocupação política do que de uma preocupação legal».

Rui Afonso, deputado à Assembleia Legislativa daquele território sob administração portuguesa e presidente da Comissão que elaborou o anteprojecto, afirmou à agência Lusa que «os direitos e liberdades dos cidadãos estarão sempre salvaguardados em Macau durante a vigência do Estatuto Orgânico, porque não existem dúvidas quanto à validade e à aplicação da Constituição da República no território».

Rui Afonso chefia a delegação de cinco membros que, durante três dias e a partir de hoje, discute esta questão com a Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias. Fazem ainda parte da delegação os deputados macaenses Leonel Alves, Lau Cheoc Wa, Alexandre Ho e Neto Valadas. Acaompanham-nos o secretário-adjunto para a Educação e Administração Pública, Jorge Coelho, em representação do governador Carlos Melancia.

Governo PS do futuro reúne em sótão do Rato

«Mais desenvolvimento, mais justiça social e mais Europa» foram as três componentes da «Plataforma de Princípios» para o Governo do Partido Socialista, um documento que será discutido em Congresso convocado para Maio. Antes, e para além dos militantes do PS, forças sociais e personalidades independentes vão debruçar-se sobre esta plataforma, em ordem à elaboração de um Programa de Governo do PS.

A partir do fim deste mês, começa com base nos princípios definidos «um diálogo com o País», como o classificou Jorge Sampaio, secretário-geral do PS, numa conferência de Imprensa que interrompeu a reunião, que os jornalistas puderam espreitar por momentos, e em que estava presente a espinha dorsal do Governo que a maioria e pelo menos uma das minorias dos socialistas desejam.

No sótão da sede do Largo do Rato, seis socialistas aguardavam o fim do encontro do secretário-geral com os jornalistas para prosseguirem a reunião do organismo encarregado de redigir a plataforma citada. Juntos na sala do sótão, no «cochicho» crismado de Departamento Nacional do Trabalho pelo cartaz afixado à porta, foram filmados e fotografados por operadores de imagem que, dada a falta de espaço, apenas conseguiram circular como as tropas de Mouzinho entraram em Chaimite: um a um. Eram eles Almeida Santos, Joaquim Mestre, António Guterres, Jaime Gama, Ferro Rodrigues e António Barreto, dando a volta à mesa a partir da esquerda de Sampaio.

O líder socialista referira mais dois elementos, os líderes insulares Emanuel Jardim Fernandes, da Madeira, e Martins Goulart, dos Açores.

E também citara o deputado europeu João Cravinho, também ausente deste encontro cimeiro na sede do Rato.

Área por área... só depois

Uma plataforma de princípios, esclareceu Jorge Sampaio, não se destina a ser regra, antes servindo de base para a recolha de pareceres da sociedade portuguesa, em geral.

Um texto definitivo presidirá ao debate partidário, no estatuto de mero «quadro de referência», como o líder do PS fez questão em esclarecer.

Questionado pelo DL sobre se a sua presença solitária na mesa da conferência de Imprensa significava que esta reunião estaria longe da de um «gabinete-sombra» tradicional, na melhor tradição britânica, Jorge Sampaio esclareceu que a filosofia de um programa de Governo com sectores demarcados de actuação nem estava em causa, ali e naquele momento. Área por área, ministério a ministério, depois se discutirá.

Aludindo ao espaço escasso da reunião dos responsáveis socialistas citados, depois comprovado pelos representantes da Comunicação Social, Sampaio disse que afinal era mais prático fazer no salão a conferência de Imprensa.

Jorge Sampaio no sótão do PS

O objectivo de ter «mais Europa» na plataforma socialista ditará, na segunda-feira próxima, uma reunião de responsáveis socialistas com convidados, a decorrer à porta fechada.

Aí será debatida a Europa, não apenas a do Mercado Comum e a do espaço da EFTA. Logo à partida, o mandato da Conferência Intergovernamental e o sistema monetário europeu serão temas de grande importância. Compreende-se que as questões do Leste do nosso Continente fiquem um tanto à margem, a tal ponto que nem Sampaio as citou: à velocidade a que tudo caminha, o melhor é debater apenas o que se conhece e não tem convulsões à vista.

J.I.

Sociais-democratas preparam Congresso

Distritais querem maior autonomia do PSD face ao Governo

Terminou ontem o prazo de entrega das moções de estratégia a discutir no Congresso Extraordinário, agendado para 6,7 e 8 de Abril. Apenas as distritais do Porto e Lisboa apresentaram propostas alternativas à estratégia da Comissão Política Nacional do PSD, elaborada por Fernando Nogueira, Duarte Lima, Dias Loureiro e Leonor Beleza.

Outras moções surgiram, casos das subscritas por Heduíno Gomes, pelos Trabalhadores Social Democratas e pela JSD, mas não serão decisivas para a defição da futura linha política do partido.

A moção da distrital de Lisboa, «Uma nova cultura para uma nova reforma», liderada por Pinto Leite, recupera o «exemplo da atitude cultural perante a política», que teve em Francisco Sá Carneiro o seu principal protagonista.

Os militantes da distrital de Lisboa definem os objectivos a defender por um Partido Social-Democrata de inspiração humanista, para a sociedade portuguesa.

Aos «erros de gestão cultural», ao «afrontamento para além da razoabilidade dos sectores liderantes da sociedade portuguesa», às incapacidades de comunicação dentro e fora do PSD e à valorização da componente economicista, a moção de Pinto Leite responde com a apologia de um «discurso político como arma cultural», a «reforma das mentalidades», a defesa dos poderes do cidadão e da justiça social.

Sobre esta questão a moção da Comissão Politica Nacional do PSD faz também uma inflexão do discurso, defendendo a solidariedade social e o diálogo com a sociedade, mas são ainda os grandes objectivos económicos «os desafios da modernidade», com a abertura da CEE aos países de Leste, que levam Cavaco Silva a definir como meta para o ano 2000 a duplicação da produção nacional.

A proposta da distrital do Porto, «Pela mobilização do partido», liderada por Luis Filipe Meneses, não pôe em causa os resultados económicos alcançados com a governação do primeiro-ministro, embora também critique a falta de diálogo do actual PSD em relação à sociedade.

Reestruturar o PSD

A grande batalha da distrital de Lisboa, no próximo Congresso, será a reforma do partido, através de uma maior ligação às bases, da «promoção dos militantes que conseguem obter prestígio junto da opinião pública», da formação de quadros políticos e da «renovação dos dirigentes».

A moção de Pinto Leite diz, claramente, que «o Congresso deve dar o exemplo, contribuindo para a renovação dos orgãos que vai eleger e aprovando uma recomendação às estruturas distritais e concelhias no sentido da mobilidade dos seus dirigentes».

Em contraponto ao que considera o «excesso de monolitismo», a distrital de Lisboa propõe uma maior autonomia do partido face ao Governo, nomeadamente no que respeita à composição da Comissão Política Nacional.

Esta teoria tem sido refutada por Cavaco Silva, alegando que não está na altura do partido pôr em causa o Governo.

A moção de estratégia da distrital do Porto, por seu lado, defende uma amnistia interna no Partido Social Democrata, nomeadamente aos militantes atingidos pelas medidas disciplinares na sequência das eleições de 17 de Dezembro, e reivindica uma «admissão seleccionada» de novos militantes.

O texto subscrito por Luís Filipe Menezes contém referências expressas aos valores da social-democracia, prevê políticas de alianças pós-eleitorais e insiste, também, no princípio da «desgovernamentalização» do partido e num apoio maior às bases.

Apoio a Mário Soares

A decisão do PSD não apresentar candidato próprio nas eleições presidenciais, anunciada por Cavaco Silva, é apoiada pela maioria dos social-democratas, independentemente de gostarem ou não do Presidente da República.

O que está em acusa é a estratégia política do partido e, nesse sentido, os militantes consideram que Cavaco «jogou bem».

A moção da Comissão Politica é mais explícita no seu apoio a Mário Soares, embora faça depender esta atitude de um compromisso no sentido de o Presidente manter a «isenção e o sentido de Estado», que norteou o actual mandato.

Nesta matéria, as distritais de Lisboa e do Porto apoiam a posição da direcção do partido, acrescentando uma *nuance*: assumem a importância das eleições presidenciais para a sociedade portuguesa.

M.J.R.

COTAÇÕES

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	48$15	54$15
ALEMANHA FED. (marco)	87$35	88$55
ÁUSTRIA (xelim)	12$40	12$60
BÉLGICA (franco)	4$011	4$261
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	126$30	128$80
(notas de 5 a 1000)	126$80	129$30
DINAMARCA (coroa)	22$80	23$20
ESPANHA (peseta)	1$324	1$444
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	149$15	152$65
(notas de 5 a 1000)	149$65	153$15
FINLÂNDIA (marka)	36$95	37$55
FRANÇA (franco)	25$85	26$55
HOLANDA (florim)	77$60	78$70
IRLANDA (libra)	233$30	237$30
ITÁLIA (lira)	$108	$123
JAPÃO (iene)	$939	$994
NORUEGA (coroa)	22$55	23$05
REINO UNIDO (libra)	241$25	245$75
SUÉCIA (coroa)	24$10	24$60
SUÍÇA (franco)	98$55	100$05
VENEZUELA (bolívar)	3$255	4$055

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

POLÍTICA

PRD prepara Convenção Nacional

Eanes continua renovador

O general Ramalho Eanes não confirmou a sua anunciada saída do PRD e o actual líder daquele partido, Pedro Canavarro, assegurou que o ex-Presidente da República continuará militante renovador até à Convenção Nacional, em Junho. Hoje, a Comissão Directiva do partido reúne-se para indicar o nome do presidente da Comissão Organizadora da 4ª Convenção do partido, bem como o local onde se deverá realizar. Serão postas à discussão duas hipóteses: Setúbal e Santarém.

Ontem, no final do almoço com Pedro Canavarro, Eanes recusou-se a prestar declarações tendo remetido a Imprensa para uma comunicação que fará até ao final desta semana.

Para Ramalho Eanes, o encontro de ontem foi antes de mais um «almoço de colegas de partido que já não se encontravam há muito tempo». Comentando um eventual distanciamento do partido que ajudou a fundar, Eanes sublinhou que «os princípios ficam e as pessoas passam».

Apesar de ter reconhecido a sua discordância relativamente a algumas posições assumidas durante momentos específicos da vida do PRD, o ex-líder dos renovadores frisou que a declaração de princípios do partido ainda é válida para a vida portuguesa.

Por seu turno, Pedro Canavarro destacou do almoço com Ramalho Eanes a reflexão que ambos fizeram sobre a vida do PRD até hoje.

«O general Eanes mostrou-se sensível ao diálogo e concordou que o período até à Convenção Nacional do partido deverá ser de instrospecção», acrescentou.

Pedro Canavarro não confirmou se Eanes participará nos trabalhos da Convenção ou não.

Segundo o líder do PRD, a nova direcção do partido foi outro dos assuntos analisado por ambos. «O general não a comentou em nenhum momento especial, mas é um facto que a renovação é necessária em qualquer partido», disse.

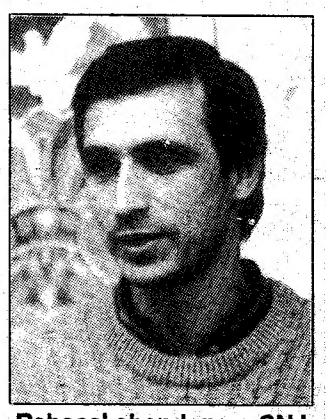
JCP candidata Amélia Pardal à direcção

«Presidência do CNJ não deve ser partidária»

A criação de mecanismos capazes de assegurar uma maior participação das organizações-membro nas actividades do Conselho Nacional de Juventude constitui a pedra basilar da candidatura da JCP à direcção daquela entidade.

Os jovens comunistas, que têm estado representados na direcção do CNJ por Carlos Rabaçal, vão propôr Amélia Pardal na Assembleia Eleitoral do próximo fim-de-semana. No programa de candidatura, ontem apresentado em conferência de Imprensa, a JCP preconiza a constituição de uma direcção «que reflicta os grandes grupos de activismo» do Conselho e considera necessário ultrapassar o «fosso» existente entre aquele órgão e as organizações que nele não estão representadas.

Embora faça um balanço positivo da actividade do CNJ no último biénio, a JCP discorda de uma direcção constituida de acordo com critérios de equilíbrio partidário. Defende que a presidência deve ser assegurada por uma organização não partidária, «susceptível de provocar uma alteração clara no estilo e na imagem» da entidade e avança, mesmo, a sugestão de atribuir o cargo máximo a organizações católicas ou escutistas.



Rabaçal abandona o CNJ para dar lugar a Amélia Pardal

A candidatura comunista preconiza, por outro lado, um novo quadro de relacionamento com o Governo, já que o actual «nem sempre foi completamente transparente». Consagrar a independência e a «afirmação própria» passa, no entender da JCP, não apenas pela clarificação do estatuto jurídico do CNJ, mas também pela inscrição de uma verba no Orçamento de Estado. Só deste modo será possível «impedir que o apoio financeiro dependa da boa vontade e livre arbítrio deste ou daquele governante».

No documento distribuido à Imprensa, a JCP apresenta um conjunto de propostas para a revisão estatutária do CNJ. Aprofundar o funcionamento democrático, assegurar condições de participação das organizações, definir o estatuto de observador e assegurar a rotatividade da passagem pela direcção são alguns dos princípios que deseja ver consagrados.

Moção das ilhas propõe novo símbolo para a JS

Rosa como símbolo

Os jovens socialistas ilhéus pretendem alterar o símbolo da JS e nesse sentido apresentaram propostas ao próximo congresso desta organização juvenil do Partido Socialista. Depois de António José Seguro, candidato a presidente da Juventude Socialista, foi a vez de Sérgio Abreu revelar publicamente a sua intenção de propor, ao abrigo dos estatutos, a alteração do símbolo da organização.

Pretendem assim que o tradicional punho fechado seja agora substituído por uma rosa vermelha, actual estandarte da Internacional Socialista.

A proposta acompanha a moção sectorial intitulada «Reduzir distâncias, alargar horizontes», subscrita pelos secretários coordenadores da JS/Madeira e JS/Açores, na qual acusa o PSD, como «partido no poder há meia de treze anos nas duas Regiões Autónomas», de «não ter inovações e não ir ao encontro dos problemas e anseios insulares».

A moção salienta a necessidade de «ser urgente sensibilizar a opinião pública e os políticos de uma forma séria e responsável, sem bairrismos, para a singularidade das ilhas, permitindo através de mecanismos eficazes a resposta aos problemas que os dois arquipélagos vivem». Neste caso, destaca «o elevado custo de bens e serviços na Madeira e Açores», o que dada a sua enorme dependência do exterior «agrava o nível de vida». Assim, «paralelamente a este comportamento é extremamente importante uma política de salários que proporcione o acesso à população insular de uma maior qualidade de vida» - consideram.

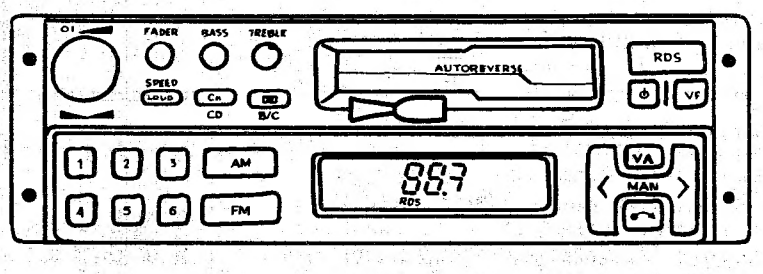
MUITA MÚSICA OU MUITA GASOLINA

ATÉ 30 DE MARÇO

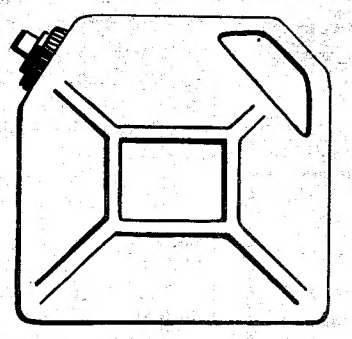
NA COMPRA DE QUALQUER

ESCORT* OU ORION

A FORD OFERECE-LHE UM



RÁDIO LEITOR DE CASSETES



OU, LEIA BEM, 350 LITROS DE GASOLINA

NÃO SE DEMORE!
VÁ JÁ AO SEU
CONCESSIONÁRIO FORD

OFERTA LIMITADA

Ford
QUALIDADE E INOVAÇÃO

* OFERTA VÁLIDA PARA AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - Consulte as condições específicas desta campanha no seu Concessionário FORD.

Encargos anuais - Consumo: de 106.587$00 a 143.520$00 • Seguro Obrigatório: de 17.003$00 a 19.110$00 • Impostos: de 2.840$00 a 4.680$00 (Base: 15.000 Km; Outubro 1989)

INTERNACIONAL

O Parlamento soviético, reunido desde ontem em Moscovo, e que deverá eleger amanhã Mikhail Gorbachev no cargo de presidente da URSS, afastou hipótese de intervenção militar

Gorbachev trava o sonho lituano

O líder soviético, Mikhail Gorbachev, considerou hoje sem validade a declaração de independência da Lituânia e afastou a hipótese de conversações sobre a separação das três repúblicas bálticas.

"Penso que esta decisão foi ilegítima e inválida", disse Gorbachev numa intervenção no início do segundo dia de trabalhos do Congresso dos Deputados do Povo.

"Os lituanos, juntamente com representantes da Letónia e Estónia, pediram a realização de conversações. Não há lugar para conversações. Só mantemos conversações com Estados estrangeiros", acrescentou.

Mikhail Gorbachev adiantou que a direcção soviética vai proceder a uma leitura política e jurídica da declaração de independência da Lituânia, que foi aprovada no domingo à noite pelo Parlamento daquela república báltica.

"A nossa posição será tornada pública logo que possível", disse.

A questão será colocada ao Soviete Supremo, o Parlamento permanente restrito da URSS, logo que o Congresso termine a sua sessão, que deverá encerrar-se amanhã.

Nessa altura, Gorbachev deverá deter maiores poderes presidenciais, que lhe permitirão legislar por decreto.

Intervenção militar fora de hipótese

"Até ao esclarecimento de toda a situação no âmbito do Soviete Supremo, da Câmara das Nacionalidades e do Governo, trabalharemos assim como trabalhámos até agora", declarou Gorbachev na sessão plenário do Parlamento soviético.

A referência de Gorbachev à declaração de independência da Lituânia suscitou aplausos dispersos.

O líder soviético leu ao Congresso vários telegramas condenando a decisão lituana, incluindo alguns de cidadãos lituanos.

Salientou também a presença de alguns deputados lituanos no Congresso e saudou-os.

Algimantas Cekuolis, membro do Comité Central do Partido Comunista lituano, afirmou ontem que 36 dos 58 deputados lituanos eleitos no ano passado assistiam à sessão como "convidados e observadores" e apenas a pedido pessoal de Gorbachev.

Já ontem o líder soviético tinha considerado "alarmante" a declaração de independência da Lituânia, mas não sugeriu que planeasse qualquer acção para impedir a secessão daquela república báltica.

Iegor Ligachev, um dos políticos conservadores do PCUS, afastou por seu turno a hipótese de uma intervenção militar na Lituânia, que se declarou independente após 50 anos sob regime soviético.

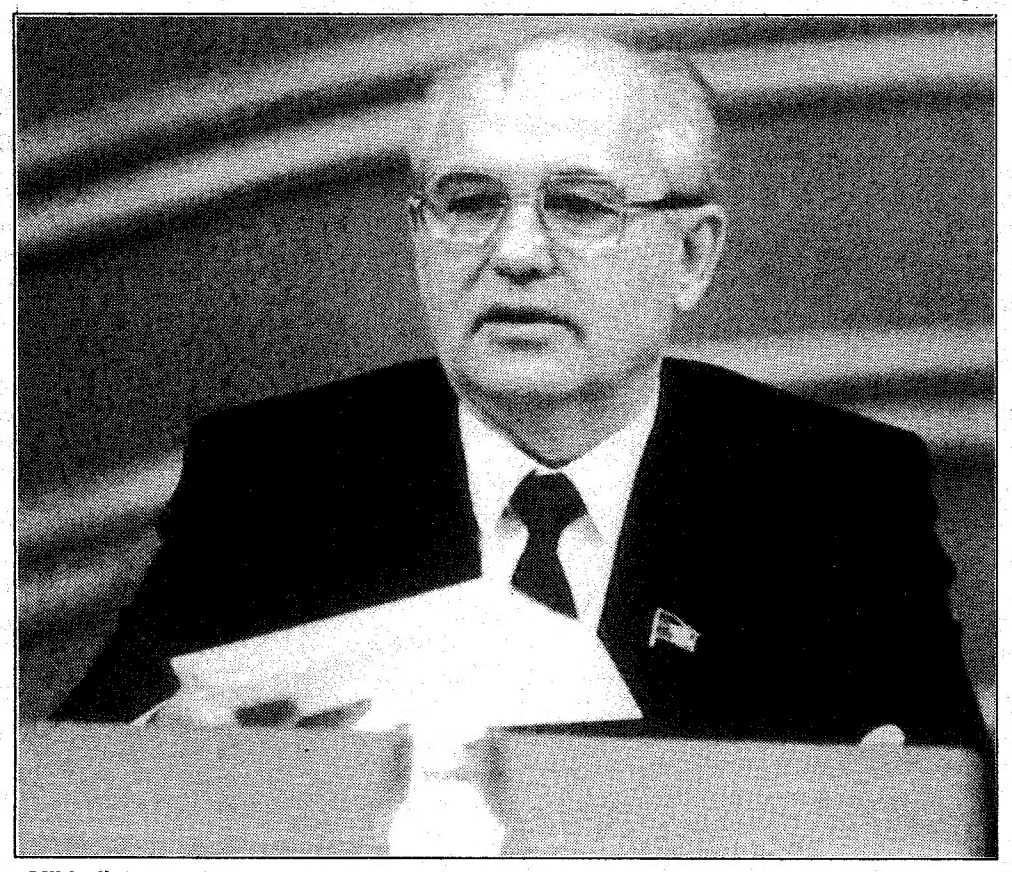
Presidente é eleito amanhã

O Congresso dos Deputados do Povo vota hoje as propostas de alteração à Constituição soviética.

Antes da votação das alterações dos artigos sexto e sétimo da Constituição, que atribuem o monopólio político ao PCUS e a institucionalização do cargo de presidente do país com amplos poderes, os deputados travaram animado debate sobre essas mudanças.

Os debates de ontem centraram-se na proposta de criação do cargo de presidente, apresentada pelo Soviete Supremo da URSS, que recebeu o apoio da maioria dos deputados.

A sessão extraordinária do Congresso de Deputados termina amanhã após aprovação das emendas à Constituição e depois da eleição do primeiro presidente do país: Mikhail Gorbachev. A sua eleição é considerada como certa por analistas políticos soviéticos.



Mikhail Gorbachev proferindo o discurso de abertura do Congresso extraordinário dos Deputados do Povo, em Moscovo

Debate sobre o presidencialismo

A maioria dos intervenientes no Congresso extraordinário de Deputados do Povo da URSS, que desde ontem decorre em Moscovo, pronunciou-se a favor da criação imediata da presidência, explicando tal necessidade pela actual "crise de poder".

Segundo os partidários do presidencialismo, este será o único meio de garantir a unidade e a integração das nacionalidades na União Soviética.

Entre os apoiantes desta ideia estão, parcialmente, militantes do PCUS, partido que pareceu outrora inabalável, mas que está a tornar-se cada vez menos eficaz na solução da crise em que se encontra o país.

Os comunistas, ou seja, a maioria absoluta dos deputados, repudiam a ideia de ineficácia do PC.

"Se não for criado um poder presidencial forte e eficaz, a recusa do PCUS das actuais funções poderá provocar a anarquia", disse o deputado Vadim Medvedev, membro do Politburo e "ideólogo" do PCUS.

Redacção "DL"/Lusa/Reuter

Eleições livres na Bulgária

Na Bulgária, o governo comunista e a oposição chegaram oficialmente a um acordo para que haja eleições livres «antes do fim do primeiro semestre de 1990», provavelmente no próximo mês de Junho.

Este acordo, obtido ontem durante a mesa redonda entre governo e a oposição constituída por 15 partidos, reunida à volta de Jelio Jelev, presidente da União das Forças Democráticas (UFD), marca o fim de um impasse negocial que durava há mais de um mês.

Na origem do conflito que confrontava governo comunista e oposição, encontra-se a questão das reformas constitucionais a introduzir. A oposição defende que estas eleições levem, numa primeira fase, à formação de uma assembleia constituinte encarregada de adoptar uma nova Constituição e uma nova lei eleitoral, deixando para uma segunda fase as eleições legislativas normais.

A. F. P.

É mau ser russo nos países bálticos

Um sentimento profundo permeia o quotidiano nas Repúblicas Bálticas, aparece nas conversas, nota-se nas repartições, verifica-se nos olhares, gera tensões nas hierarquias dos empregos, forma «ghettos»: a hostilidade aos russos e, por parte destes, a queixa mais ou menos indignada ou magoada, perante a queda dos privilégios que detinham nos territórios anexados e militarmente ocupados pela União Soviética.

Na Estónia e na Letónia os russos representam, respectivamente, 28 e 33 por cento da população. Na Lituânia não ultrapassam os 3 por cento. «Ninguém lhes liga» - disse ao «DL», em Vilna, o jovem Haroldas Subacius, da Sajudis ou seja a frente popular lituana. E o próprio Ivanov, líder do «Edinstvo», o movimento que agrupa os russos da Lituânia, reconhece que não interessa ao seu programa político tratar da questão das nacionalidades. «Preferimos defender problemas do meio ambiente, da economia e da ciência», diz Ivanov. Não é assim nas duas outras Repúblicas Bálticas.

Em Riga, capital da Letónia, ainda não há muito tempo os russos fizeram desfilar pelas ruas milhares de pessoas da sua etnia, em reivindicação dos seus direitos, ou melhor, da manutenção das posições de privilégio que detinham e ainda parcialmente detêm na Letónia.

Na Estónia, o próprio Governo, do Partido Comunista, viu-se obrigado a lançar um claro aviso público contra os «agitadores russos» que organizaram, há meses, greves nos sectores da indústria em que a sua etnia domina ou tem força suficiente para causar uma paralisação. As greves foram precedidas por protestos dos russos contra a decisão governamental de dar prioridade, nas escolas, ao ensino da língua e da cultura estonianas.

... e chega a ser perigoso

Há ainda na Estónia uma outra classe de russos: os reformados.

Beneficiando das vantagens de um melhor sistema de abastecimentos e de um ambiente mais cosmopolita, tipo escandinavo, muitos russos instalaram-se na zona de Tallinn, para o que pensavam ir ser uma velhice agradável, na posição de dominadores. Alguns deles estão, agora, a mudar de ideias.

Não há agressividade física por parte dos estonianos contra os russos. Ficam-se por críticas mais ou menos bem educadas ou por uma maneira desagradável de pronunciar, em seu modo, a palavra «russos». Já o mesmo não acontece quando a muitos russos se fala, na União Soviética, sobre os povos das Repúblicas Bálticas. A rejeição e a agressividade são muito vincadas. E chega a ser perigoso.

Nos finais do ano passado, um casal de russos, residente em Moscovo, pensou ir visitar amigos, russos também, que vivem na Estónia. Pensou e hesitou. Lembraram-se de histórias de viajantes que foram enxovalhados e agredidos fisicamente quando ainda em território russo mas já nas proximidades da fronteira com a Estónia. Motivo da agressão: constar que iam em visita à Estónia. O casal de russos fez, enfim, a viagem e só foi alvejado com algumas frases de crítica, mas...

A única medida discriminatória que as três Repúblicas Bálticas já tomaram foi a de fecharem a entrada de novos imigrantes russos, pondo termo à liberdade automática de residência de que eles dantes beneficiavam. E está a diluir-se a prioridade de que dispuseram, até agora, por exemplo, no acesso às habitações. Nos chamados bons tempos, os russos que se instalassem numa das três Repúblicas passavam à frente de todos os naturais do país que estivessem nas longas listas de espera para conseguir uma casa.

Há, no entanto, uma atmosfera de procura de soluções negociadas e de bom-senso. Em termos gerais, a orientação é aquela que, falando ao «DL», definiu Rein Veidemann, membro do Conselho Executivo da Frente Popular da Estónia: «Devemos procurar soluções inteligentes de coexistência com a URSS. Assim o entendemos também com os russos que vivem na Letónia. Não desejamos expulsá-los mas sim integrá-los como amigos.»

Paulo David

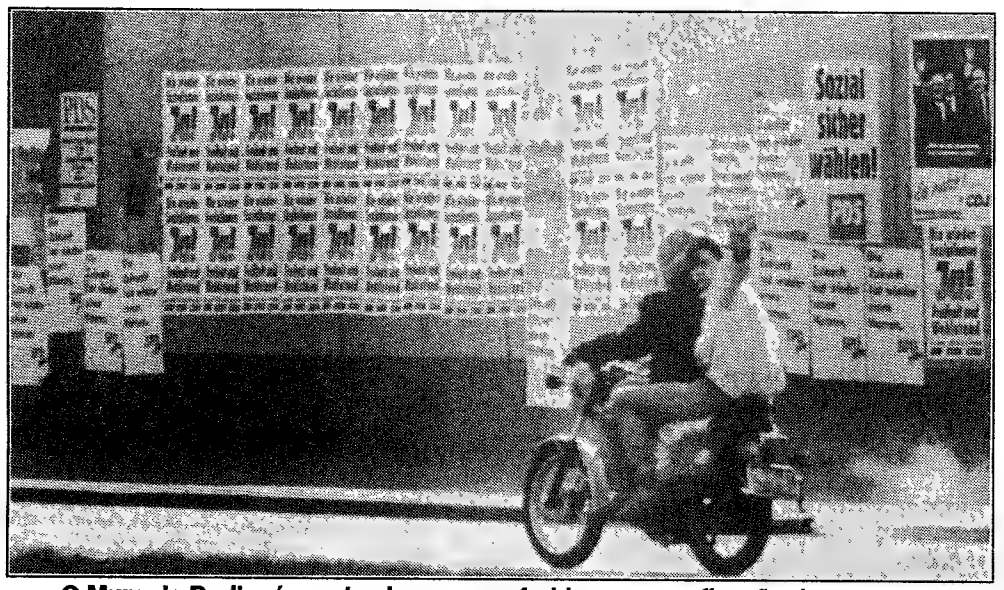
Sondagens sobre eleições na RDA revelam

Disputa renhida entre SPD e conservadores

Especial para o «DL»

A poucos dias das primeiras eleições livres na história da República Democrática Alemã, o Partido Social Democrata (SPD), ao qual sondagens no mês passado davam 54 por cento dos votos, parece ter perdido um pouco da sua popularidade. Os inquéritos levados a cabo na semana passada indicam que a Aliança para a Alemanha e a União dos Democratas Independentes, os partidos de centro direita apoiados pela coligação governamental da República Federal da Alemanha, podem contar com 30 a 35 por cento dos votos nas eleições do próximo domingo. Enquanto o SPD, ainda segundo as mesmas sondagens, vê a sua fatia do bolo eleitoral reduzida para 34 po cento.

Note-se que devido à pouco desenvolvida técnica de sondagens na RDA, os observadores políticos aconselham a cautela na avaliação dos números e resultados obtidos por esta via. Não há dúvida, no entanto, que a Aliança para a Alemanha, da qual fazem parte os partidos União Cristão-Democrata, Iniciativa Democrática e União Social Alemã, é hoje muito mais popular do que há apenas quatro semanas. Para isso contribuiu a assistência maciça concedida pelos partidos irmãos oeste-alemães. Esta não se limita ao apoio material e financeiro, incluindo também o envio de representantes do Governo de Bona e dos partidos da coligação governamental a manifestações organizadas no quadro da campanha eleitoral. Orador solicitado é o próprio



O Muro de Berlim é um dos lugares preferidos para a afixação dos cartazes da campanha para as eleições de domingo

chanceler Helmut Kohl, que atrai centenas de milhares de leste-alemães, sempre que aparece em público.

Brandt contra Kohl

Esta popularidade só lhe é disputada pelo presidente honorário do SPD na RFA e dirigente da Internacional Socialista, Willy Brandt. Também os social-democratas ocidentais não se mostram avarentos na assistência concedida ao partido-irmão no Leste. A história do SPD, cujas raízes democráticas remontam ao século XIX, e cujos membros foram vítimas tanto da perseguição nacional-socialista, sob Hitler, como da polícia secreta comunista da RDA, torna-o credor e merecedor de confiança aos olhos de uma grande parte dos leste-alemães.

Numa tentativa de denegir esta imagem do SPD, os partidos conservadores em Bona e Berlim-Leste ressaltam o termo «socialismo», que, afirmam, em nada difere daquele propagado pelo partido comunista SED - hoje PDS - que governou durante mais de 40 anos e que arruinou o país. Em contrapartida o SPD, forçado a dissolver-se no SED em 1946 e reformado no Verão de 1989, aponta o dedo acusador para partidos como a CDU e o LDP (Partido Liberal), os chamados «partidos do bloco», que durante mais de quarenta anos colaboraram estreitamente com a ditadura comunista.

Golpes baixos

A campanha eleitoral apresenta-se violenta, as insinuações e as acusações multiplicam-se, os golpes baixos tornaram-se rotina. No meio de tudo isto, os cidadãos da RDA mostram-se indecisos: cerca de 40 por cento ainda não decidiram em quem votar. É pouco provável que a sua decisão seja influnciada pelo passado histórico dos 34 partidos que se candidatam às eleições. Muito mais pesa a ameaça velada dos partidos da coligação governamental em Bona, segundo a qual só o voto pela Aliança para a Alemanha e pela União dos Democratas Independentes poderá garantir aos leste-alemães aquilo que a maioria ambiciona: a reunificação rápida e a união monetária, para muitos a única forma viável de sanear a economia agonizante. É o receio de uma redução da assistência e do empenhamento futuro pela reunificação por parte de Bona no caso de uma vitória eleitoral do SPD, simultaneamento o maior partido da oposição na Alemanha Ocidental, que poderá levar os leste-alemães a votar não com idealismo, mas sim com pragmatismo.

Cristina Krippahl, na RFA

Depois da invasão norte-americana há seis anos

Eleições em Granada sem surpresas

Hoje há eleições em Granada, uma ilha das Antilhas que forneceu, há seis anos, assunto para as manchetes dos jornais, quando foi alvo de uma invasão norte-americana.

O dia de hoje é ainda, há 11 anos, uma data simbólica para a ilha, quando o «Movimento Nova Jóia», com Michael Bishop no comando, depôs o chefe do governo, o direitista Eric Gairy, e abriu caminho a um «modelo socialista de desenvolvimento».

Em Outubro de 1983, Bishop, designado primeiro-ministro e regressado de uma visita a Cuba e ao Leste Europeu, vê-se envolvido num diferendo com a segunda figura do executivo, o vice-primeiro-ministro Bernard Coard, que o manda prender.

Bishop acabaria por ser liquidado, num confuso lance envolvendo apoiantes e militares.

Na sequência destes incidentes tomou o poder um conselho revolucionário militar liderado pelo comandante chefe das forças armadas, general Hudson Austin. Mas o novo regime não foi reconhecido pelos países vizinhos membros da organização dos Estados das Caraíbas Ocidentais.

As condições para Washington intervir tinham, entretanto, «amadurecido».

Já antes havia um pretexto: a construção, com o apoio de Cuba, de um aeroporto. Para o Governo de Bishop, a obra era um meio de incrementar o turismo; para Washington, uma escala no transporte de tropas cubanas para África.

A invasão de 1983

No dia 25 de Outubro de 1983, cinco mil fuzileiros e paraquedistas norte-americanos tomam de assalto a capital, St. George, logo seguidos por um contigente de três centenas de polícias de seis países das Caraíbas.

Controlada a situação, Paul Scoon, representante da coroa britânica na ilha, é designado por Washington para liderar um Governo provisório e preparar eleições.

O acto eleitoral realizou-se em Dezembro de 1984 e o vencedor, o Novo Partido Nacional (NPN), colocou à cabeça do executivo o seu líder, Herbert Blaize, que tinha sido primeiro-ministro durante o domínio colonial britânico.

Washington aprovou os resultados eleitorais e as tropas norte-americanas acabaram por sair em Junho de 1985.

Nos quatro anos entretanto decorridos Granada regressou ao segundo plano dos noticiários e nem serão as eleições de hoje a conseguir repô-la na ribalta, a menos que, surpresa tida como improvável, a esquerda vença.

Participam na corrida eleitoral cinco partidos mas os que, segundo os analistas, reunem maiores possibilidades são o Partido Unido Trabalhista de Granada, de Eric Gairy, o Congresso Democrático Nacional, liderado por Nicholas Bratwaite e o Novo Partido Nacional, liderado por Keith Mitchell.

Lusa

B R E V E S

Acabou embargo dos EUA à Nicarágua

Em conversa telefónica com a Presidente-eleita da Nicarágua, Violeta Chamarro, George Bush anunciou hoje o fim do embargo económico norte-americano à Nicarágua. O Presidente dos EUA prometeu também o início do estudo de uma concessão urgente a este país no valor de 500 milhões de dólares. Entretanto, num outro país da América Central, o Panamá, a ajuda humanitária prometida pelos EUA após a invasão tarda a chegar. Por esse motivo, o Presidente panamiano, Guillermo Endara, inicia hoje o seu 12º dia de greve de fome, enquanto a Casa Branca reconhece o atraso, atribuindo-o à demora do Congresso em aprová-la.

Juiz assume presidência do Haiti

O ex- Presidente do Haiti, general Prosper Avril, chegou ontem de manhã num avião militar dos EUA ao estado norte-americano da Florida. A coligação de oposição designou a juiz do Supremo Tribunal, Herta Trouillot, para governar o país provisoriamente até à realização de eleições dentro de três mêses. O novo Governo interino é formado por 19 membros eleitos pela oposição.

Estudantes italianos em greve de fome

A semana de agitação decretada pela Convenção Nacional dos estudantes italianos que há mais de três meses ocupam as universidades alastra a outros sectores preocupando as autoridades. Estas ameaçam agora cortar luz, água e comunicações nas instalações universitárias. Em Florença , onde há graves incidentes de intolerância racial, os estudantes da «Pantera » entraram em greve da fome em solidariedade com os emigrados negros que protestam contra a sua expulsão do centro histórico da cidade, ordenada pelo presidente da Câmara. Em Nápoles os estudantes bloquearam as linhas férreas por mais de três horas e em Roma manifestaram-se à frente das empreitadas dos Mundiais de Futebol .

Lopo Nascimento em Lisboa

Lopo Nascimento, comissário provincial da região da Huíla, encontra-se em Lisboa em visita particular. Lopo Nascimento ex-primeiro-ministro angolano integra a comissão do Comité Central encarregue de estudar as reformas constitucionais a debater no próximo Congresso do MPLA, que se efectua ainda este ano.

Ruptura no Governo de Israel

Peres é destituído e ministros demitem-se

A decisão do primeiro-ministro israelita, Yitzhak Shamir, de demitir, esta manhã, o ministro das Finanças e líder dos trabalhistas no Governo de união nacional, Shimon Peres, é o culminar de um clima de nuvens negras que pairava sobre a coligação Likud-Trabalhistas, durante as últimas semanas. Como consequência, os ministros trabalhistas demitiram-se em bloco e a queda do Governo poderá estar, neste momento, por um fio.

A destituição de Shimon Peres por Shamir verificou-se logo no início da reunião do Conselho de Ministros, e é vista como uma clara resposta do primeiro-ministro israelita às deliberações dos trabalhistas adoptadas, ontem à noite, votando favoravelmente a ruptura da coligação, caso o Likud não desse uma resposta positiva ao Plano Baker, sobre as eleições nos territórios ocupados da Cisjordânia e da faixa de Gaza.

Shamir vê agora reduzidas as hipóteses de passar as moções de censura contra o seu Governo, que serão debatidas e votadas na próxima quinta-feira, no Knesset (o Parlamento israelita). E isto por uma questão muito simples: poucas horas depois da destituição de Shimon Peres, arrastando consigo a demissão dos ministros do seu partido, é dado como certo que os deputados trabalhistas irão engrossar as hostes da oposição ao Governo. O resultado final da votação não é para já previsível, sobretudo porque não se sabe ainda qual o sentido do voto dos partidos religiosos. Estes surgem uma vez mais, politicamente, com um poder reforçado e com os quais tanto o Likud como os Trabalhistas terão que se entender numa possível saída para a crise política.

Redacção «DL»/AFP

INTERNACIONAL

EUA preparam diálogo MPLA/UNITA

Especial para o «DL»

Os Estados Unidos não se vão envolver directamente nas negociações de paz em Angola mas apenas utilizar a sua influência, contribuindo para um clima favorável na retomada do diálogo entre o MPLA e a UNITA, revelaram ao «DL» altos funcionários do Departamento de Estado norte-americano.

Os funcionários, que participaram na recente reunião da Comissão Tripartida - entre Angola, Cuba e África do Sul -, permaneceram em Luanda até ao último fim-de-semana para contactos com o Governo angolano, tendo admitido a possibilidade de um apoio dos EUA a Cabo Verde caso este país aceite acolher os dirigentes da UNITA e do MPLA, com vista a desbloquear o impasse verificado no conflito interno daquele país.

Segundo disse ao «DL» uma fonte próxima dos funcionários norte-americanos de passagem por Luanda, «Cabo Verde tem uma postura política internacionalmente respeitada e, além disso, conhece bem as partes envolvidas no conflito», adiantando ainda que a «mediação zairense vai diluir-se à medida que se encontrem canais alternativos».

Segundo declararam ainda as mesmas fontes, «Mobutu tem uma margem de manobra diplomática muito reduzida. Moralmente, é uma figura desgastada e os Estados Unidos não ignoram isso».

Desde o desencadeamento da ofensiva das FAPLA contra Mavinga que as relações entre Luanda e Kinshasa esfriaram. Várias reuniões do comité dos oito países africanos liderados por Mobutu foram sucessivamente adiadas. Recentemente o Presidente José Eduardo dos Santos confirmou que estavam a ser explorados outros canais para conversações com a UNITA, sendo, contudo, pouco provável que Luanda assuma o risco político de deixar cair publicamente a mediação zairense.

EUA e URSS acertam agulhas

Segundo os funcionários americanos existe consenso entre a Washington e Moscovo para uma solução negociada da guerra em Angola, posição na qual vai insistir o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, na sua próxima escala em Luanda, dia 17.

Outra questão em aberto, diz respeito a um provável encontro entre os presidentes Eduardo dos Santos e George Bush e a probalidade de Mikhail Gorbachev receber o lider dos rebeldes, Jonas Savimbi. «É uma ideia que o Departamento de Estado não exclui totalmente», disseram ainda os funcionários norte-americanos, em Luanda.

Entre eles existe a noção clara da dificuldade e da morosidade destas negociações. Os EUA já afirmaram que continuarão a apoiar a UNITA, permitindo-lhe uma certa firmeza negocial, numa altura em que alguns sectores político-militares de Luanda poderiam inclinar-se para uma solução militar. No entanto, de acordo com o ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro Van-Dunen, «Loy», a escalada da guerra no Sudoeste do país não impedirá que as negociações retomem «o mais depressa possível», em local não especificado.

Os frequentes comunicados do ministério angolano da Defesa confirmam que, no seguimento da ofensiva das tropas governamentais contra Mavinga, os rebeldes intensificaram os ataques no Centro e Sul do país e estão a estendê-los às províncias do Norte, nas regiões fronteiriças com o Zaire, o que cria maiores espectativas na capital angolana à volta das próximas negociações directas entre o Governo e a UNITA.

Joaquim Aguiar dos Santos

Demonstrando um maior empenho na solução dos conflitos na África Austral a Administração Bush apresentou uma proposta de paz em sete pontos aceite por Maputo

Washington apresenta plano de paz

Do nosso correspondente em Washington

George Bush recebeu, há poucas horas, na Casa Branca, Joaquim Chissano, num encontro que assinalou o inicio de uma visita oficial de trabalho do dirigente moçambicano a Washington, precisamente no momento em que começa a ser visível o maior envolvimento dos Estados Unidos no processo de paz naquela antiga colónia portuguesa.

Com efeito, 24 horas antes da chegada do presidente Chissano, a «Voz da América» revelou, em primeira-mão, a existência de um plano de paz de sete pontos destinado a contribuir para o início de conversações directas entre o Governo de Maputo e a Renamo.

O referido documento, que preconiza o cessar fogo, sustenta que «a democracia em Moçambique se baseia na liberdade de expressão, de associação e na oportunidade económica para todos». E especifica textualmente numa outra passagem: «Todos os moçambicanos têm o direito de tomar decisões que envolvem a governação de todos os cidadãos».

Renamo rejeita proposta dos EUA

De acordo com uma fonte diplomática moçambicana em Washington, o Governo de Maputo não levanta objecções aos sete pontos, enquanto que o porta voz da Renamo nos Estados Unidos, em declarações prestadas ao «DL», rejeitou frontalmente a proposta americana, acusando o Departamento de Estado de

O presidente moçambicano, Joaquim Chissano, aceita em princípio a proposta de paz de George Bush

estar, desta forma, a dificultar o processo de paz. A Renamo insurge-se particularmente contra o que é estabelecido no ponto seis da proposta, onde se pode ler que «todas as partes envolvidas no processo deverão reconhecer a legitimidade da República de Moçambique, a sua Constituição, instituições e as leis fundamentais delas derivadas».

Apesar de revelados agora, os sete pontos foram apresentados à direcção da Renamo no fim do ano passado por diplomatas da embaixada norte-americana em Harare e imediatamente rejeitados pelo próprio Afonso Dlhakama, num encontro realizado em Nairobi, onde o líder rebelde aguardava resposta a uma contraproposta governamental para o início de conversações directas. Ontem mesmo, Júlio Seffo, o porta- voz da Renamo nos Estados Unidos, reiterava a posição do seu líder, reafirmando a necessidade urgente de conversações directas sem pré-condições, enquanto que Valeriano Ferrão, embaixador de Moçambique, enfatizava o papel mediador dos presidentes Robert Mugabe e Arap Moi sem, no entanto, desmerecer a proposta de Washington.

Bush e Chissano encontro a sós e almoço de trabalho

De admitir que a posição norte-americana no conflito interno moçambicano tenha sido debatida no encontro, de cerca de quinze minutos, a sós entre Gorge Bush e Joaquim Chissano. A proposta de Washington, definida pelo secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, apenas como «facilitadora» do processo de paz em Moçambique, visa, por um lado, não ultrapassar as iniciativas mediadoras africanas e, por outro, não comprometer a administração Bush num processo negocial intrincado, potencialmente demoroso e, muitas vezes, condenado ao fracasso.

O embaixador moçambicano em Washington admite que esta visita de Chissano não será, decerto, decisiva para o evoluir do processo de paz. Acompanhado por uma vasta equipa liderada por os ministros da Cooperação, Jacinto Veloso; das Finanças, Magid Osman; e dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mucumbi; Joaquim Chissano conta fazer aqui uma vasta de operação de sensibilização junto dos investidores locais, agora que Moçambique foi retirado, da lista dos países marxistas definida pela Casa Branca, abrindo-se-lhe, assim, o acesso a certas garantias bancárias e ao investimento norte-americano.

Ajuda ao investimento privado

Mas, o investimento terá que ser feito no sector privado em Moçambique, dado que o Congresso não levantou ainda uma disposição segundo a qual a ajuda económica àquela antiga colónia portuguesa apenas pode ser feita através do sector privado e que qualquer ajuda militar terá de obedecer a requisitos de tal forma estritos que não se afigura fácil ultrapassar na actual conjunctura. Alias, uma fonte do Congresso disse à «Voz da América» que « os moçambicanos não pediram ajuda militar, nem nós a poderíamos dar». Ainda segundo a mesma fonte, o apoio político é escasso para avançar qualquer ajuda militar a Maputo. «Neste momento - comentou a mesma fonte - Moçambique precisa de estímulos de paz, não de ajuda militar».A missão de Chissano será pois, uma vez mais, dar ênfase a necessidade da ajuda económica ao seu país. Este ano, Washington vai conceder a Moçambique um total de 77,9 milhões de dólares de ajuda humanitária e de incentivo ao desenvolvimento económico. Em 1991, a ajuda norte-americana poderá estar reduzida a 52 milhões de dólares, sendo, contudo, de admitir que Maputo possa ver aumentada aquela verba através de outras ajudas, nomeadamente do apoio aos muitos milhares de moçambicanos que se encontram refugiados nos países vizinhos.

Filipe Vieira

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro e Ilhas

Campo dos Mártires da Patria, 50 1.º e 2.º (Sede) — Telefs 52 89 34/5 - 52 86 30 — 1198 LISBOA CODEX

ESTIP INTERSINDICAL

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL DESCENTRALIZADA

Convoco uma Assembleia Geral Descentralizada ao abrigo do artigo 46.º, alínea *i)* e artigo 47.º, n.º 2, alínea *b)* dos Estatutos e do artigo 6.º, n.º 1, do Regulamento da Assembleia Geral, a realizar em empresas a anunciar oportunamente na área das respectivas delegações e nas Delegações da Amadora, Alverca, Leiria, Lisboa, Mem Martins, Sacavém e Santarém, nos dias 4 e 6 de Abril de 1990, respectivamente, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO — Aprovação do Regulamento das delegações da Amadora, Alverca, Leiria, Lisboa, Mem Martins, Sacavém e Santarém.

Os horários do funcionamento das mesas de voto são divulgados oportunamente.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Maria do Carmo Tavares

QUOTIDIANO

Depois de ter esfaqueado a mulher, o cunhado e os sogros, Domingos deitou fogo à barraca que servia de armazém

Madrugada sangrenta na Quinta de Sto. António

Um indivíduo de 33 anos, conhecido por Domingos, anda a monte, depois de ter esfaqueado na madrugada de hoje quase toda a família. Mulher, cunhado, sogro e sogra estão no hospital gravemente feridos e pensa-se que os dois homens poderão mesmo não escapar, segundo uma das moradoras da Quinta de Santo António, em Lisboa. Antes de fugir, deitou fogo à miserável barraca onde o sogro armazenava toda a espécie de bugigangas que vendia na feira da Ladra.

«Ele andava sempre a dizer que um dia havia de os matar a todos e agora quase conseguiu» disse uma das vizinhas que, com medo de represálias, se não quis identificar. «Nós nem ligámos aos gritos porque era todas as noites o mesmo. Na noite anterior tinha batido na vizinha do nº 3, com um ferro, até a deixar toda negra. Já era hábito mas hoje, quando vimos as chamas, corremos a apagar o fogo». Indignada, a mulher vai mais longe: «Lá que se matem uns aos outros é lá com eles. Agora, deitar foga à barraca é que não. Temos as botijas de gás nos quintais e, se não fossem os bombeiros, as barracas tinham ardido todas».

Serafina Abrantes, outra das moradoras da Quinta de Santo António, só hoje de manhã soube do sangrento acontecimento, diz. Tentava, a custo, apagar o rasto de sangue que se estendia por alguns metros até à entrada da sua porta. «Ele é má rês. Traiçoeiro, sempre pronto a provocar, não sabia fazer nada a não ser beber». Pai de um filho com pouco mais de um ano, Domingos estava actualmente separado da mulher, vivendo numa barraca ao fim da rua. Várias vezes a tinha já ameaçado e hoje, de madrugada, resolveu cumprir a promessa.

Greve dos maquinistas sem fim à vista

Os maquinistas da CP poderão prolongar as greves parciais que estão a cumprir para além do dia 21, data anunciada para o seu termo, afirmou esta manhã ao DL António Medeiros, dirigente da estrutura sindical da classe. As paralisações entraram hoje no seu segundo dia, com adesões totais segundo o sindicato, e mais comboios do que os previstos a circular, na óptica da empresa.

Segundo aquele sindicalista, «os maquinistas não vão baixar os braços e pôr de lado a greve enquanto não tiverem conseguido um acordo que satisfaça as suas reivindicações». E, tendo em conta a posição intransigente adoptada pelo Conselho de Gerência até ao momento, tudo aponta para que a luta continue.

Embora não esteja posta de parte a hipótese de greve total, António Medeiros defendeu a continuação das paralisações parciais, por duas razões: «por um lado queremos chegar a um acordo e, por outro, evitar actos repressivos por parte do Conselho de Gerência ou do Governo», pois a administração «está à espera de oportunidade para actuar de forma administrativa», como já fez em anteriores greves, com a exigência de serviços mínimos considerados ilegais pelo sindicato. Nesse sentidop, na perspectiva do sindicato, aparecem as ameaças de requisição civil.

Hoje no seu segundo dia, a greve dos maquinistas regista uma adesão total, com uma incidência na circulação de 30 a 40 por cento, tanto nos comboios de mercadorias como de passageiros, segundo os dados do sindicato. Os Intercidades e os Alfa não se estão a realizar.

A versão da empresa é diferente, conforme as informações prestadas ao DL pelo gabinete de Relações Públicas: «Estão-se a efectuar mais comboios do que os que estavam previstos, mantendo-se, a par, o esquemas de alternativos».

«Há comboios 'curtos', como por exemplo da Amadora, não previstos mas que se estão a realizar. As pessoas preferem-nos, mesmo atrasados, aos alternativos», acrescentou a mesma fonte empresarial.

No entanto, o comboio previsto para a 1 e16 horas desta madrugada não se efectuou, e os passageiros dirigiram-se para os alternativos... mas estes não existiam, e tiveram que esperar pela composição seguinte, à 1 e 40 horas.

Ainda segundo a CP, «nas outras linhas a circulação está dentro dos parâmetros previstos e para o Porto efectuaram-se três comboios especiais, equivalentes ao Alfa, que pouco mais lentos são do que aqueles». A diferença é de 35 minutos, de Lisboa ao Porto, devido ao facto de terem mais paragens, explicou. Na opinião de António Medeiros, o presidente do Conselho de Gerência da CP está a «jogar» na máxima «dividir para reinar».

Por um lado utiliza a coacção sobre os maquinistas para esvaziar a greve, como é o caso das «cartas individuais que estão a ser enviadas informando das alterações de horários e com o aviso explicito de que o não cumprimento derá azo a processo disciplinar», disse o sindicalista. O caso foi já entregue os juristas do sindicato para que o assunto entre nos tribunais, bem como seguirá uma queixa para a OIT.

Por outro lado, na opinião de António Medeiros, o presidente da gerência, cujo mandato terminou há um ano, está a «servir interesses que não são os da empresa, para manter o lugar».

Nesse sentido, tenta dividir os trabalhadores, assinando um acordo de princípio com os sindicatos da UGT - que estes alegam que não está a ser cumprido, ameaçando já com greve - e servindo-se dele como «entrave» para negociar com os maquinistas.

Com um presidente do Conselho de Gerência cujo mandato já terminou, «não temos um parceiro a corpo inteiro com quem dialogar, pelo que o Ministério da tutela ou a Secretaria de Estado deveriam tomar a iniciativa de promover o diálogo», afirmou António Medeiros.

Depois de novo atentado contra colégio

Bombistas de Albergaria detidos pela Judiciária

Os dois presumíveis autores do atentado contra o colégio de Albergaria-a-Velha, efectuado domingo à noite, foram presos por decisão do juiz de instrução criminal de Aveiro, disse hoje, ao DL, fonte da Polícia Judiciária.

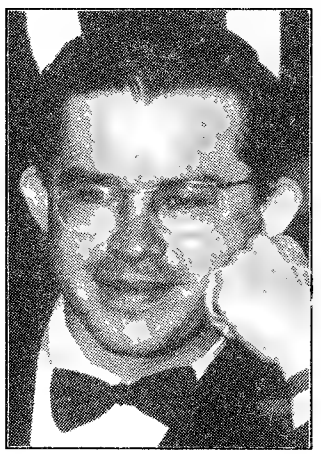
A delegação daquela instituição, em Coimbra, a quem está entregue a investigação do caso, admite que os indivíduos - Luis Soares da Silva e Fernando da Silva Campos, ambos de 29 anos - sejam os presumíveis autores dos três atentados contra aquele estabelecimento de ensino.

De acordo com a PJ, a investigação da «rede bombista de Albergaria« que tem visado alvos relacionados com o presidente da câmara da autarquia, Luis Marques, continua a ser dirigida pelos agentes de Coimbra e Aveiro, não se confirmando, deste modo, informações segundos as quais o assunto já teria transitado para a Direcção Central de Combate ao Banditismo.

Os detidos - que tem antecedentes criminais - lançaram uma granada contra o colégio de Albergaria domingo à noite, originando danos na camarata do colégio que ficou com os vidros partidos.

Depois da explosão, uma brigada da PJ de Aveiro, que vigiava o local, onde já houveraxfx dois atentados, perseguiu os criminosos intimidando-os a parar com sinais sonoros e tiros, detendo-os depois de um acidente de viação que lhes causou ferimentos.

Aos três atentados perpretados contra os interesses do presidente da Câmara, Luís Marques, somam-se cinco incêndios que consumiram dezenas de hectares de pinhais e matas do concelho.



Miguel Esteves Cardoso

«O Independente»

MEC não sai da direcção

Miguel Esteves Cardoso nega ao «DL» o abandono de «O Independente». Segundo o director do semanário o que se passa «é que vai ser lançada uma revista mensal para ambos os sexos. Talvez passe para director-adjunto de «O Independente». Miguel Esteves Cardoso fez questão em recordar que «O Independente» foi um projecto criado por si e Paulo Portas e que «o meu compromisso para com o Paulo e o jornal não está em causa».

Sobre a futura revista, o que será e a quem pertencerá, Esteves Cardoso nada quis revelar, acrescentando ser um segredo absoluto.

Às terças-feiras

JL jornal de letras, artes e ideias

Luciana Stegagno Picchio

A paixão pelo Portugal azul

■ Grande entrevista e textos de José Cardoso Pires, Almeida Faria, Maria de Lurdes Belchior, Alberto Pimenta e Luiz Francisco Rebello

Dourdil

A evocação do pintor por Rui Mário Gonçalves, David de Almeida, Gil Teixeira Lopes, Isabel Lajinhas, Rocha de Sousa, Vergílio Ferreira e Raul Rego

Teatro de S. Carlos

Uma cúpula sem bases

■ Entrevista com Ribeiro da Fonte

QUOTIDIANO

CGTP propõe novo critério para abono de família

A CGTP reivindicou ontem uma nova política para o abono de família e a fixação do seu valor geral em dois mil e quinhentos escudos, prevendo igualmente a elevação da idade limite para os 16 anos, disse Maria do Carmo Tavares, uma das dirigentes da central sindical.

A CGTP defende ainda que os valores do abono de família deveriam ser inversamente proporcionais ao rendimento dos agregados familiares, funcionando como protecção social para as famílias de fracos recursos.

«Se tivermos em conta os objectivos do abono, o apoio à família e à juventude, não está apenas em causa o valor do mesmo, que é insuficiente mas a necessidade de reformulação de todo o sistema de concessão», afirmou Maria do Carmo Tavares. A central sindical vai entregar ao Governo e à Assembleia da República uma proposta para melhorar a protecção social que prevê o alargamento da idade limite de concessão para 16 anos e a possibilidade da sua atribuição a alunos de cursos de formação profissional. O abono de família é actualmente de mil e quinhentos escudos e atribuído até aos 14 anos, podendo prolongar-se até aos 25 caso os jovens frequentem um estabelecimento de ensino superior e tenham um rendimento regular nos estudos.

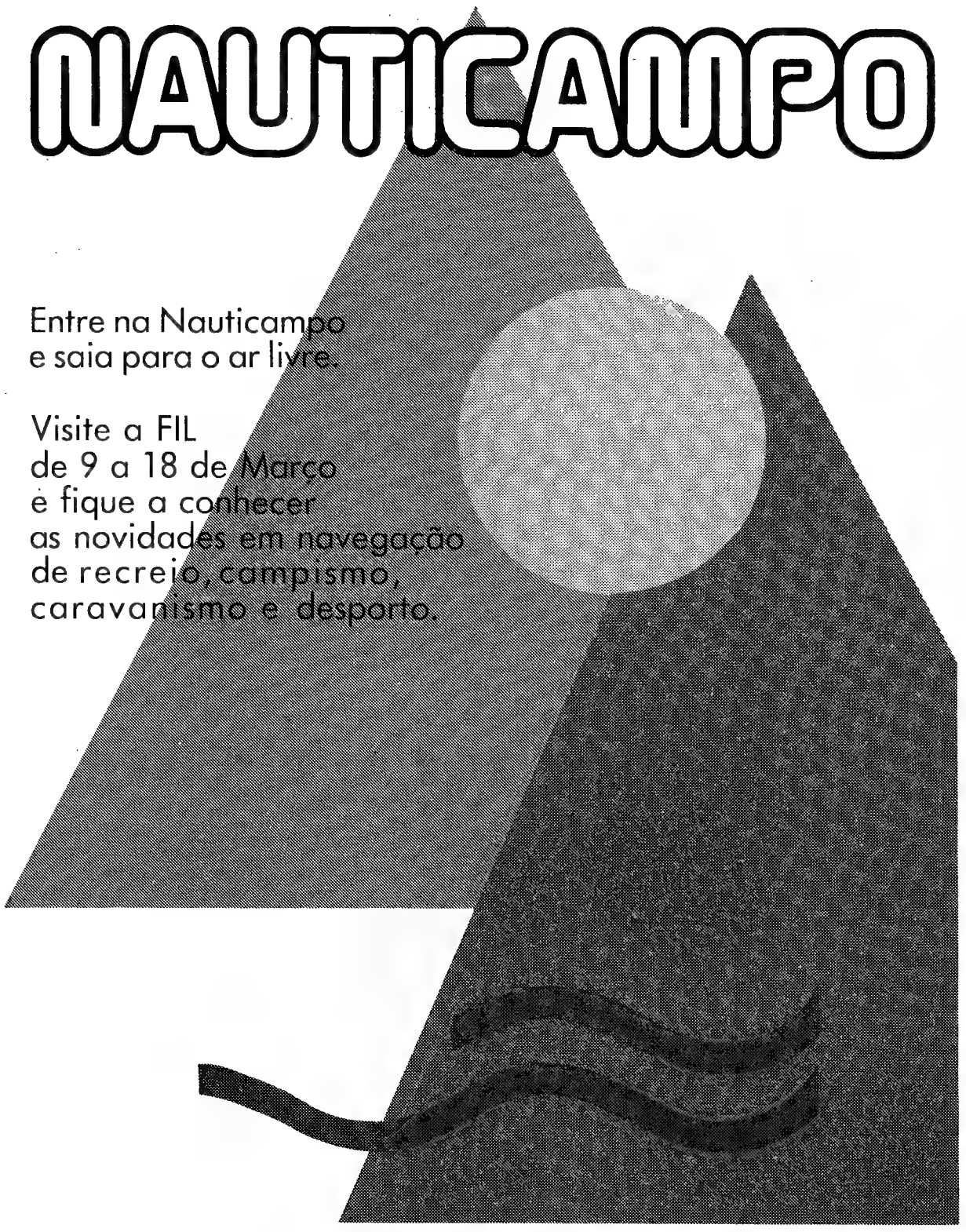
A proposta da Inter reivindica também o aumento da pensão mínima de reforma para vinte mil e quinhentos escudos, a partir de 1 de Maio, já que «a actual reforma de dezassete mil escudos não permite aos aposentados um nível de vida decente» afirmou a dirigente sindical.

«A actual reforma mínima nem sequer acompanha o aumento geral dos bens de consumo, dos serviços e das rendas de casa» disse a dirigente daquela central sindical.

NAUTICAMPO

Entre na Nauticampo
e saia para o ar livre.

Visite a FIL
de 9 a 18 de Março
e fique a conhecer
as novidades em navegação
de recreio, campismo,
caravanismo e desporto.



FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA / ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA

Ordenamento do Algarve

Câmaras e Governo chegam a acordo

A Comissão Consultiva do Protal/Algarve e o Governo chegaram a consenso sobre as linhas gerais do Plano de Ordenamento do Território do Algarve, anunciou ontem o ministro do Planeamento e da Administração do Território. Valente de Oliveira, que falava numa reunião com os 25 elementos que compõem a Comissão Consultiva da Protal/Algarve, sublinhou que o plano deverá estar aprovado até final de Julho.

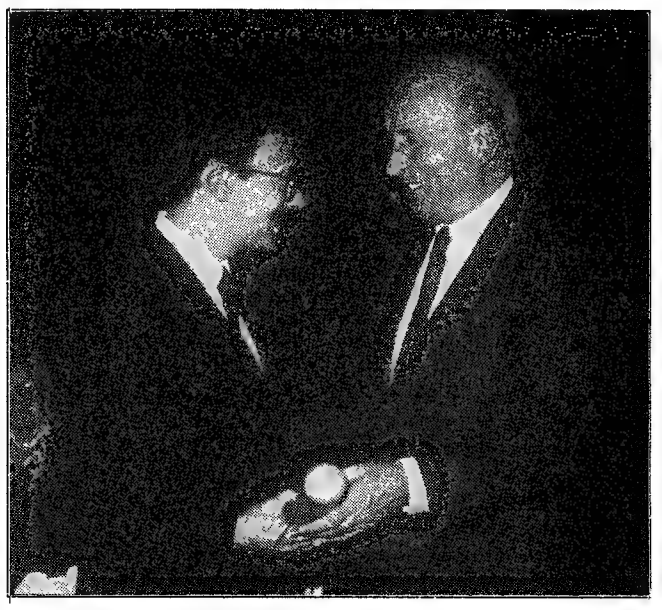
De acordo com um documento final aprovado por unanimidade, ambas as partes concordaram introduzir algumas alterações no que concerne aos «dois grandes tipos de zonamento genérico por forma a evitar usos incompatíveis».

Assim, «as subzonas de carácter imperativo, como as de protecção aos sistemas aquíferos, protecção de bens alimentares e de protecção da natureza, serão susceptíveis dos ajustamentos que estudos de especialidade vierem a aconselhar», indica o documento.

O ministro do Planeamento e da Administração do território disse que o plano vai considerar os compromissos assumidos pelas comissões de acompanhamento dos planos directores municipais desde que se tratem de «verdadeiros compromissos».

Antes da aprovação em Conselho de Ministros, o documento voltará à Comissão Consultiva, em reunião marcada para 23 de abril, após o que será submetido a discussão pública.

O Plano Regional de Ordenamento do Algarve, iniciado há 18 meses e que visa o desenvolvimento equilibrado mediante a gestão racional dos recursos naturais e do uso do solo, surgiu da necessidade de disciplinar o surto de crescimento e os desequilíbrios existentes entre o litoral e a serra.



Entre os dez melhores O médico português Rui Proença distinguido com o prémio Chibret por um trabalho inovador no campo da oftalmologia, foi seleccionado, para entre 10 médicos do mundo, disputar um prémio internacional, que será atribuído, durante o Congresso Mundial de Oftalmologia, a decorrer em Singapura, de 18 a 23 de Março. O trabalho deste especialista, do serviço de oftalmologia do Hospital Universitário de Coimbra, dirigido pelo professor Cunha Vaz, sobre a imunologia das vitrorretnopatias proliferativas, representa a descoberta de células susceptíveis de possibilitar a cura para muitas doenças do foro oftalmológico. A investigação de Rui Proença será apreciada por um júri mundial constituído por célebres catedráticos em oftalmologia.

LOTARIA POPULAR

1º - 154305	3 000 000$00
2º - 273919	750 000$00
3º - 206694	500 000$00
4º - 085587	250 000$00
Terminações em 4305	85 000$00
Terminações em 305	60 000$00
Terminações em 919	15 000$00
Terminações em 694	4 000$00
Terminações em 587	1 500$00
Terminações em 08,13,31,54,60 e 82	500$00

Rede Multibanco chega às portagens

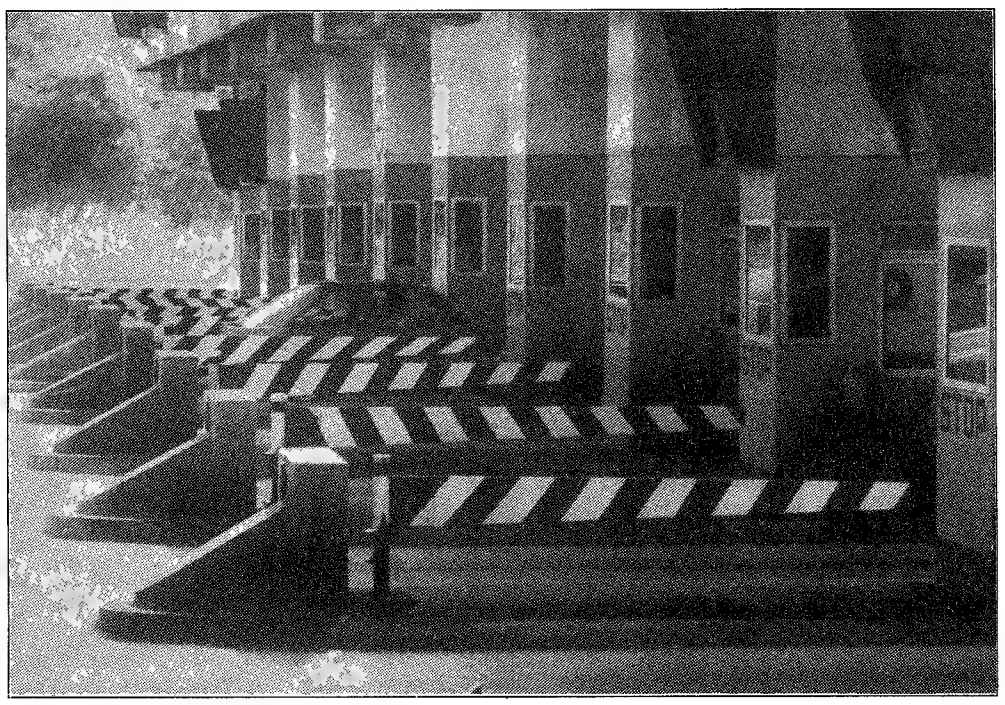
A portagem de Sacavém vai ser a primeira a ter pagamento automático. E o automobilista não necessita de introduzir o seu código no terminal

O anunciado sistema de pagamento das auto-estradas exploradas pela Brisa, através da rede Multibanco, vai conceder um benefício adicional aos utentes: estes não necessitam de introduzir o seu código no terminal. Ao contrário do que acontece nas máquinas de distribuição de dinheiro e nalguns supermercados, o cartão será manuseado pelo portageiro. A operação reduz-se assim à leitura da banda magnética, permitindo uma maior fluidez de tráfego, soube o DL junto duma fonte desta empresa, Helena Caldas.

Com previsão para arrancar ainda este mês em Sacavém, o sistema será instalado em todas as barreiras de portagem. Os utentes podem escolher entre pagar em dinheiro ou com o cartão Multibanco. «Trata-se de um método que vai facilitar a circulação e economizar tempo ao viajante», salienta aquela responsável.

O serviço é prestado de acordo com as «condições gerais de exploração de terminais de Transferência Electrónica de Fundos do Ponto de Venda (T.P.A.), ligados à Rede Multibanco, gerida pela Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (SIBS).

Os terminais de pagamento automático, instalados pela Brisa, estão ligados ao Centro de Informática SIBS por circuitos de comunicação Transdata. Os montantes das portagens devem ser aceites e confirmados pelos titulares de qualquer cartão emitido e autorizado por todo o banco aderente à rede.



O pagamento da portagem através de cartão Multibanco vai facilitar a circulação e economizar tempo ao viajante

Como não há confirmação imediata da existência de dinheiro na conta bancária dos utentes, a instituição financeira corre o risco de ser ela a pagar os bilhetes das auto-estradas dos utilizadores que não disponham de provisão. Segundo nos refere Helena Caldas, «trata-se de um risco assumido. Daí o interesse do acordo bancário, ele responsabiliza-se pelas dívidas das pessoas, mas apenas até um determinado limite. No entanto, não há grande perigo porque são importâncias muito pequenas».

Esta iniciativa resulta de um acordo entre o Banco Fonsecas e Burnay (BFB) - que irá apoiar a forma de pagamento automático - e a Brisa-Auto-estradas de Portugal, S.A.. «Fizemos um acordo com o BFB porque com mais coragem nos apresentou uma proposta que considerámos formidável», disse-nos Helena Caldas.

Ainda em fase de testagem, o sistema vai começar a funcionar gradualmente, no sentido Sul/Norte. Até ao final do mês, o serviço vai ser instalado em Sacavém. Seguem-se-lhe Condeixa e Aveiro.

De referir que a Brisa detém todos os auto-estradas concessionadas, representando 417 quilómetros.

BREVES

Pontes telescópicas na aeroporto da Portela

As três primeiras pontes telescópicas serão montadas, no aeroporto de Lisboa, até meados do próximo ano, anunciou um informador da ANA-Aeroportos e Navegação Aérea. Outras três deverão ser ser instaladas nos princípio de 1992, acrescentou.

O novo sistema, generalizado nos principais aeroportos europeus, irá permitir a docagem de aviões directamente ao edifício da aerogare, sem exigir aos passageiros o transbordo em autocarro. O prazo de recepção das propostas para a empreitada respectiva termina este mês.

Operação da PSP detém assaltante violento

O autor do disparo de três tiros de caçadeira contra um agente da PSP, ocorrido na noite de domingo, junto à zona do Castelo do Queijo, Porto, foi detido pela polícia. O indivíduo foi identificado como Inácio Monteiro, de 43 anos, casado e morador no Bairro da Circunvalação, no Porto. Segundo a PSP, a operação de captura foi efectuada por aquele corpo policial, com a ajuda de cães. O detido ferira gravemente o agente da PSP Manuel Monteiro Morais Coelho quando este se prestava a auxiliar um indivíduo alvo de assalto por três homens.

Urgência dos Covões deverá abrir em Abril

O encerramento da urgência do Hospital de Covões (Coimbra) durante a noite, ao longo de um ano, não se traduziu em «economias significativas», revela um despacho ministerial. Com base nesta conclusão, o ministro da Saúde já determinou o funcionamento permanente da urgência, precisando que a reabertura durante a noite será feita em duas fases. Segundo João Moreno, presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Coimbra, a reabertura está prevista para o próximo mês, estando em vias de solução alguns problemas relativos a equipamento. Numa primeira fase, a urgência nocturna não não atenderá casos de sinistralidade. A abertura total do serviço para todas as patologias e valências será concretizada decorrido um período de seis meses.

Na Carris e na Polícia Municipal

Acusações de atitudes racistas são objecto de averiguações

Uma atitude agressivamente racista de um condutor de autocarro da Carris, denunciada por um jornal, está a ser objecto de averiguações internas, revelou ao DL um responsável das relações públicas da empresa, João Ribeiro.

Conforme o relato de um jornalista da delegação de Lisboa do «Jornal de Notícias», o caso ocorreu no dia 6 do corrente, envolvendo, além do condutor, um jovem negro por ele insultado e passageiros que o apoiaram.

Porque o jovem, não dispondo de passe social ou módulos, pretendesse comprar bilhete, terá, segundo o jornalista, ouvido coisas como estas: «Andam também para aqui estes negros a dar trabalho» e «Estou farto de pretos», além de obscenidades. Depois, uma passageira branca que se insurgiu, levou também que contar, sendo ameaçada de expulsão do autocarro.

Além da data e hora da ocorrência, o matutino portuense indicava a carreira e matrícula da viatura.

Denunciado na mesma notícia, outro exemplo de comportamento racista, este atribuído a elementos da Polícia Municipal, originou também um inquérito dentro desta corporação. Terá consistido o caso numa utilização de prepotência física por cinco guardas sobre uma vendedeira de peixe de raça negra, arrastada à força para uma carrinha enquanto — nos termos da peça jornalística — «tentava em vão convencer a polícia de não estava ali a vender, mas simplesmente à espera de autocarro».

Um graduado da corporação, comissário Fernando Almeida, negou porém já categoricamente ao DL que o caso tivesse ocorrido na data indicada na notícia, estando a decorrer averiguações sobre a sua autenticidade.

Falta alguém em Mafra

A última vontade de D. João V era a de ser sepultado na sua Basílica

O terceiro centenário do nascimento de D. João foi assinalado durante o ano passado, com a devida pompa e circunstância, por meio de uma série de actos de nível histórico, artístico e cultural que culminaram com a inauguração da estátua do Magnânimo no largo fronteiro à sua obra mais espectacular — o Mosteiro de Mafra. No entanto, naquela vila, não falta quem entenda, a começar por Vasco Marques, que ocupou a vice-presidência da comissão que fez erguer a estátua, que falta ainda cumprir um esperado — e fundamental — ponto daquelas celebrações: a trasladação dos restos mortais do soberano e de sua mulher, D. Maria Ana, para a Basílica de Mafra.

Não faltaram as diligências junto de entidades civis e religiosas, mas os resultados foram nulos. Um parecer da Academia Portuguesa de História, assinado pelo seu presidente, o Prof. Veríssimo Serrão aprovava abertamente a trasladação. Afirmava a Academia que «ainda que o Mosteiro de S. Vicente de Fora seja considerado o Panteão da Dinastia de Bragança» se podem citar os exemplos de D. Maria I, que jaz na Basílica da Estrela, e de D. Pedro IV, cujos restos mortais foram oferecidos por Portugal ao Brasil, e se encontram agora no Panteão do Ypiranga, Rio de Janeiro.

O parecer acrescentava: «No caso específico do rei D. João V, a imagem do soberano de tal maneira se identificou com a do Mosteiro de Mafra, que a sua jazida naquele local tem certamente maior significado que na galeria régia de S. Vicente de Fora». Era essa, de resto, a vontade do próprio D. João V que não se esqueceu de ordenar ao arquitecto do Mosteiro, João Frederico Ludovici, a construção de uma jazida real na capela-mor da Basílica, destinada para seu túmulo e de seus filhos menores.

Convento de Mafra

Uma vontade que foi claramente reafirmada no sermão proferido nas cerimónias fúnebres do soberano por fr. António de Sant'Ana.

Apesar de tudo, e de cumpridos dois séculos e meio, aquela expressa vontade ainda está por cumprir.

A Academia Portuguesa entende que aproveitar o terceiro centenário do nascimento do soberano para proceder à trasladação dos seus restos mortais para Mafra «podeconstituir um acontecimento de significado nacional, levando a opinião pública a debruçar-se sobre a figura de um monarca que marcou de forma indelével a história do seu tempo».

Assim... falta alguém em Mafra.

R.A.

Não há tropa que resista

Partindo do princípio de que os portugueses não dispensam o serviço militar nem as suas Forças Armadas, ainda que detestem ser incorporados à força, o que é que nos dizem os militares ? Confrontados com os resultados de uma nada pacífica sondagem Euroteste/«DL» e de um vivo debate no Grupo de Trabalho/«DL» sobre Assuntos Sociais, que ontem publicámos, Garcia dos Santos e António Emílio Sacchetti dão a cara nesta polémica questão da obrigatoriedade, ou não, do serviço militar.
Mas vão mais longe. Garcia dos Santos, general, fala na ponta do enorme iceberg que é o da existência e necessidade das Forças Armadas, «um problema de fundo sobre o qual acabam por descair todas as discussões que envolvam a abordagem do tema "civis versus militares"».
António Sacchetti, almirante, confessa por seu turno que estes problemas são complexos, dadas as suas «profundas ligações» a outros temas como a vontade nacional de defesa, a modernização das FA, o pacifismo e a objecção de consciência. «A sociedade, no seu sentido mais lato, é um corpo vivo, em constante mutação» - diz Garcia dos Santos -, enquanto António Sacchetti afirma que «é indispensável pensar sempre que as Forças Armadas se preparam para o futuro e não para o presente». Dois textos a suscitarem uma profunda reflexão.

Serviço Militar Obrigatório ou profissio

A existência e natureza das Forças Armadas (FA) bem como o Serviço Militar Obrigatório (SMO) são problemas complexos pelas suas profundas ligações a diversos outros temas, tais como: a vontade nacional de defesa, o serviço militar feminino, a obrigatoriedade e o voluntariado do serviço militar (hoje designado Serviço Efectivo Normal), o desenvolvimento tecnológico e a modernização das FA, a situação internacional e a caracterização da ameaça, as FA exclusivamente profissionais, o pacifismo, a objecção de consciência, etc.

Teve muito interesse a recente sondagem e a mesa-redonda sobre o tema indicado. As opiniões expressas e os resultados obtidos suscitam-me alguns pensamentos que de modo algum podem ser amplamente justificados no curto espaço de um artigo. Assim, a apresentação demasiado sucinta e directa dos diferentes pontos de vista não significa uma posição dogmática sobre estes assuntos que, aliás, se reconhece serem bastante controversos.

Começo por notar que nesta matéria não há qualquer espécie de «tabu de segredo militar». Basta recordar os prolongadíssimos debates públicos na Assembleia da República sobre a já vasta legislação versando estas matérias. Acontece porém, como referi, que o problema é complexo e controverso, precisando de ser meditado e estudado nos seus múltiplos aspectos. Até há bem pouco tempo era assunto que só preocupava os militares, mas sempre esteve aberto a debate.

Está hoje a divulgar-se muito a ideia de que a «existência» da força armada está directamente relacionada com a existência de um inimigo ou de uma ameaça, e que não se justificará se o inimigo deixar de existir ou se a ameaça se dissipar. Nunca foi assim em nenhuma área do mundo nem em qualquer nação, considerada individualmente (hoje são 171). Nunca foi assim nos tempos mais recuados, nem na despreocupada «longa paz», na «belle époque» ou nos gloriosos anos vinte, assim como não o será no futuro.

O que foi excepcional para a Europa foi a ocorrência, pela primeira vez na História, de meio século de paz a pensar constantemente na ameaça. Foi neste ambiente de confronto que viveram as gerações actuais, que por ele estão fortemente influenciadas. Talvez agora se possa regressar à situação normal, isto é, à situação de paz sem motivo para falar constantemente de ameaças.

Mas sempre existiram forças militares para garantia da defesa da Nação, da integridade territorial e da defesa dos interesses nacionais. Já noutra altura tive oportunidade de escrever que qualquer Nação soberana que queira manter com credibilidade a sua independência procura, em primeiro lugar, manifestar-se determinada a fazer respeitar essa independência e, em segundo lugar, a dispor de FA para a defender em qualquer momento ou circunstância.

No âmbito das Relações Internacionais não há capacidade de negociação se não se dispuser de qualquer forma de poder (político, económico, militar, demográfico, geográfico, etc.). Sem FA proporcionais aos restantes factores do poder nacional, a Nação mostra desinteresse pela sua sobrevivênvia, pelo seu futuro, e perde credibilidade perante todos, fortes e fracos. Para além da Islândia, país que entregou a sua defesa nacional a outra potência, apenas os chamados estados exíguos (os que, como o Mónaco, Andorra, Vaticano, S. Marino, etc., não possuem todos os atributos da soberania) prescindem de FA. Assim, a «existência» das FA é absolutamente independente da existência de ameaça. A ameaça influencia a sua dimensão, treino, armamento e prontidão, mas não a sua existência.

Posto isto, parece-me natural que uma grande percentagem dos entrevistados entenda que não haja agora necessidade de se defender de uma ameaça externa (59%) e que só 10,7% de um grupo já reduzido de 34,4% do universo da sondagem diga que Portugal não precisa de FA.

Já a elevada percentagem (81,4%) dos que entendem que as FA devem alargar a sua acção à resolução de situações internas constitui alguma surpresa. No entanto, tal deve ser consequência de terem sido incluídas na mesma questão situações que não se deviam associar. Primeiro, as situações que exigem uma acção contra os próprios nacionais (separatismo, terrorismo, golpe de Estado). Neste caso, a lei nega às FA a capacidade de intervir. Embora em casos como o terrorismo internacional seja quase impossível definir onde acaba a componente externa da ameaça e onde começa a ameaça interna, existem outras instituições responsáveis pela condução destas situações.

Já o segundo grupo de situações internas, auxílio durante catástrofes, combate à poluição, etc., constituem as «novas» ameaças ou novos desafios, que pelo menos a Marinha há muitos anos vem assumindo, com a designação de «missões de interesse público». A Marinha é a instituição nacional mais vocacionada para estas missões, quando no mar, e a atribuição desta responsabilidade à Marinha é a solução mais económica que o Estado poderá encontrar. Hoje, estas missões apenas têm uma mais alta prioridade.

Dos 81,4% de entrevistados que consdieram que as FA deviam assumir a responsabilidade da resolução de situações internas, as maiores percentagens referem o auxílio durante catástrofes (71,5% daqueles 81,4%), o que confirma o que foi dito, e o combate ao terrorismo (60% dos mesmos 81,4%), o que poderá ser mais discutível; as restantes percentagens são francamente menores. Afinal, o resultado não será assim tão surpreendente.

O principal tema em debate, o do SMO, é o mais complexo. A maioria (63,9%) entende que se justifica, totalmente ou em parte, a existência de SMO e até aceita, totalmente ou em parte, o modelo actual de SMO (62,3% destes 63,9%). Entre os que entendem que o SMO não se justifica (34,4%), a maioria discorda apenas do aspecto da obrigatoriedade porque, numa percentagem de 63,8%, diz que o Serviço Militar deve ser voluntário.

Esta noção de que o serviço a prestar pelo cidadão ao País se «justifica por imperativo nacional» é confirmada tanto no debate em mesa-redonda como pelas respostas à pergunta do inquérito relacionada com a objecção de consciência. Na verdade, 53,7% consideram que mesmo as pessoas que por razões morais ou religiosas não queiram cumprir o Serviço Militar normal, o devem fazer; mais ainda, dos 43% que responderam negativamente, uma grande percentagem (65,8%) entende que o SMO deveria ser substituído, nestes casos, por um serviço cívico.

Foi mais surpreendente a fraca aceitação do Serviço Militar Feminino (44,4%). E, nesta pequena percentagem dos que apoiam o Serviço Militar Feminino, é opinião geral que deve ser voluntário (86%). Estas respostas diferem substancialmente do pensamento generalizado nas FA que, noutras circunstâncias, se mostrou grandemente favorável ao Serviço Militar Feminino. Para já, não me parece que haja qualquer objecção ao alargamento do ingresso de mulheres nas FA, em regime de voluntariado.

Poderá concluir-se, tanto do inquérito de opinião como do debate, que é aceite a ideia de que todo o cidadão deve prestar um serviço ao País e à Comunidade e que a maioria aceita também que esse serviço seja sob a forma de Serviço Militar Obrigatório. No entanto, há percentagens razoáveis de indivíduos que entendem que o modelo actual do SMO deveria ser melhorado e que este serviço deveria ser voluntário. Por último, foram expressas muitas dúvidas quanto à evocação da objecção de consciência e é categoricamente rejeitado o Serviço Militar Feminino obrigatório, embora seja aceite uma participação voluntária das mulheres no serviço militar. Foi focada também a hipótese das FA serem totalmente profissionalizadas.

Sobre este vasto problema, ocorrem-me alguns comentários.

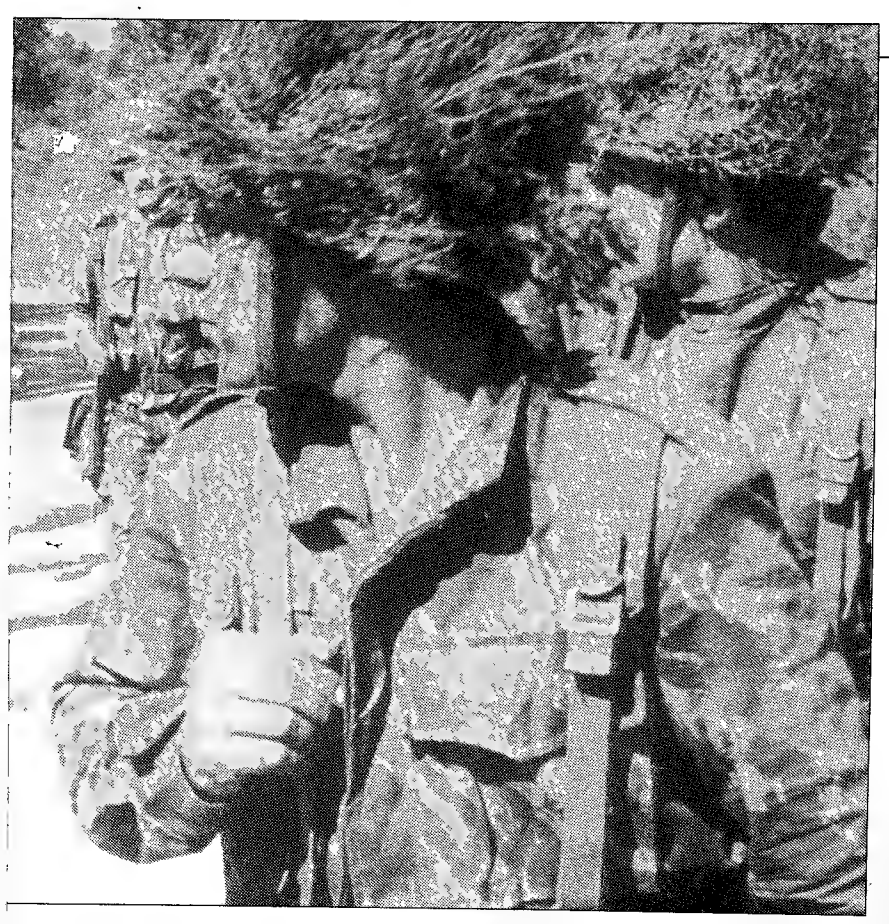
É necessário, primeiro, que a Nação defina se deseja ou não ter uma defesa militar como parte importante, mas não exclusiva, da Defesa Nacional. Na Assembleia da República os legítimos representantes da Nação disseram que sim e a presente sondagem não mostra evolução neste sentido.

Há necessidade de caracterizar depois o tipo de defesa. A nossa recente lei define o seu «carácter permanente, exercendo-se a todo o tempo e em qualquer lugar». Diz ainda que «a defesa da Pátria é dever fundamental de todos os portugueses» e que o «serviço militar é obrigatório», admitindo o serviço cívico para os inaptos e objectores de consciência.

O aspecto da permanência da Defesa Nacional e da sua independência em relação à existência da ameaça já foi tratado. Resta falar do SMO.

Este serviço foi criado no tempo da Revolução Francesa e manter-se-á como necessidade enquanto se admitir que a defesa da Nação exige a convocação de todos os cidadãos válidos, e que estes deverão ter então a vantagem de uma prévia

CONCESSIONÁRIOS
TOITORRES TOYOTA
Edifício Toitorres E.N. 8 — Km 43,9 — Telefs. 25171/2/3/4 — 2560 TORRES VEDRAS



ionalizado

do o
ço ao
ue a
esse
rviço
o, há
in-
ue o
a ser
o de-
imo,
ridas
o de
ente
min-
ceite-
das
Foi
s FA
nali-

ocor-

ue a
o ter
parte
a, da
bleia
epre-
que
não
).
rizar
ossa
ácter
do o
. Diz
ria é
s os
mili-
o ser-
bjec-

a da
nde-
ência
falar

mpo
nter-
to se
o ex-
cida-
erão
révia

preparação militar mínima, adquirida num limitado espaço de tempo que se designa por tempo de SMO.

Manifestando uma opinião muito pessoal e referindo-me apenas à Marinha, por ser a instituição que bem conheço, desejaria ver este ramo das FA exclusivamente servido por profissionais, tal como acontece com as potências marítimas aliadas, os EUA e a Inglaterra.

Há uma contradição entre o acelerado desenvolvimento tecnológico, a necessidade de uma maior especialização de todos os membros das FA e a sua mais directa participação na acção, com responsabilidades individuais muito específicas e, por outro lado, a redução drástica do tempo de aprendizagem durante o SMO. O conceito de «massa», das forças com grande número de homens, pode estar a ser suplantado pela necessidade de menor número de bons técnicos.

No entanto, para se poder optar por umas FA profissionais, onde os seus membros estão em processo contínuo de actualização de conhecimentos, teriam que se verificar algumas condições e haveria que ponderar as vantagens e inconvenientes da opção.

Como condições considero: A existência de uma vontade política neste sentido; a modernização das FA para que fosse possível aumentar capacidades embora diminuindo pessoal; a melhoria das remunerações e a defesa do prestígio da carreira militar perante a Nação, para que, tudo junto, pudesse proporcionar, em quantidade e qualidade, os voluntários que seriam necessários.

Como vantagens do sistema considero. O notável aumento da capacidade, da competência e da eficácia das FA; a melhoria da disciplina, que é naturalmente compreendida e aceite por profissionais, enquanto que os jovens, nos curtos meses de contacto com a instituição, nem sequer adquirem plena consciência do seu significado; a resolução de muitos problemas de pacifismos e de objecções de consciência; o benefício económico para algumas famílias e para pequenas empresas que também são afectadas pelo afastamento dos seus elementos em prestação de SMO; a eliminação de alguns problemas psicológicos, académicos e sociais que todos os aspectos anteriormente referidos constantemente provocam.

Como principais inconvenientes considero os mais elevados custos financeiros desta opção e a desvinculação dos cidadãos de uma obrigação geral de prestação de um serviço à Comunidade e da participação na defesa da Nação.

Não considero que houvesse perigo de criação de uma «força militar pretoriana», seja qual for o significado deste conceito, porque penso que no Portugal de hoje, no Mundo de hoje, tão aberto na sua vida interna e tão interdependente na sua vida externa, tal receio é injustificável.

Em resumo, penso que o SMO pode ser melhorado e que, no futuro, à medida que se for conseguindo a modernização das FA, elas poderão ir evoluindo até à total profissionalização. É indispensável pensar sempre que as Forças Armadas se preparam para o futuro e não para o presente. Muito teria ficado por dizer e debater, mas iniciativas como esta do DL têm o grande mérito de contribuir para o melhor esclarecimento da Nação e para a obtenção de melhores soluções para problemas de grande interesse.

António Emílio Sacchetti

A sociedade e as Forças Armadas

A análise da questão de o serviço militar ser obrigatório ou prestado apenas em regime de voluntariado, apresenta-se sempre, inevitavelmente, como uma pequena ponta de um enorme «iceberg» que é o da existência e necessidade das Forças Armadas. E este é, de facto, o problema de fundo sobre o qual acabam por descair todas as discussões que envolvam a abordagem do tema «civis versus militares».

A meu ver, no nosso país, quer por razões de tradição quer por atitudes deliberadas de parte a parte, estamos a caminhar, infelizmente, para uma cada vez maior cisão entre a instituição militar e o meio civil. não será esta a oportunidade para analisar a quem cabe a responsabilidade — maior ou menor, porque ela divide-se por ambas as partes — por tal situação, mas é essencial deixar bem vincado o princípio de que todo e qualquer militar é um cidadão de parte inteira e, que, como tal, constitui uma parte activa e interveniente na vida colectiva, não podendo nem devendo ser dela isolado.

Num País em que, ainda, na prática, nada se fez a qualquer nível para que todo o cidadão se sinta responsável e participante na defesa nacional, é lógico e natural que surja cada vez mais frequentemente a polémica da validade da existência das Forças Armadas. Daí, sempre que se debatem quaisquer matérias do âmbito da defesa nacional (quantas vezes confundida com defesa militar!) acaba por cair-se fatalmente como que num confronto conflituoso entre «civis» e «militares». Há que evitar a todo o custo este tipo de situações e promover o diálogo aberto, a discussão franca, honesta, positiva e criadora, destes problemas, no sentido de eliminar aquela cisão e de manter e consolidar a posição da instituição militar como parte integrante e indiscutível da sociedade civil. Por isso, todas as iniciativas que conduzam a essa finalidade são, na minha opinião, não só importantes mas necessárias. Estamos exactamente perante uma delas, onde, tomando por tema central o «serviço militar obrigatório» veio a verificar-se a referência às questões muito mais gerais a que aludi. Subjacente ao debate, esteve presente aquilo que todos os Estados soberanos prosseguem na sua actividades política como grandes objectivos nacionais: a segurança e a justiça social e bem-estar dos seus povos. São dois objectivos internacionalmente reconhecidos como legítimos e que, a nível nacional, não podem ser descurados.

A segurança, num sentido lato e sem pretender entrar na controvérsia da sua definição, tem que ver com tudo quanto se liga com a manutenção da individualidade nacional e a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos territórios que são pertença e sustentáculo da Nação.

A justiça social e bem-estar é, no fundo, o objectivo essencial do progresso: é a melhoria constante das condições de vida de cada um de *per si* e da colectividade como um todo.

Aparentemente fáceis de distinguir, os dois objectivos estão, porém, profundamente interligados quer numa perspectiva apenas nacional quer internacionalmente. A estabilidade política, o desenvolvimento económico, a equidade na distribuição do rendimento nacional, a justiça social e o pleno emprego, são alguns dos inúmeros aspectos que se reflectem em ambos os objectivos e demonstram a sua dependência mútua. Mas daqui não é lícito concluir que uma Nação politicamente estável, em progresso, com elevado rendimento nacional e *per-capita*, tenha a sua segurança nacional conseguida. Esta, tem de ser tratada com autonomia, ou seja, a sua eficácia tem de reflectir-se em políticas e estratégias próprias às quais há que, necessariamente, destinar uma parte importante dos recursos nacionais.

Simplesmente, enquanto que na óptica dos objectivos do progresso e do bem-estar a rendibilidade dos recursos que lhes são afectos é visível no dia-a-dia, o produto resultante dos recursos afectos à segurança não pode medir-se em termos económicos.

Daí tantas vozes que se levantam pela diminuição ou mesmo anulação dos gastos com as Forças Armadas, assim identificadas, incorrectamente, com a segurança nacional. E o avolumar destes clamores é tanto maior quanto mais aparente e visível é a situação de paz, em que, natural e racionalmente, maior é o desejo de se verem satisfeitas as legítimas aspirações de bem-estar e de justiça social e maior é o sentimento de repulsa pela guerra.

Por outro lado, como consequência lógica da evolução do ambiente internacional, cada vez mais o debate das questões militares e de defesa vai deixando de ser monopólio e apanágio de um círculo limitado de entendidos para passar, salutarmente, à discussão pública, constituindo, sem dúvida, uma forte e inevitável forma de pressão sobre os responsáveis políticos e uma condicionante às suas decisões.

Esta iniciativa do *Diário de Lisboa* insere-se exactamente nesta perspectiva e, tratando-se, embora, de uma forma simples e naturalmente pouco profunda de analisar o problema do serviço militar obrigatório, é de salientar a preocupação manifestada pelos intervenientes na referência a muitas outras questões que, ou estão directamente relacionadas com o serviço militar obrigatório ou fazem parte do problema de fundo a que me referi inicialmente: o da existência e necessidade das Forças Armadas. E aqui não podemos esquecer que a questão da obrigatoriedade ou não do serviço militar é meramente secundária uma vez que ela decorrerá naturalmente das respostas que forem dadas às perguntas:

— defender o quê, porquê e de quê? ou seja, do enunciado claro e exacto dos nossos objectivos de defesa nacional.

E, para que tais objectivos existam e sejam atingidos através de uma adequada estratégia global do Estado, é necessário que se definam, previamente, quais são os nossos interesses nacionais, delineados de forma inequívoca para que constituam, em si mesmos, elementos integradores da vontade nacional ou até polarizadores da própria identidade nacional.

Saberemos nós, portugueses, quais são tais interesses? Conheceremos nós, portugueses, qual é o nosso papel e a nossa posição no contexto internacional? Teremos nós, portugueses, a justa ideias sobre o «porquê» e o «para quê» de existirmos?

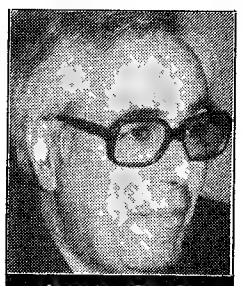
Sem ser, de qualquer modo, pessimista mas antes realista, creio que muitos de nós não conhecem as respostas a estas interrogações. E só delas, do quadro geral que delas vier a ser esboçado, poderá resultar, harmoniosamente, o traçado real dos conceitos de base que virão a enformar a nossa estratégia de defesa nacional, de defesa militar e o consequente tipo e missões das nossas Forças Armadas.

Poderá então pôr-se a pergunta:

— se não existir esta sequência tudo o resto fica prejudicado?

Naturalmente que não.

De facto, trata-se de uma análise a fazer em ciclo contínuo e a responsabilidade da sua concretização é permanente. A sociedade, no seu sentido mais lato, é um corpo vivo, em constante mutação. As conjecturas cada vez se modificam mais rapidamente, alterando inclusive as expectativas e as previsões. A imutabilidade e a perdurabilidade dos conceitos são, por isso, cada vez menores, o que conduz a uma necessidade premente de diálogo, de análise conjunta e de busca de soluções consensuais que permitam eliminar pontos de conflito naquilo que é o essencial da convivência entre todos os elementos da sociedade.



Amadeu Garcia dos Santos

A.M.A.
Auto Monumental do Areeiro S.A.
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

Licenciamentos camarários

Sampaio e arquitectos colaboram

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Arquitectos Portugueses, AAP mostraram-se consensuais relativamente à necessidade de regulamentar o licenciamento camarário de forma a dar-lhe «maior eficácia e transparência».

Na reunião que ontem manteve com a AAP, Jorge Sampaio encontrou receptividade por parte daquela associação que manifestou a sua disponibilidade para colaborar com o município. «Lisboa precisa de uma política urbanística e não de um desenvolvimento casuístico» afirmou o presidente da AAP, Francisco Silva Dias.

Durante o encontro, os arquitectos abordaram o problema da sua sede e propuseram-se recuperar um edifício camarário, situado na zona ribeirinha, que posteriormente alugariam.

Além desta sugestão, os elementos da AAP apresentaram ao edil uma proposta no sentido de apoiar a realização conjunta de dois ciclos de colóquios, um sobre a «Arquitectura na Cidade», no qual seriam discutidas publicamente as obras do Centro Cultural de Belém e Saldanha e outro sobre «Arquitectura e Contexto», dedicado ao debate de questões relacionadas com o equipamento urbano.

Juntas de Freguesia reúnem-se com Rui Godinho

A recuperação das zonas históricas da cidade constitui um dos principais problemas que algumas das 53 juntas de freguesia têm estado a apresentar ao vereador responsável pela Reabilitação Urbana, Rui Godinho.

Aquele autarca refere, em comunicado, que em curso no município um estudo sobre o eventual «alargamento da definição de área crítica dos seus actuais limites para outros mais amplos». Durante este período de avaliação, «admite-se o lançamento de operações de recuperação de zonas degradadas situadas fora das áreas críticas que o venham a justificar», sublinha o vereador.

No contexto da segurança dos cidadãos há a salientar a decisão de iniciar as obras de contenção de terras nas traseiras da Escola 142, na Rua Actor Vale. Esta medida, da responsabilidade do vereador Vasco Franco, insere-se no âmbito das visitas que este tem vindo a realizar pelas freguesias onde o estado das habitações é considerado precário.

CESL SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

4.ª feira, 28 de Março, às 19.30 h no Auditório do Sindicato
R. Almirante Barroso, 3

Nos termos do Art.º 1.º do Regulamento da Assembleia Geral e para os efeitos previstos na alínea l) do artigo 46.º dos Estatutos convoco a Assembleia Geral do CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa, para reunir, em sessão plenária ordinária no próximo dia 28 de Março de 1990, pelas 19.30 h no Auditório do Sindicato, Rua Almirante Barroso, 3, Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único

- Aprovação ou rejeição do Relatório de Actividades e contas e parecer do Conselho Fiscalizador relativos ao exercício de 1990.

A Assembleia iniciará os seus trabalhos à hora indicada com a presença de qualquer número de associados.

Oportunamente serão enviados os documentos necessários de modo a habilitar os associados sobre as matérias em discussão.

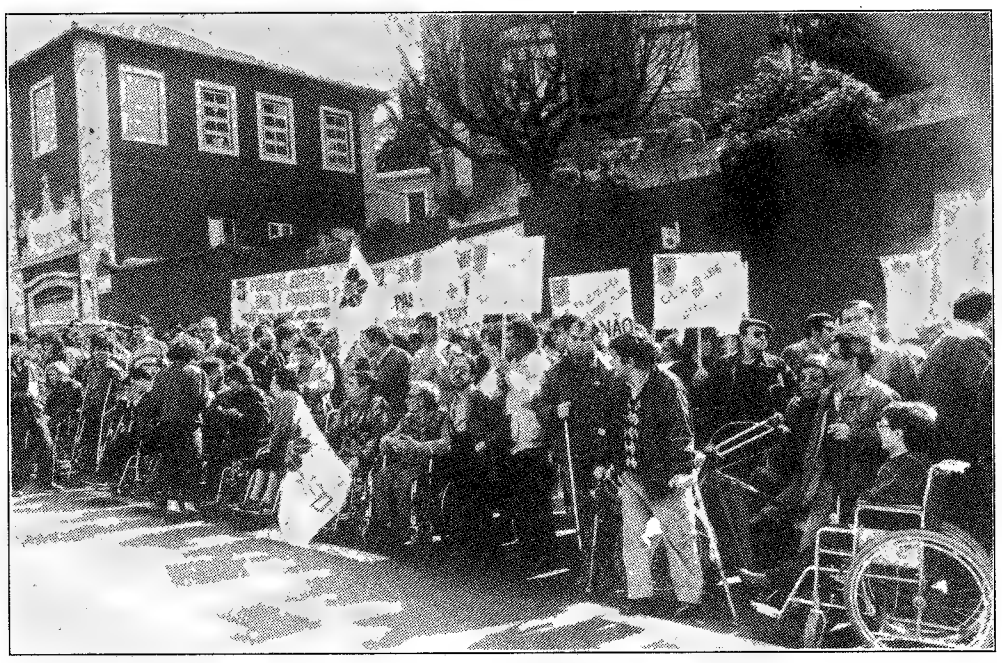
Lisboa, 12 de Março de 1990.

O PRESIDENTE
DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Manuel da Conceição Feliciano

O presidente da União Coordenadora dos Deficientes acusa o poder de ignorar a Constituição. A própria lei de bases para a integração dos deficientes não é cumprida porque não foi ainda regulamentada

Verbo de encher

São cerca de um milhão à espera de serem reintegrados. Viram gorada a sua mais recente acção de sensibilização quando, há dias, o primeiro-ministro se recusou a receber a comissão de deficientes que queria entregar-lhe, em mão, as quarenta medidas unanimemente aprovadas no último congresso. Vão reunir, de novo, no fim do mês. Entre as suas exigências, a criação de uma provedoria geral dos deficientes constitui uma solução que consideram adequada para pôr fim à violação dos direitos humanos de que se dizem vítimas.



Os deficientes tentaram ser recebidos pelo primeiro-ministro Cavaco Silva para lhe apresentarem 40 medidas julgadas indispensáveis

As reivindicações saídas do quarto e último congresso, realizado em Outubro, foram quarenta mas «poderiam ter sido duzentas», diz António Lampreia, presidente da UCNOD (União Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes). «A Constituição da República é um verbo de encher, no que nos diz respeito pois, além da legislação avulsa que tem vindo a ser aprovada e que lhe é contrária, a Lei de Bases de Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiências, da máxima importância para o cumprimento do Plano Orientador da Política de Reabilitação, está ainda por regulamentar».

Ser reivindicativo é incómodo, diz. Mas não desiste. Por ele, e pelos dez por cento da população portuguesa que sentem, na pele, as mesmas dificuldades e carências. Cada vez mais, garante.

E o seu caso, se bem que importante, não é único. Recorreu já para as individualidades e organismos competentes mas pelo milhão de deficientes portugueses, quase tudo está ainda por fazer.

«Não é verdade que os deficientes vivam melhor nestes últimos anos. Têm sido tomadas algumas medidas compensatórias mas não são ainda suficientes. Todo o tipo de obstáculos que diariamente se nos deparam continuam à espera de solução... Barreiras arquitectónicas, transportes, direito ao trabalho, à assistência médica ou domiciliária, a subsídios, enfim, tudo o que nos outros países é já garantido ao deficiente continua a ser-nos negado, a nós».

António Lampreia fala de incumprimento, de falta de sensibilidade do Estado português para com o Programa Mundial de Acção para a Década de 90 aprovado pela ONU. «Não existe no nosso país, por exemplo, uma quota mínima de emprego para deficientes, como nos outros países, consagrada na lei. Os incentivos dados pelo Governo às empresas que admitem ao seu serviço deficientes acabam por se revelar uma espécie de caridade que rejeitamos em absoluto».

Conta então histórias de conversas ouvidas, por acaso, nos longos corredores das instituições. Como aquela de um empresário que tentava convencer outro de que, caso admitisse deficientes, subsídios vindos, impostos idos, se tratava de um bom negócio. Ou uma outra, do afastamento de uma recepcionista deficiente aquando da visita de um chefe de Estado, para que «se não sentisse chocado».

«Isto é uma mentalidade anti-realista. Nós não nos auto-segregamos, achamos é que o deficiente deve ser integrado pelo seu trabalho e que lhe devem ser dadas condições de viver com dignidade», afirma António Lampreia.

O movimento associativo dos deficientes tem hoje maior peso, transformou-se num importante grupo de pressão e as suas organizações de apoio multiplicam-se. «É a política do dividir para reinar. Os subsídios deveriam ser canalizados para as associações verdadeiramente representativas, obedecer a um outro critério que não o actual».

As verbas concedidas estão a ser desperdiçadas, muitas vezes mal utilizadas por organizações que pouco ou nada dignificam a situação do deficiente, que a exploram, até, com a prestação de serviços. É António Lampreia quem o afirma, garantindo que a situação pode vir a ser ultrapassada com uma maior união dos deficientes e uma definição real, sólida, da política de reabilitação.

A União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes está disposta a cumprir a sua função. Um milhão de portugueses espera que o Governo cumpra, também, a parte que lhe compete.

Emília Trindade

Deficiente apto para o trabalho

Tem 44 anos, é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa e foi, durante quase uma década, um técnico de 1ª classe exemplar. Hoje, António Lampreia figura no Quadro de Efectivos Interdepartamentais e, como espécie de excedentário no funcionalismo público, vê a sua sobrevivência deveras ameaçada.

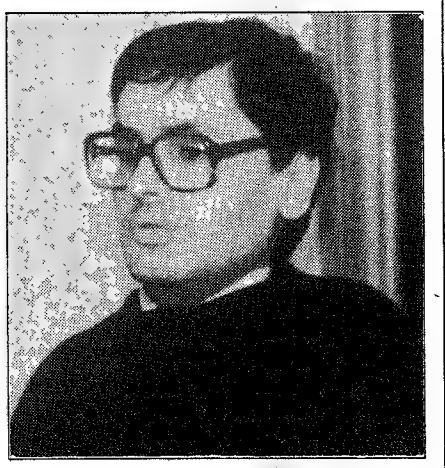
O relatório médico do Centro de Saúde garante que pertence ao grupo dos grandes deficientes motores, com um grau de incapacidade de 80%, dadas as «lesões articulares e musculares dos membros superiores, inferiores, tórax e abdómen». No entanto e segundo o mesmo relatório, a sua incapacidade de carácter permanente não o impede de «estar apto para o trabalho e para angariar meios de subsistência».

Desde 71 que António Lampreia é funcionário público. Primeiro, como estagiário do Fundo de Fomento de Habitação, depois, como efectivo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de onde transitou, em regime de destacamento, para a Inspecção-Geral de Navios e onde se manteve até à data da sua extinção.

Forçado agora a regressar ao Quadro de Efectivos Interdepartamentais, António Lampreia verifica, com apreensão, ser-lhe negado o seu direito ao trabalho e regista, com a mesma apreensão, uma substancial redução do seu salário.

Seis meses depois de ter sido «desintegrado» profissionalmente, a sua vida familiar começa a ressentir-se. «Qualquer pessoa que, de repente, se veja inactiva, sem produzir, sente-se afectada. Agora imagine um deficiente que, por natureza, tem tendência a desistir...». Fala de «perseguição, clara e evidente».

Porquê? Apenas porque, segundo António Lampreia, foi recentemente eleito presidente da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOD), tendo-se, desde então recusado a dar tréguas ao Governo e à sua política de reabilitação que considera atentatória dos direitos e garantias dos deficientes.



António Lampreia está actualmente no quadro de excedentes da Função Pública

E.T.

CULTURA

A casa Seseña cumpre um século de existência. Continua a fornecer a família real espanhola e, no passado, entre a sua ilustre clientela, distinguiam-se personalidades como Picasso e Hemingway

Madrid mantém a tradição da capa

O segredo está no cair do pano

Adverte a sabedoria popular que «quem tem capa sempre escapa». Mas escapar a quê? Ao frio, ao diagnóstico implacável das línguas viperinas, aos maus olhados, às picadas dos mosquitos, à poluição, à vergonha de se ser identificado durante a prática de qualquer acto condenável pela sociedade? O enigma conduz-me a um tema de moda, até porque este imprevisível Inverno restituiu a capa à mulher. Celebrou-se o retorno de uma peça confortável, elegante, romântica e épica. Evoquemos os excitantes romances de capa e espada, em que o herói num gesto desenvolto, desembainha a espada e trespassa o maquiavélico vilão que exala o último suspiro, enquanto o leitor respira de alívio. A amada, prisioneira na torre do castelo, salva-se. A mulher símbolo, merecedora de protecção, não só usa capa como escapa.

Inesquecível a imagem de Catherine Deneuve no papel de "Tristana". Uma silhueta furtiva, sob a cobertura da capa, inscreve-se no cenário nocturno das ruas de Toledo, o que contribui para adensar o mistério. Buñuel, com capa ou sem capa, é um mestre na arte de engendrar climas perversos e inquietantes. A capa volta a desempenhar um papel importante, quando, envolvendo o frágil corpo de Meryl Streep, no filme "A Amante do Tenente Francês", se converte num signo de doença. Insinua o temor do pecado, a atracção da morte, e um vasto etcétera de sentimentos contraditórios que o desvario da paixão mobiliza. Mas há capas e capas. Não me parecem nada interessantes as que pertencem à tradição estudantil de Coimbra. Queima das fitas, serenatas ao luar, praxes, tricanas, como musas inspiradoras, sugerem-me um universo bastante pobre. Só a sublime Amália Rodrigues, com o seu rosto de trágica, consegue salvar a honra do convento, na fita "Capas Negras", embora trouxesse xaile.

O eterno retorno das capas

As capas mais sensacionais do mundo são as que ostentam a etiqueta Seseña, casa fundada em 1901, numa artéria central do velho Madrid. No estabelecimento, cuja fachada nos desperta logo a atenção, coexistem capas de corte clássico, ao lado de modelos actualizados que acompanham as prescrições da moda. Confeccionadas com tecidos da legendária povoação de Béjar, encravada na região de Salamanca, onde felpudas ovelhas produzem uma excelente lã, servem para os passeios ao ar livre e, numa versão mais elaborada, adequam-se a actos sociais de cerimónia. "Le dernier mot" em matéria de capas, foi eleito por Picasso, Miró, Buñuel e Segóvia que, assumindo uma postura *dandy*, as conjugavam com o acessório da bengala de castão de prata. Até ao princípio deste século, a capa andava ligada a um triunvirato conservador. Era o complemento preferido dos padres, militares e toureiros. Entretanto, sem sair do domínio das classes altas, vulgarizou-se, apesar de não ter penetrado em território declaradamente plebeu. Ainda hoje a casa Seseña se orgulha de abastecer a família real espanhola que não dispensa o aconchego da capa. Na qualidade de objecto de luxo, pode custar entre 50 e 100 contos. Fabricam-nas dentro do estilo unissexo e, em alternativa, diversificam-se os modelos, consoante se destina ao masculino ou ao feminino. A diferença reside fundamentalmente no corte. O redondo total para homem e o meio círculo, para mulher. Contudo, o *design* tem registado alguma evolução. Resta ainda acrescentar que as capas Seseña se distinguem pelo cair do pano. Nesta fluidez, quase líquida, pesa a textura do tecido, que provém dos teares manuais de Béjar. A ciência preservada por gerações de artesãos. Entre as capas clássicas destacam-se o modelo longo a bater no sapato, o curto que se fica pela linha do joelho e o três quartos, este destinado às senhoras. Cores opcionais: castanho, preto, rosa escuro, beije e verde oliva. Personagens ilustres como Hemingway, Gary Cooper, Marcello Mastroianni e Catherine Deneuve também se renderam ao encanto das capas Seseña. Adquiriram-nas e vestiram-nas. O mesmo sucedeu com o sociólogo americano, Robert Packard, que, para além de figurar na lista da clientela da casa , se dignou a escrever um artigo sobre as capas Seseña no "New York Times".

Lourdes Féria

olhar de mocho

Fenómeno Constantino

Os antigos romanos, em matéria de religião, foram campeões do mundo: coleccionavam povos conquistados nas guerras, mas nunca proibiram que cada povo exercesse a sua religião própria e tradicional. O vasto império romano foi sempre, durante o seu apogeu, uma impressionante «salada» das mais variadas religiões e cultos. E nunca o imperador se intrometeu nos templos dos muitos deuses que não tinham passaporte romano. Esses antigos romanos foram os grandes liberais da história, e a lógica deste liberalismo era inatacável: como os imperadores também eram deuses, conseguida uma vitória militar, os demais deuses se quisessem pedir meças que se atravessem a erguer a espada, e logo se veria quem era o deus verdadeiro.

Depois, o império entrou em decadência e com Constantino, (século IV, reinou de 306 a 337) a política face à religião mudou radicalmente, inaugurando uma nova época histórica: o cristianismo, de religião apenas «lícita», em parceria de igualdade com as demais, passou a ser religião oficial do Estado. O édito de Milão do ano 313 transformou, primeiro, o cristianismo, em Igreja estatal, e depois, obrigou as outras religiões pagãs a passarem à clandestinidade. De então para cá, essa passou a ser, dum ponto de vista político, a característica fundamental da Igreja: senhora e rainha que através das portas abertas por Constantino, entrava e saía deste mundo sempre que queria e a oportunidade lhe sorria.

Queira-se ou não, goste-se ou não, trate-se de ateu militante ou de devoto peregrino de lugares sagrados, a Igreja há 16 séculos detém uma forte alavanca do Poder político que ninguém está interessado em contestar. Recorde-se a título de mero exemplo, que Willy Brandt quando em 1969 subiu os degraus do Poder, foi logo, mal tinha aquecido a cadeira, na companhia do ateu militante e confesso, Herbert Wehner e do esquerdista Egon Bahr, visitar, em missão oficial, o senhor do Vaticano.

Em Portugal temos a Concordata de 1940 - nunca tocada como nenhum socialista alemão ousou também tocar a concordata assinada entre a Santa Sé e o Hitler. Ora a Concordata, para além de pacto é fonte de privilégios. E por isso é que, enquanto o Estado português for um Estado Concordatário, será muito difícil que algum Tribunal Constitucional indefira o pedido de um canal de televisão dado à Igreja e de borla. Enquanto a Concordata vigorar, a Igreja terá um direito consuetudinário a um canal. Foi isso que o Constantino quis e ainda não foi contestado. A música só seria diferente, se as concordatas, a do Imperador Constantino do século IV e a nossa de 1940 fossem produtos democráticos - mas não são.

José Sousa Monteiro

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Colóquio sobre Camilo na Califórnia em 1991

Com um atraso de cerca de um ano em relação à data do centenário da morte de Camilo Castelo Branco, que se comemora no próximo dia 16, o Centro de Estudos Portugueses Jorge de Sena, do Departamento de Espanhol e Português da Universidade da Califórnia - Santa Bárbara, acaba de anunciar a realização, nos dias 12 e 13 de Abril do próximo ano, de um colóquio dedicado ao escritor português oitocentista.

Recorde-se que, entre 1979 e 1985, aquele Centro de Estudos Portugueses nos Estados Unidos da América do Norte efectuou seis colóquios sobre escritores de expressão portuguesa, dos quais foram já publicadas as actas relativas aos dedicados a Jorge de Sena, Camões e Carlos Drumond de Andrade.

Na sequência da tradição já criada, e no propósito expresso pela Professora Maria de Lourdes Belchior (a anterior directora do Centro de Estudos Portugueses) de respeitar a regularidade destes encontros, surge o sétimo colóquio, dedicado a Camilo Castelo Branco.

A partir dos primeiros contactos que a organização pôde estabelecer, é possível informar que já responderam favoravelmente ao convite que lhes foi feito, os professores e investigadores Maria de Lourdes Belchior, Luciana Stegagno Picchio, Cleonice Berardinelli, Nelly Novaes Coelho, Maria Alzira Seixo, Fátima Marinho, Paul Teyssier, R. A. Lawton, Massaud Moisés, Joel Serrão, Eduardo Lourenço, Vítor Manuel Aguiar e Silva, Aníbal Pinto de Castro, Gilberto Mendonça Teles, Arnaldo Saraiva, A. M. B. Machado Pires, Carlos Reis, Alexandre Cabral, Liberto Cruz, Eduardo Mayonne Dias, Nelson Vieira, Onésimo Teotónio de Almeida, Fernando J. B. Martinho e Sérgio Pachá, bem como os romancistas Agustina Bessa Luís e Almeida Faria.

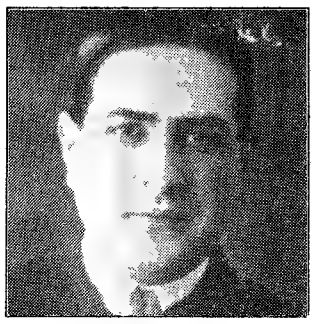
A organização diz esperar que o Colóquio «possa constituir um momento privilegiado de reflexão e de debate sobre a obra de Camilo Castelo Branco, contribuindo desse modo para uma leitura moderna dos seus textos e para uma interpretação e uma compreensão mais profundas dos seus temas e das técnicas de ficcionista que lhe permitiram dar-lhes forma». Em Janeiro de 1991, será publicado o programa pormenorizado e definitivo do Colóquio.

Entretanto, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão acaba de confirmar a abertura, no próximo dia 16, das comemorações do centenário da morte de Camilo Castelo Branco, com o seguinte programa:

Às 17 horas, apresentação do programa municipal das comemorações, no salão nobre dos Paços do Concelho; às 19 horas, visita à Casa de Camilo com um «Verde de Honra»: às 21 e 30, inauguração da exposição itinerante «Camilo e S. Miguel de Seide»; finalmente, às 22 horas, a conferência «Camilo vivo» pelo Dr. Manuel Simões, director da Casa de Camilo (Fundação Cupertino de Miranda).

Na Assírio & Alvim, a Marcía continua. Ontem, falou-se da inovação e da tradição do Orpheu, a 100 anos do nascimento de Mário de Sá-Carneiro

Orpheu, orphetu!



Mário de Sá-Carneiro

Para quando o reconhecimento do poeta que não morreu nunca? Os tempos mudam, com eles as estéticas e éticas, as vontades. Com o Orpheu tudo mudou também. Pela primeira vez quebraram-se as amarras do já-visto e do já-feito. A poesia tinha, enfim, despoletado a sua revolução. Revolução intocada, inacessível aos espíritos embotados do seu tempo, que permitiriam, mansamente, a instauração da ditadura militar em 1926. Só mais tarde se compreendeu a ruptura. Em 1990, ano do centenário do nascimento de Mário de Sá-Carneiro, muitos dos versos do Orpheu fazem ainda tremer as mentalidades burguesas deste fim do século XX. Como diria Mário Cesariny de Vasconcelos, «depois da grande ferroada, que foi o Orpheu, Lisboa ficou aturdida durante séculos».

«O Orpheu no Centenário de Mário de Sá-Carneiro» foi o tema da Marcía de ontem, na Assírio & Alvim. Do poeta, que um dia ainda se reconhecerá tão grande quanto Pessoa, falou-se muito. Porém, dele, não se leu qualquer poema. Referências apenas, para situarem, bem, uma evocação. João Grosso, actor, cumpriu com o ritual da encenação da leitura «Sá-Carneiro» foi o poema elegíaco de Fernando Pessoa, em memória ao amigo perdido: «Hoje, falho de ti, sou dois a sós». A «Cena do Ódio», de Almada Negreiros, marcou o tom inicial. Contra «a pátria onde Camões morreu de fome e onde todos enchem a barriga de Camões», onde a burguesia é «ideal com i pequeno, ideal de ricócó», onde os burgueses «têm de pior que os outros o serem portugueses». «Tu que nunca descobriste que eras bruto e não inventaste a maneira de o não ser», diz Almada..., «zut besta, zut bácoro, zut merda».

Arnaldo Saraiva e Paula Morão foram os professores, respectivamente da Faculdade de Letras do Porto e de Lisboa, que tentaram lançar as pistas do discurso. Marina Tavares Dias, jornalista do «Diário de Lisboa», inicialmente também prevista para a mesa do debate, não pôde estar presente por motivo de doença. O Orpheu foi a «ferroada», foi «o aturdimento», foi «o cosmopolitismo». Orpheu, nome em voga na Europa vanguardista nos primeiros anos deste século, como o recordou Arnaldo Saraiva, foi revista e geração de repercussão meramente poética. Para a sua geração, «o discurso poético opõe-se apenas ao discurso banal, ao discurso ordinário, ao cliché». Já Adolfo Casais Monteiro sustentava que o problema do Orpheu não fora o escândalo mas sim o facto de não ter tido público à altura. «Não se passa de Júlio Dantas para Pessoa como se muda de marca de cigarros!»

Do núcleo dos colaboradores da revista, nos dois únicos números editados, em 1915 e 1916, bem como no terceiro número, que, embora impresso, não chegou a ser publicado, apenas dois nomes foram constantes: Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. Juntamente com Almada Negreiros, eles deram a nomeada nacional e internacional ao movimento.

Mas foi a Mário de Sá-Carneiro que se pretendeu render homenagem em Marcía. Paula Morão relembrou e desejou o facto, citando a ambiguidade das últimas palavras da Fotobiografia de Mário de Sá-Carneiro, da autoria de Marina Tavares Dias: «Em Portugal, oficialmente o *poeta* continua vivo». E oficialmente, porque, de acordo com a jornalista, «a morte de Mário de Sá-Carneiro continua por averbar na sua certidão de nascimento» e «os arquivos parisienses também não a registam em qualquer certificado que possa ter sido enviado para Lisboa». Morte que o poeta encenou, de casaca, vestido a rigor, com convites, com testemunha.

Na poética do autor modernista, ficam muitos rastos do simbolismo de Pessanha. Numa análise mais particular da obra de Mário de Sá-Carneiro, Paula Morão traçou o ambiente exótico, de perfumes, de jóias, ricamente bizantino de ornamentos, resquícios simbolistas nos poemas e novelas. Mesmo as personagens perversas, as duplicidades do eu, do tu, dos outros, do eu-tu-outro contra si mesmo têm raízes mais profundas na nossa literatura. Raízes que apostaram na novidade que é a redescoberta da boa tradição: a indiferenciação do andrógino, as perversões do tempo e da memória efémeros. «Sou o instante». «Não somos mais que sucessivas metamorfoses», diria o poeta.

Mário de Sá-Carneiro excedeu-se na impossibilidade de se viver a si mesmo. Trouxe a humanidade demasiado próxima das paixões para a poesia. Preocupou-se com a significação nova das coisas. Suicidou-se «em público». Nas crises do final de século, que culminaram no «Ultimatum» da Grã-Bretanha, na Primeira Guerra Mundial, no avanço mecânico e tecnológico, a poesia de Mário de Sá-Carneiro parece despida das contingências sociais e históricas. «Mas», disse Arnaldo Saraiva, «propõe-nos uma nova visão do homem do século XX, radicalmente comprometida com a beleza e com a arte».

No final da sessão foi exibido um vídeo, realizado por Rui Filipe Torres, sobre o poema «Manucure». Foi um entrecruzamento de vozes, de planos, de papéis, de palavras, de letras, de desconjuntamentos. Sem poesia. No final foi o silêncio do debate. Só ficou a «orfeótica» sugestão de Arnaldo Saraiva, em citação do poeta brasileiro Murillo Mendes: «Orpheu, orphetu, orpheole, orphenós, orphevós, orpheeles.»

Manuela Baptista

Mil livros portugueses na Feira de Bruxelas

Cerca de um milhar de obras de autores de língua portuguesa estão patentes na Feira de Bruxelas, que decorre até ao próximo domingo.

Fernando Gandra, proprietário da única livraria portuguesa existente na Bélgica, a «Orfeu», é o responsável pelo stand de Portugal na Feira, a qual tem como tema principal o turismo.

«Dar uma imagem da abertura de Portugal ao mundo», é - segundo Fernando Gandra - o objectivo principal da representação portuguesa, em cujo stand podem ser encontrados não apenas livros de escritores portugueses, mas também obras de autores brasileiros e africanos de expressão portuguesa.

Uma vez que a edição deste ano da Feira de Bruxelas é dedicada ao turismo, estão também expostos livros que mostram Portugal, as suas gentes e as suas terras, indicou ainda Fernando Gandra.

Nos últimos dias da Feira, a Livraria Orfeu organiza dois colóquios subordinados aos temas «Portugal-África, Intertextos» e «Singularidades da Literatura Portuguesa», nos quais participam os escritores Alberto de Carvalho, João de Melo, Aline França, Casana Ndoba, Nuno Júdice, Fernando Martinho e Van Lier.

Um jantar/encontro de poesia portuguesa e de música africana, no sábado, encerra o programa de iniciativas portuguesas no âmbito da Feira do Livro de Bruxelas.

Aberta há três anos em Bruxelas, a Livraria Orfeu tem, segundo Fernando Gandra, inúmeros clientes estrangeiros, principalmente funcionários da CEE, que por motivos profissionais ou pessoais conhecem ou estão a aprender a nossa língua. A livraria é ainda um local de encontro de portugueses radicados em Bruxelas, que acorrem ao estabelecimento principalmente aos fins-de-semana, para comprar os jornais semanários nacionais.

Philippe Soupault

A morte de um dos fundadores do Surrealismo

O escritor francês Philippr Soupault, um dos fundadores do Movimento Surrealista, morreu domingo à noite na sua residência em Paris - segundo informação da Editora Lachenal et Ritter. Não foi indicada a causa da morte, mas Soupault contava já 92 anos.

Influenciado pelos trabalhos de Marcel Proust, fundou em 1919, com André Breton e Louis Aragon, a revista "Litterature", que rapidamente se tornou num «ponto de encontro» de desiludidos com a cultura burguesa.

A revista publicou textos literários e cartas de autores como André Gide, Max Jacob, Léon-Paul Fargue e outros.

A obra «Os Campos Magnéticos», escrita de parceria com Breton, e primeiramente divulgada pela "Litterature", é habitualmente identificada com a "certidão" de nascimento do Surrealismo.

A revista publicou ainda »Westwego» e outros textos, mas Soupault acabou por romper com Breton e o Movimento Surrealista, que acusou de se ter politizado.

Nos anos 30, dedicou-se ao jornalismo, escrevendo para o jornal "Petit Parisien", sem, todavia, pôr de lado a escrita literária.

Em 1939 criou a Radio Tunis e, finda a II Guerra Mundial, esteve à frente das emissões da Radiotelevisão francesa.

Além da literatura, os interesses de Soupault abrangiam ainda a ópera, o teatro, o jazz e a pintura.

Uma das suas paixões foi o cinema, sobre o qual escreveu vários ensaios.

Da sua obra literária fazem parte títulos como «Aquarium», «Chansons», «Le Nègre» e «La Rose des Vents». Escreveu também ensaios sobre Apollinaire, Leuatréamont e Baudelaire.

Coleccionador do vanguardismo russo

Faleceu George Kostakis

O famoso coleccionador russo de arte vanguardista, George Kostakis, morreu no domingo em Atenas vítima de ataque cardíaco. Tinha 77 anos.

Kostakis, de ascendência grega, nasceu em Moscovo e era possuidor da maior colecção (segundo "O Público") da maior colecção de peças de arte abstracta russa do período anterior e posterior à Revolução de 1917.

A fim de poder sair da União Soviética, Kostakis, em 1977, doou a mair parte das peças à Galeria Tretiakov, em Moscovo.

Álvaro Duarte Simões morreu

Álvaro Duarte Simões, autor do fado «Meia-noite e uma guitarra», faleceu ontem no Hospital de Santa Maria.

Poeta e compositor de cariz popular, foi autor de dezenas de fados e canções, com particular destaque para os que Amália, sua amiga desde a adolescência, viria a celebrizar: «Guitarra triste» e «Não peças de mais à vida».

Antigo estudante do Ateneu Comercial de Lisboa, apesar da sua faceta artística, Duarte Simões nunca deixou de exercer a profissão de delegado de propaganda médica.

Era uma figura típica de uma Lisboa que desaparece um pouco com ele. Deslocava-se habitualmente de moto, equipado com a inseparável máquina fotográfica e o gravador à tiracol. As redacções dos jornais e as estações de rádio, faziam parte do seu dia-a-dia, onde irradiava simpatia e comunicabilidade.

O funeral de Álvaro Duarte Simões seguiu ao fim da manhã para o cemitério do Alto da Ajuda.

Jacques Martin em Portugal com nova B. D.

O luar do Sol

Jacques Martin veio a Portugal para participar no Salão de Banda Desenhada da Sobreda, onde foi homenageado no último fim-de-semana. A sua estada em Lisboa foi também a oportunidade para apresentar em pessoa a edição portuguesa da sua mais recente obra. É a décima nona da série Alix, uma personagem histórica que é jovem como Tintim, mas cujo heroísmo não é de modo algum o tradicional.

«Como é extremamente humano, comete erros, às vezes engana-se e sofre as consequências», disse o artista (desenhador e argumentista em simultâneo, o que vai sendo raro) sobre Alix a quem o foi ouvir numa sala interior da Livraria Bertrand, sexta-feira passada.

O álbum em questão, que como todos os outros tem a chancela da Edições 70, intitula-se «O Cavalo de Tróia» e consiste na versão de Martin dos relatos que registam a vitória dos gregos sobre os troianos mediante um truque que os estrategos militares e os políticos de hoje classificariam de «infantil» e próprio, só, das bandas desenhadas. Curiosamente, quantos estavam na sessão em causa aproximavam-se de um modo geral dos trinta anos de idade.

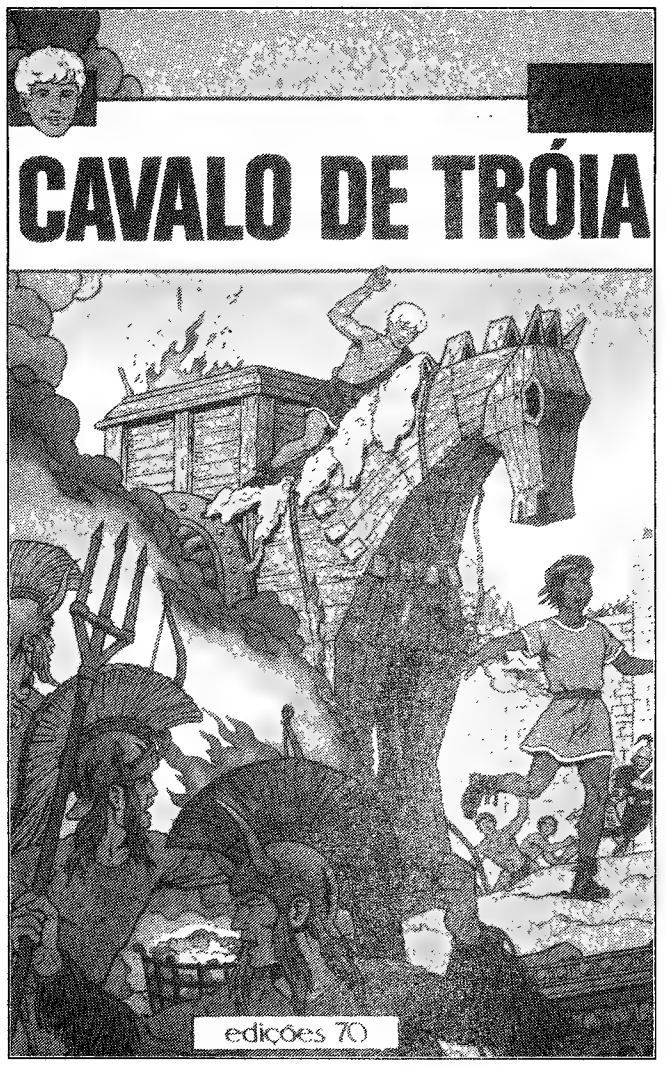
O estilo narrativo de Jacques Martin, os seus desenhos pormenorizados, os textos cerrados e as muitas referências históricas «cultas», reveladoras de um apurado conhecimento da Antiguidade romana e do Mediterrâneo tal como era um século antes do nascimento de Cristo, exigem uma dose de percepção e entendimento de que os mais novos não dispõem. A verdade é que o nível etário da B. D. contemporânea está bastante acima do que os primeiros «comics» norte-americanos fariam supor.

Se as personagens centrais dos livros de Martin são adolescentes, deve-se tal à confessada influência que sofre do Papa das histórias aos quadradinhos europeias (ou mais exactamente: franco-belgas), Hergé, factor aliás que Vasco Granja não deixou de sublinhar na conversa que antecipou a fila dos autógrafos. Mas nem estes adolescentes são exemplares nem os propósitos do autor pretendem ser pedagógicos. Se Alix toma posição nos conflitos políticos em que se mete, fá-lo não porque assim se possibilita a caricaturização das lutas do bem contra o mal, mas porque sim e até, como neste «O Cavalo de Tróia», um tanto levianamente. As histórias de Jacques Martin não são moralistas, nem inocentes sequer.

O desenhador, com os seus 69 anos, é considerado um clássico e elevado ao mesmo panteão em que se encontram Hergé, Bob de Moor e Pierre Jacobs. Fundador de estilos, pioneiro, não espanta que Martin não pense muito bem da banda desenhada feita pelas gerações recém-instaladas: «A B. D. está doente», disse a propósito, acusando os jovens artistas de «se esquecerem de contar histórias».

Saindo desses terrenos - demasiado polémicos para um momento de festa -, Vasco Granja, o nosso divulgador de banda desenhada número um, antigo director da edição portuguesa da revista «Tintim», meteu por um carreiro de que fez avenida, sublinhando a qualidade solar das imagens de Jacques Martin: «O Sol está sempre presente nas suas obras. Mesmo quando a acção decorre à noite, pois o luar não é mais do que o reflexo do Sol», considerou.

R. E. P.



Falar de cinema

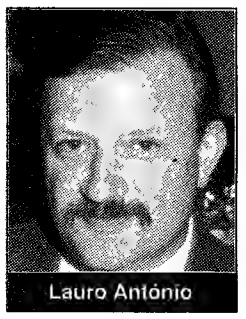
Actores brilhantes em «Negócios de Família»

NEGÓCIOS DE FAMÍLIA (Family Business) - R: Sidney Lumet (EUA, 1989); A: Vincent Patrick, segundo romance próprio; F (cor): Andrzej Bartkowiak; M: Cy Coleman; Mont: Andrew Mondshein; Cen: Philip Rosenberg; P: Lawrence Gordon; I: Sean Connery, Dustin Hoffman, Matthew Broderik, Rosanna De Soto, Janet Caroll, Victoria Jackson, Bill McCutcheon, etc.; D: 120 m; Dist: Filmes Castello Lopes; Est: Condes, Amoreiras, Plaza, Fonte Nova (Lisboa) e Batalha (Porto) (2.3.1990); Cl: *** (M/12 anos).

Em quase todas as áreas há «negócios de família», mas imaginava-se mal um assalto perpetrado «em família». Ele aqui está, sob a mão de Sidney Lumet. Não é um grande assalto, mas ainda assim consegue entreter durante duas horas que não damos por mal empregues, em função de vários aspectos, à cabeça dos quais surgem os três actores principais, que nos oferecem uma verdadeira «maratona» da arte de representar.

A ideia é divertida e o filme arranca muito bem nessa primeira hora em que se descrevem figuras, de lança o repto, se prepara o golpe e se executa. Num bairro de Nova Iorque, o Bronk, uma família de judeus reúne-se para «deixar entrar o anjo». Entre eles estão Vito (Dustin Hoffman) e seu filho, Adam (Matthew Broderik), que abandonou a Universidade com o curso quase completo e uma carreira brilhante à sua frente. Mas Adam recusa a estabilidade do pai, que tem um negócio de carnes, e vive fascinado pela marginalidade do avô Jessie (Sean Connery) que, com mais de sessenta anos, não desiste de preparar os seus golpes e andar à tareia com os polícias, o que o leva frequentemente à cadeia. E Adam tem mesmo um «golpe» em vista, para reunir a família: ir a um laboratório que conhece bem e roubar uma fórmula e um caderno de apontamentos, pelos quais uma chinoca cientista oferece boa quantia em dólares. Tudo parece fácil, mas Vito não quer o filho por maus caminhos, ele que tanto esforço fez para lhe dar uma vida sem problemas e longe da influência do avô. Por isso se recusa a participar no golpe, até que o põem perante o dilema: ou vai ele, ou vai outro. Vito aceita integrar a comitiva, sobretudo para vigiar e proteger o filho. Infelizmente, há sempre um pequeno senão que pára a engrenagem...

O que sobressai neste filme é esse clima de amizade, essa teia de sentimentos filiais que se estende por toda a obra e que transforma este «hold up» num caso muito especial. Basta ver o carinho com que uns aos outros colocam, e retocam, às meias pretas que cobrem as cabeças dos assaltantes. Mais do que «gangsters» em busca de lucro fácil, são pais e filhos que partem para o trabalho com o toque de ternura da despedida. O que desenquadra por completo os juízos críticos e morais e traz alguma originalidade a esta obra.


Lauro António

Mas, depois do assalto, tudo resulta mais pesado, entram em jogo situações menos definidas e pior desenvolvidas num plano dramático e *Family Business* arrasta-se um pouco, sem a mesma vivacidade de início.

Mantém-se, porém, o excelente trabalho dos três principais actores, onde é justo destacar o brilhantismo cabotino de Sean Connery, admirável nestes papéis de pai e avô que arranjou para este período da sua carreira, e Matthew Broderik, o miúdo de Jogos de Guerra, que aqui se aguenta em grande no meio de Sean Connery e Dustin Hoffman. Quanto a este último, pouco se terá de dizer, pois se mostra o mesmo actor de sempre, minucioso na composição e notável no *élan*.

Sidney Lumet, que é o mais regular dos cineastas irregulares, depois dessa lancinante *Fuga sem Fim*, um dos melhores títulos da sua filmografia, dá-nos um momento de pausa e relaxe com um filme «alimentar», inteligente e correcto.

Dustin Hoffman

Sidney Lumet

Nasceu em 1924. Foi uma das maiores revelações entre os cineastas saídos da TV ao longo dos anos 50, onde se situou como um dos expoentes de emissões «ao vivo» e de teledramáticos. Em 1957 passa ao cinema, assinando um título que o tornaria famoso de um dia para o outro, *Doze Homens em Fúria*, um filme inteiramente rodado no interior de uma sala de tribunal. Daí em diante pode considerar-se o mais regular dos cineastas irregulares, alternando filmes admiráveis com fracassos mais ou menos discretos e obras de encomenda que lhe permitem ter outras ambições no ano seguinte.

Filmografia

1957: *Twelve Angry Men* (Doze Homens em Fúria); 1958: *Stage Struck* (Lágrimas da Ribalta); 1959: *That Kind of Woman* (Uma Certa Mulher); 1960: *The Fugitive Kind* (O Homem na Pele de Serpente); 1961: *Vu du Pont* (Do Alto da Ponte); 1962: *Long Day's Journey into Night* (Longa Jornada para a Noite); 1964: *Fail Safe* (Missão Suicida); 1965: *The Hill* (A Colina Maldita); 1965: *The Pawnbroker* (O Agiota); 1966: *The Group* (O Grupo); 1967: *The Deadley Affair* (Duas Plateias para a Morte); 1968: *The Seagull* (A Gaivota); *By By Braveman*; 1969: *The Appointment* (O Rendez Vous); 1970: *King, a Filmed Record, Montgomery in Menphis*; 1971: *The Anderson Tapes* (O Dossier Anderson); *The Last of the Hot Mobile Shots*; 1972: *Child's Play*; *The Offence* (O Delito); *Something Like the Truth*; 1974: *Loving Molly*; *Murder on the Orient Express* (Um Crime no Expresso do Oriente); *Serpico* (Serpico); 1975: *Dog Day Affernoon* (Um Dia de Cão); 1976: *Network* (Escândalo na TV); 1977: *Equus* (Equus); 1978: *The Wiz* (O Feiticeiro); 1979: *Just Tell Me What you Want* (Queres ou não Queres?); 1981: *Prince of the City* (O Príncipe da Cidade); 1982: *Deathtrap* (Armadilha Mortal); *The Veredict* (O Veredicto); 1983: *Daniel* (Daniel, Passado sem Resgate); *1984*: *Garbo Talks* (Garbo e Eu); 1986: *Morning After* (A Manhã Seguinte); *Power* (As Chaves do Poder); 1988: *A Bout de Course*; *Running on Empty* (Fuga sem Fim); 1989: *Family Business* (Negócios em Família).

L.A.

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Entrevista com o músico angolano Waldemar Bastos

Uma paixão eterna: África

Waldemar Bastos, natural de Angola, tem 36 anos, e pode considerar-se um "menino do Huambo", pois aí passou toda a sua adolescência. Tem um disco novo: "Angola Minha Namorada". Agrada a uns, e nem tanto a outros que consideram a produção do cabo-verdiano Ramiro Mendes, estudante de composição e arranjos nos EUA, muito americana.

Waldemar, depois de um interregno após o seu primeiro LP editado no Brasil, está contente com o seu trabalho. Aparentemente arrogante (talvez só -como afirma- por defesa) tem uma forma terna de dizer da sua música, terra e si próprio.

P - *A produção deste teu último disco esteve a cargo de Ramiro Mendes. Como é que se deu este encontro?*

R - Foi precisamente na mesma altura em que conheci os Heróis do Mar, em Cabo Verde. Não conhecia o seu trabalho, mas escolhi-o para produzir o meu disco devido às conversas que tivémos sobre música africana, a dignidade e o respeito que ela merece. Dessa forma senti quem ele era, e o que podia fazer. Parece ficção, mas é verdade. O Ramiro vem participar no meu disco sem eu conhecer nada do seu trabalho. E, realmente as coisas correram como eu esperava. Houve um sincronismo absoluto.

P - *Queres falar deste disco?*

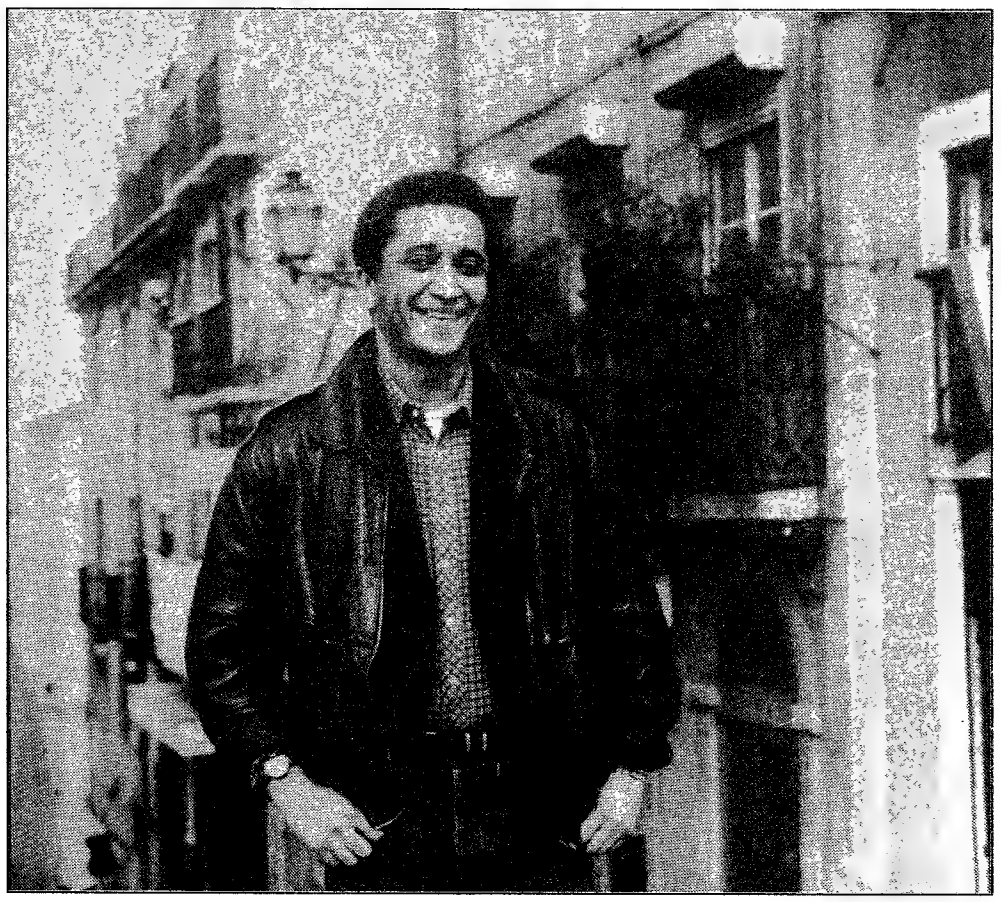
R - É um resumo de toda uma luta que travei depois de vir do Brasil. Atravessei o deserto. Apesar de todas as contrariedades eu nunca parei de compor.

P - *Neste último trabalho tens temas originais de tua autoria e outros tradicionais angolanos. Poder-se-á dizer que a tua música é de raíz tradicional?*

R - Sem dúvida. Se não fosse assim não tinha a aceitação que tenho, felizmente. Em África as velhas são muito importantes para nós, porque são conhecedoras, quando há o seu aval e o das crianças penso que o artista pode ficar sossegado. Vivi até aos 29 anos em Angola, saí de lá com a minha alma formada. Não tenho dúvida que a fonte da minha música está lá, até porque continuo a viver em Angola espiritualmente.

P - *Isso não te impede, neste disco, de utilizar ritmos de outros países africanos, o caso de uma morna de Cabo Verde?*

R - Eu fiz essa morna por causa da maneira como os cabo-verdianos me receberam numa altura difícil da minha vida. Não tenho limitações, em termos de música, principalmente se ela me é familiar, como no caso da música africana. Não domino o crioulo, mas tal como a maneira de estar dos cabo-verdianos, não me é estranho. Quando estudei cá, foi em casa de cabo-verdianos que estive instalado, por outro lado sempre me dei com a comunidade de Cabo Verde, em Angola. Aliás, saí de Cabo Verde com a garganta apertada...



Waldemar Bastos: com Angola, todos os dias, em Lisboa

Brasil - sim, mas também

P - *Sendo tu angolano e vivendo aqui, vives com a garganta apertada?*

R - Apercebi-me que não podia fazer em Angola o meu trabalho com este nível, não tinha alternativa senão estar cá fora. Nunca vivi em desespero, porque sempre acreditei nestes dias que se aproximam, acredito na paz, não só em Angola, mas em África. Aqui sempre fui bem tratado. Não tenho problemas de integração. Tenho saudades da minha terra, mas como saí de lá formado, não tenho aperto, porque sei que hei-de voltar.

P - *Vives Angola aqui?*

R - Completamente. Eu vivo em Angola, aqui.

P - *Saíste de Angola há quanto tempo?*

R - Há sete anos.

P - *Vieste directamente para Portugal?*

R - Primeiro vim para cá. Depois fui para a Alemanha, já com intenção de gravar. Voltei a Portugal novamente. Fui para o Brasil, onde estive três anos. Gravei lá. Posteriormente verifiquei que a divulgação da música africana no Brasil (apesar de dizerem constantemente que vieram de África), não é boa. Só o rock americano tem penetração no mercado, e a música popular brasileira porque eles são muito unidos. Havia um bloqueio a qualquer outro tipo de música. Ao ver tudo isto analisei, e cheguei à conclusão que seria na Europa que poderia fazer o meu trabalho e divulgá-lo. Penso não me ter enganado, apesar de ter demorado este tempo todo para fazer o segundo disco.

P - *Mas Portugal também não é fácil para um músico africano...*

R - Não é fácil. Mas neste momento acho que já se começa a acreditar, ou pelo menos a aceitar e compreender, a música africana.

P - *Quais os motivos por que saíste de Angola? Foi só para gravar um disco?*

R - Saí porque percebi que não tinha hipótese de fazer um trabalho. Não havia fábrica de discos, e também porque as atenções não estavam viradas para a música. Porque em Angola há toda uma problemática político-militar por resolver. Sentia-me asfixiado. A música já me acompanhava desde criança, para além de que sempre que saía para o estrangeiro os músicos dos outros países acharem estranho, e até absurdo, eu não ter nada em disco. Isto começou a provocar-me uma grande angústia.

P - *Em Angola fazias só música?*

R - Não. Trabalhava também no Instituto Nacional do Livro e do Disco.

África - eterna namorada

P - *Para a gravação do teu primeiro disco, no Brasil, contaste com a colaboração do Chico Buarque e outros músicos brasileiros. Esse apoio deveu-se a quê: ao interesse provocado pela tua música ou por solidariedade por seres angolano?*

R - Não o vejo muito por uma questão de solidariedade. Primeiro não é possível gravar numa multinacional por solidariedade. O Chico Buarque esteve em Angola, com uma grande delegação brasileira. Eu actuei no mesmo espectáculo que eles. O Chico ouviu-me cantar "A Velha Chica" (que no fundo foi a canção que me lançou cá fora). Quando o encontei no Brasil perguntou-me o que estava lá a fazer. Manifestei a vontade de gravar um disco. Ofereceu-me apoio, porque considerava que tinha trabalhos que mereciam divulgação. Penso que ele procedeu assim porque é um músico por excelência. Claro que o ser angolano também deve ter tido a sua importância, embora não tenha sido determinante.

P - *Tiveste contactos com outros músicos brasileiros?*

R - Sim, com quase todos: Alcione, Caetano Veloso, Martinho da Vila...

P - *O tema "Africana", dos Heróis do Mar, foi inspirado na "Velha Chica", e apresentado nos Sons do Parque com a tua participação nos coros. O que pensas desse trabalho?*

R - A estadia dos Heróis do Mar em Cabo Verde deu-lhes uma maior compreensão sobre África, que não tinham nem conheciam. Eles viram a receptividade da canção "Velha Chica", inspiraram-se e fizeram o "Africana". Pediram-me para participar, e eu aceitei. Penso que foi um convite sincero.

P - *Qual a postura que pensas deva ter um músico africano?*

R - Penso que na música de todos os países há diferentes escalões. Mas quando um artista africano resolve mostrar o seu trabalho ao mundo deve aplicar conhecimentos científicos sem perder a alma.

P - *Quais os projectos de música africana, em Portugal, que consideras terem valor?*

R - Paulino Vieira. É um jovem que vem de uma família de músicos, e transporta a tradição para o campo universal. É um homem de grande valor.

Acho que estão a aparecer em força os Issabary, da Guiné-Bissau. Penso é que os músicos africanos deveriam ter uma maior seriedade, dando o máximo de qualidade para ganharmos respeito e não sermos vistos como folclore para dar à bunda, mas sim como homens de um continente de onde vem a música: jazz, blues, rock. Fazendo trabalhos de qualidade respeitamos África e o mundo.

P - *E da música angolana?*

R - Rui Mingas, apesar de actualmente não gravar, Filipe Mukenga. Continuo a falar de música africana numa projecção universal.

P - *Saíu agora este disco e começa um novo ciclo de espectáculos. Vais apresentar-te de violão, **play back**, ou tens um grupo em constituição para te acompanhar?*

R - Depende das circunstâncias. Muitas vezes um músico não tem condições para se fazer acompanhar por um grupo, e aí recorre ao *play back*, que eu não gosto. Também posso cantar uma ou duas músicas acompanhando-me ao violão.

P - *Não pensas que isso pode prejudicar a tua música?*

R - Isto é sincero: há muita gente que prefere ouvir-me a cantar só acompanhado pelo violão. Aliás, há quem pense que devia gravar assim, por isso um dos temas preferidos de muita gente é um em que sou acompanhado só por três violões.

P - *Mas no caso de poderes, já tens músicos escolhidos para te acompanharem?*

R - Gostava de contar com o Zé Manel, que trabalhava com o Dany Silva, no baixo, o Toy Vieira que se mostrou disponível, nas teclas, o Alberto Monteiro, percussionista dos Raízes, os outros ainda não sei. Mas se tiver condições rapidamente constituo um grupo.

P - *Pensas organizar um grande concerto teu, em Lisboa?*

R - Em princípio, está previsto.

Maria José Belo Marques

Editorial INQUÉRITO

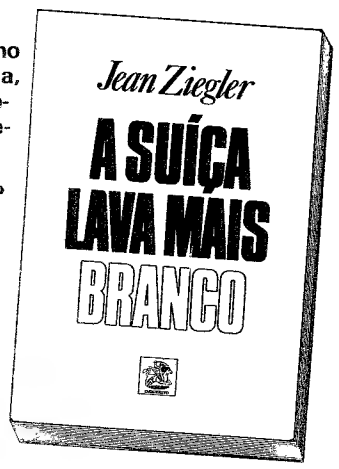
QUALQUER COISA ESTÁ PODRE NO «EMIRATO HELVÉTICO».

Na sequência de «A Suíça acima de qualquer suspeita», Jean ZIEGLER oferece-nos agora um livro de análise e denúncia das práticas bancárias de lavagem de todo o dinheiro negro — da droga, do armamento, do crime organizado — e da transformação dos narcodólares em divisas, e participações financeiras e industriais perfeitamente respeitáveis.

• «Um acontecimento. Explosivo.»
«La Suisse»

• «Ziegler ultrapassa, no conteúdo e na forma, todos os seus anteriores ataques à Confederação.»
«Le Figaro»

• Violento requisitório contra o sistema que acolhe, lava e reinveste o dinheiro negro».
«L'Humanité»



O ACTO DE ACUSAÇÃO DE JEAN ZIEGLER

EDITORIAL INQUÉRITO
Trav. da Queimada, 23-1.º Dt.º 1200 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO: PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Design: o ensino mal amado

O plano de acção do Centro Português de Design, financiado com quatro milhões no âmbito do PEDIP, foi há dias anunciado em conferência de imprensa. O ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, esteve presente. O Centro é dirigido pelo arquitecto Sena da Silva, personalidade de relevo na área em referência. Foi descrito um intenso lançamento de acções de introdução do design em sectores industrais e planos dirigidos de formação.

Mira Amaral teceu um conjunto de considerações com as quais se pode estar genericamente de acordo. Trata-se, no fundo, de um diagnóstico de carências há muito verificadas, revelador do tardio entendimento da importância do design no espaço industrial, envolvendo alegados divórcios entre o ensino naquela área e o mundo das empresas portuguesas.

Aqui é preciso informar melhor o público e, eventualmente, o senhor ministro:

1. Em 1975/76, quando não havia ensino superior de design nem os empresários portugueses se dispunham a qualquer aposta nesse sentido, a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa reformulou amplamente os seus cursos e criou duas licenciaturas em design: Design de Comunicação e Design de Equipamento.

2. A reforma, vasta e acertada com as modificações introduzidas no ramo terminal do ensino secundário, foi neste âmbito reconhecida e aplicada. A par disso houve desde logo uma proposta para a integração da Escola na Universidade, quer tendo em vista criar condições destinadas a cobrir outros sectores do design quer levando em conta a necessidade de investigação profunda em tal domínio. Ilustraram-se situações junto do Ministério da Educação e advogou-se a urgência de dotar o País (neste âmbito) de pólos dinâmicos com projecção no plano produtivo e com recurso a personalidades cujo currículo como designers era notável. O próprio arquitecto Sena da Silva foi professor no Departamento de Design da ESBAL e só não foi possível reconhecê-lo como professor de mais elevada categoria porque o Ministério nunca alterou os mecanismos de recrutamento e evolução académica do pessoal docente da instituição.

Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa

3. Basta por agora referir que em 1976, em reunião no Ministério, a Direcção-Geral do Ensino Superior declarava simplesmente o seguinte: a Arquitectura deve passar à Universidade, as Artes Plásticas e o Design não percebemos porquê nem para quê. O País não precisa neste momento de artistas e o design não passa de mera utopia. (Quase *sic*) Esta obstinação tomou foros de guerra absurda e foi gerando anomalias gravosas para o País. O Ministério recusou fazer-se representar no 1.º Encontro do Ensino Superior Artístico, aberto pelo próprio reitor da Universidade Técnica, e continuava a manter em regime de experiência pedagógica cursos que já haviam produzido os primeiros diplomados, alguns dos quais se empregaram como designers e outros como docentes, isto é: possuindo um diploma virtual, fantasma jurídico impensável na década de 70 e no espaço europeu.

4. Só em 1983 os cursos foram reconhecidos, a par com os da Escola do Porto, em decreto precário que, apesar de nomear os quadros curriculares integrais, não publicava uma única referência ao quadro docente, carreira, graus, origem consoante as novas matérias leccionadas. Ainda estamos (em 1990) nessa situação, com todo o corpo docente dos cursos de design e alguns outros na situação de equiparados a assistentes e sem o menor mecanismo legal para prosseguirem graduações reconhecidas (pelo estatuto de 1957!) aos pintores e escultores - e mesmo esses por inegável equivalência ao doutoramento.

5. A integração da Escola na Universidade, embora apoiada por uma Comissão Nacional nomeada para esse estudo, com representantes das universidades de Lisboa e Porto, continua por decidir (mesmo tendo sido reconhecida uma vez pelo Senado da Universidade de Lisboa): não há palavras que possam descrever o circuito kafkiano deste interminável processo, o desgaste provocado na Escola e nos especialistas que nela ensinam, o muito que privou o País da dinâmica gerada em tais áreas no tempo certo.

6. Por outro lado, e por se ter voltado decisivamente para o País real, é que a ESBAL pôde realizar iniciativas importantes, quer a nível nacional quer a nível autárquico. Impõe-se, pelo menos, destacar o Semanário sobre o Plástico, em colaboração com o Laboratório de Engenharia Civil, e o acordo com o IAPMEI, para investigação e estágio, pelo qual diplomados em Design operaram em empresas portuguesas, aí estagiaram, e, em vários casos, aí se integraram. A Escola esteve, de resto, representada em comissões ligadas ao sector, no próprio Instituto do Design e Direcção de Qualidade.

7. Haveria uma longa história a fazer sobre o pouco que estes pontos deixam perceber. As escolas de design privadas são hoje olhadas de outro modo e o boato rasteiro cria bloqueios ao justo progresso das escolas oficiais. De resto, e do lado do privado, é preciso dizer, preto no branco, que, quando do acordo com o IAPMEI, e mesmo antes, raríssimos empresários portugueses estavam dispostos a receber, de *borla*, estagiários, sequer encarar uma perspectiva moderna e criadora do design no seu espaço de produção.

Seria bom que o senhor ministro, Mira Amaral, encarando estes dados, recebesse as Escolas Superiores de Belas-Artes e com elas e o Centro Português de Design fosse recuperando lacunas hoje grosseiramente omitidas. Há muito para fazer e as instituições, se abandonarem critérios estritamente pessoalistas, podem contribuir para esse trabalho imenso cuja meta se situa já para além de 1992.

Rocha de Sousa
(professor agregado pela ESBAL)

Festival de Cinema da Costa do Estoril

O 2º Festival Internacional de Cinema da Costa do Estoril decorrerá entre 19 e 25 de Março. Conforme foi anunciado aos jornalistas em conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira a bordo do navio «Tunes», serão exibidos cerca de 130 filmes, 19 dos quais em estreia mundial.

Entre as películas mais importantes contam-se *Dannw - O Campeão do Mundo* do realizador inglês Gavin Millar, com interpretações de Jeremy Irons e do filho, Samuel, esperando-se, segundo João Soares Tavares, que aquele actor, consagrado graças a filmes como *A Amante do Tenente Francês* e *Irmãos Inseparáveis* , possa deslocar-se ao Estoril para participar no Festival.

Outros filmes de primeira grandeza a exibir serão *Depois da Guerra* de Jean Loup Ubert, *O Verão dos Segredos* de Rock Demers e *O Lobinho entre os homens* realizado pelo cineasta soviético Talgat Tomonov.

O cinema português concorrerá à gaivota de ouro, galardão máximo do Festival, com *Santuário Submarino* de António Hipólito e *Corre, corre, bicharoco* de Manuel Pires.

Paralelamente à competição, decorrerão retrospectivas temáticas consagradas ao Cinema histórico e à animação suiça.

O Festival terá diariamente quatro sessões para o público mais jovem e duas para adultos.

Uma gaivota de ouro para o melhor filme em concurso, três gaivotas de prata e um prémio especial, instituído pela Cinemateca, destinado a galardoar a melhor primeira obra de um cineasta, são os prémios a distribuir no Festival Internacional de Cinema da Costa do Estoril.

Museu Abel Manta

A Câmara de Gouveia vai solicitar ao secretário de Estado da Cultura classificação nacional para o Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta - disse à Lusa fonte da autarquia.

O Museu Abel Manta integra grande parte da obra do pintor e de outros artistas plásticos modernos.

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA
4.º JUÍZO
ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que pela 1.ª Secção do 4.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa corre uma Acção de Contrato Individual de Trabalho com processo Sumário Registado sob o N.º 110/89 em que é Autor — João Santos Conceição, residente em Rua Teodoro Maria Oliveira, n.º 12 - 1.º, Frente, em Sacavém e Réus — Rosa Pereira Domingues e outros, ficando notificado o Réu — FERNANDO DOMINGUES DOS SANTOS com última morada conhecida em Av.ª Afonso III, Lote - 2 - 10.º Esq. em Lisboa da sentença proferida nos Autos acima identificados e cuja fotocópia se encontra à sua disposição na secção de processo competentes, sita Av. Almirante Reis, n.º 49 - 2.º andar, contando-se o prazo do trânsito em julgado, para além do legalmente previsto, decorridos que sejam os trinta dias dos éditos. Mais fica notificado de que tem o prazo de um mês para juntar aos autos documento comprovativo da extinção da dívida nos termos do Art.º 71 do Código do Processo de Trabalho e para os efeitos do Art.º 92 do mesmo Código.

Para constar se passou o presente anúncio que vai ser devidamente publicado. Lisboa e Quarto Juízo — Primeira Secção do Tribunal do Trabalho aos sete dias de Março de mil novecentos e noventa.

O Juiz de Direito,
António Luís Soares de Andrade
O Escrivão Adjunto,
António Gabriel de Oliveira Peniche

«DL» — 1.ª Pub. 13/3/90

AVISO

MINISTÉRIO DA SAÚDE

HOSPITAL DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/90 — CENTRAL DE AR COMPRIMIDO

Faz-se público que até às 15 horas do dia 26.03.90 se recebem propostas para o fornecimento de montagem de uma central de ar comprimido respirável, sendo as mesmas abertas no dia seguinte pelas 15 horas.

O respectivo caderno de encargos pode ser consultado de 2.ª a 6.ª feira das 9 às 17.30 horas no sector de Aquisições.

Fernando M. Marques
Administrador Delegado

DESPORTO

Futebol em nossa casa

Sábado: Portimonense-Benfica Domingo: Belenenses-Estrela

O encontro Portimonense-Benfica, respeitante à próxima jornada do campeonato nacional da I Divisão será transmitido, directmente, pela RTP-2 e realizar-se-á pelas 21 horas e 30 de sábado. Quanto ao local do encontro, são várias as hipóteses, mas tudo indica que os dirigentes do clube algarvio cheguem a acordo com Sousa Cintra no sentido de o jogo se realizar em Alvalade. As demais hipóteses são: Setúbal, Montijo, Barreiro e Restelo.

Outras alterações: no sábado (15 horas) jogam Vitória de Setúbal-União, enquanto o jogo Belenenses-Estrela da Amadora terá lugar no domingo, a partir das 19 horas, com transmissão directa pela RTP.

Diálogos abertos

Manuel Fernandes (técnico do Vitória de Setúbal) no sentido de uma maior unidade da classe de treinadores em Portugal, durante o II encontro «Diálogos Abertos» com jornalistas, realizado em Lisboa. «*A nossa classe deveria ser mais unida, tal como, por exemplo, os árbitros*», defendeu Manuel Fernandes durante o encontro, organizado pelo Núcleo de Lisboa da Associação Nacional dos Treinadores de Futebol e subordinado ao tema «Olhar e interpretar o jogo».

O treinador sadino realçou ainda a importância da análise e interpretação do que se passa no terreno de jogo, como forma de possibilitar uma maior acção do treinador na correcção de erros e na adaptação das melhores soluções para aumentar o rendimento das equipas.

Manuel Fernandes salientou ainda o papel dos «olheiros» no futebol, que considerou um factor importante no futebol moderno e que em Portugal não está a ser utilizado da melhor forma na detecção de novos valores para as equipas.

Por seu turno, o novo treinador do Portimonense, Manuel Oliveira, defendeu a criação de um cartão que possibilite aos treinadores assistir aos encontros de futebol.

Duas «chicotadas»

O técnico Mourinho Félix deverá assumir hoje a orientação da equipa do Benfica de Castelo Branco, da segunda divisão do futebol nacional, Zona Centro, em substituição de Miguel Quaresma.

Mourinho Félix orientou esta temporada o Sporting da Covilhã, da Zona Centro da II Divisão, mas abandonou este clube há cerca de dois meses, solidarizando-se assim com os seus jogadores, cujos salários se encontravam em atraso.

Entretanto e devido aos maus resultados averbados pela sua equipa, os dirigentes do Odivelas resolveram, após reunião extraordinária realizada ontem à noite, dispensar os serviços do seu treinador Fernando Madeira. Recorde-se que o Odivelas ocupa a 13.ª posição na série «E» do campeonato nacional da III Divisão. A escolha do novo técnico ainda não foi feita.

Árbitros em greve

Os árbitros madeirenses decidiram entrar em greve a partir de sábado, como resposta ao desinteresse da Associação de Futebol do Funchal relativamente às suas reivindicações.

O aumento do subsídio de refeição, dos prémios e da tabela de transportes são algumas das reivindicações dos árbitros madeirenses, os quais sustentam ter a Associação de Futebol do Funchal aprovado uma tabela que aumentava o valor dos transportes sempre que subia a gasolina, o que não tem vindo a ser cumprido.

Referem ainda que vêm fazendo sentir as suas reivindicações há cerca de dois anos, pelo que decidiram optar pela greve, considerando ser esta a última solução.

À atenção do Benfica

O Dniepr Dniepropetrovsk, adversário do Benfica nos quartos-de-final da Taça dos Campeões Europeus, venceu, em casa, o Torpedo de Moscovo, por tangencial 1-0, em partida da segunda jornada do Campeonato soviético de Futebol.

O tento solitário dos soviéticos, que quarta-feira perderam com o Benfica, no Estádio da Luz, por escasso 1-0, foi apontado por Nikolai Kudritski.

O Dniepr reparte assim o comando do campeonato com o Tchernomorets de Odessa, que tal como o adversário dos benfiquistas, conta por vitórias os dois jogos disputados.

Heysel volta à cena

O Tribunal de Apelação de Bruxelas iniciou a revisão da sentença proferida no processo de Heysel em Abril último e que motivou recursos separados dos advogados dos réus britânicos e das vítimas, na sua maioria italianas.

O processo, presidido pelo conselheiro Pierre Van de Walle, vai desenrolar-se em duas fases. A primeira parte a contestar a sentença serão os 14 adeptos britânicos responsabilizados pela tragédia que custou a vida a 39 pessoas, a 29 de Maio de 1985, antes da final da Taça dos Campeões Europeus de Futebol, entre o Liverpool e a Juventus.

Posteriormente, será a vez dos advogados das 203 vítimas, representadas em bloco, que recorreram da absolvição concedida ao estado belga, à cidade de Bruxelas e à União Europeia de Futebol. As vítimas da tragédia consideram que as três pessoas que representam as três entidades deverão ser civilmente responsáveis. Recorde-se que a sentença proferida em Abril puniu 14 dos 26 «hooligans» ingleses julgados com três anos de prisão e condenou o secretário-geral da Liga Belga, Albert Roosens a uma pena de seis meses, e o «capitão» da Polícia Johan Mahie a nove meses de prisão.

MODALIDADES

ATLETISMO: O atleta sportinguista Elísio Rios, do Sporting, venceu a décima edição do *Cross* Internacional de Reims (França) gastando 29,57 minutos para percorrer os 10 quilómetros da prova, sendo o segundo português a vencer o *Cross* Internacional de Reims, disputado domingo a cerca de 200 quilómetros de Paris, depois do triunfo de Lúcio Pereira, em 1987.

Carlos Reis classificou-se na terceira posição, com o tempo de 30,28 minutos, a 18 segundos do segundo classificado, o francês Feitz.

Em senhoras, Helena Lobo, do Sporting de Braga foi segunda, a seis segundos da marroquina Kolou, que correu os quato quilómetros da prova em 12.40 minutos.

GINÁSTICA: A selecção portuguesa júnior masculina de ginásttica artística perdeu com a sua congénere espanhola numa competição realizada em San Jose de Guadalajara, somando menos 47,30 pontos do que a Espanha.

GOLFE: A «Semana Internacional de Golfe — 1990» inicia-se hoje em Vilamoura, com a realização do Torneio das Nações, que tem a participação de equipas de onze países europeus.

Na prova masculina participam as selecções da Finlândia, Holanda, Itália, Dinamarca, Bélgica, Portugal, Suíça, Áustria, Alemanha Federal e Noruega. Cada equipa tem dois jogadores, tendo sido seleccionados para representar Portugal os jovens Filipe Salazar de Sousa, do Estoril (campeão nacional de primeiras categorias) e António Castelo, de Vilamoura (campeão nacional absoluto).

No torneio das Nações em senhoras participam onze países: Portugal, Escócia, Áustria, Alemanha Federal, Finlândia, Espanha, Dinamarca, Bélgica, Suíça, Itália e Holanda. A equipa portuguesa será constituída por Teresa Abecasis (Estoril) e Patrícia Roquete (Oporto).

A nossa equipa de reportagem viaja com lubrificantes

Mobil®

Ténis: «ranking» e receitas

Navratilova é quem mais factura

Navratilova: 40 mil dólares em dois meses

A alemã-federal Steffi Graf continua a liderar o «ranking» mundial feminino, mas a norte-americana Martina Navratilova é a tenista que ganhou mais dinheiro até agora. A jovem Graf comanda a tabela da Associação Internacional de Ténis Feminino, com 1120 pontos, à frente da veterana Navratilova, segunda classificada com 975, e da checa Helena Sukova, terceira, com 725 pontos.

Na distribuição de prémios, o primeiro lugar pertence a Navratilova, que embolsou já 270 750 dólares (cerca de 40 mil contos), um pouco mais que Graf, segunda na lista, com 248 621 dólares.

As 10 primeiras classificadas no «ranking» mundial, são as seguintes: 1.ª Steffi Graf (RFA), 1120 pontos; 2.ª Martina Navratilova (EUA), 975; 3.ª Helena Sukova (Che.), 725; 4.ª Mary Joe Fernandez (EUA), 710; 5.ª Natalia Zvereva (URSS), 613; 6.ª Zina Garrison (EUA), 570; 7.ª Claudia Porwik (RFA), 501; 8.ª Amy Frazier (EUA), 493; 9.ª Manuela Maleeva (Suí.), 485; 10.º Dinky Van Rensburg (AFS), 395.

Posição actual da tabela de receitas: 1.ª Martina Navratilova (EUA), 270 750 dólares; 2.ª Steffi Graf (RFA), 248 621; 3.ª Helena Sukova (Che.), 145 008; 4.ª Mary Joe Fernandez (EUA), 120 766; 5.ª Natalia Zvereva (URSS), 120 595; 6.ª Zina Garrison (EUA), 96 111; 7.ª Jana Novotna (Che.), 82 943; 8.ª Gabriela Sabatini (Arg.), 77 556; 9.ª Manuela Maleeva (Suí.), 69 825; 10.ª Claudia Porwik (RFA), 61 129.

Lendl bem firme

O checoslovaco Ivan Lendl, com um total de 3377 pontos, figura no lugar cimeiro do «ranking» mundial da Associação de Tenistas Profissionais (ATP), segundo a Lista divulgada em Ponte Vedra, Florida.

O alemão-federal Boris Becker, com 2781 pontos, é segundo classificado, seguido do sueco Stefan Edbgerg, com 2546 pontos. Nos lugares imediatos encontram-se os norte-americanos Brad Gilbert e Andre Agassi, com 1510 e 1474 pontos, respectivamente.

Benfica: 86 anos de história

Recordar o passado e pensar na Ucrânia

Com a presença da maioria dos «Águias de Ouro», dirigentes, seccionistas e representantes de atletas e técnicos, o Sport Lisboa e Benfica promoveu um jantar comemorativo do 86.º aniversário da sua fundação. Naturalmente que as figuras mais relevantes presentes foram os associados que possuem o alto galardão da colectividade; e lá estiveram José Ferreira Queimado, Jorge de Brito, Marcel d'Almeida, Domingos Claudino, Fernando Caseiro e Eusébio. Estes, mais os ausentes (Paulino Gomes Júnior e Fernando Martins) são, neste momento, os únicos benfiquistas que um dia foram distinguidos com a «Águia de Ouro», atribuída pelos relevantes serviços prestados ao clube.

Naturalmente que todos eles, de uma forma ou outra, contribuíram com larga fatia para o engrandecimento da nobre colectividade onde acobertaram a sua filiação e não adianta recordar o notável empenhamento dos ex-presidentes Ferreira Queimado e Fernando Martins, da extraordinária dedicação de Domingos Claudino e Fernando Caseiro, do singular vigor com que sempre o dr. Paulino Gomes Júnior defendeu os interesses do clube como dirigente e, de forma particular, na qualidade de director do jornal «O Benfica», cargo que desempenhou em constante vigília tendo o bico da caneta sempre inquieto. E, quanto a Jorge de Brito e Marcel d'Almeida, quem se lhes compara no «auxílio» a problemas de tesouraria? Falta referir Eusébio? Bem, não falta porque já está tudo dito. Eusébio é a figura mais emblemática do grande clube, fundado em 28 de Fevereiro de 1904 por Cosme Damião e um punhado de homens que a história desportiva não apagará.

As intervenções foram limitadas a João Santos e ao juiz Adriano Afonso com José Nuno Martins a servir de «pivot» da sessão. O líder do executivo proferiu palavras de circunstância fazendo um apelo à cordialidade com as demais instituições, civismo entre a «família beqita», falou de projectos, solicitou confiança dos consócios e apelou ao respeito por todos os adversários.

Adriano Afonso enalteceu as relações do clube com todos os órgãos da Comunicação Social, agradeceu a entrega de uma placa do CNID — Clube Nacional de Imprensa Desportiva, referiu a presença de representantes da filial n.º 1 (Faro) para remeter saudação a todas as filiais, delegações e «Casas do Benfica» espalhadas pelo Mundo.

Domingos Claudino (sócio n.º 441) lembrou Paiva das Neves, Justino Pinheiro Machado e o brigadeiro Rodrigues de Carvalho (recentemente falecidos) e que como associados e dirigentes, sempre pautaram a sua conduta com suprema elegância, rara competência e acrisolado amor ao clube. Um minuto que todos passaram em silêncio.

Francisco Paraíso

Para reconhecer os relevantes serviços prestados ao País, o Governo distinguiu o Benfica com o «Colar de Honra ao Mérito Desportivo»

Entre as figuras presentes destaque para Mário Coluna, Fezas Vital (que se referiu ao acto com muita emoção), Alexandre Alves (presidente da FNAC e eventual próximo candidato à presidência do clube), Santos Nunes (Regisconta), eng. José Respício (director do jornal do Benfica), arquitecto Croft de Moura e, ao redor do «Salão Nobre», muitos benfiquistas galardoados com «Águias de Prata», «Águias de Cobre», sócios honorários, de mérito e beneméritos.

O fervor clubista mais uma vez enaltecido. Um encontro de benfiquistas que servem a colectividade com revigorado empenhamento e suprema dedicação. Mais um ano passou sobre a data em que, na zona de Belém, foi formalizada a «escritura» de fundação. Oitenta e seis anos a somar jornadas gloriosas e a espalhar prestígio por todas as partidas do Mundo. O «DL» lá esteve e aquí regista os votos de que a próxima *epopeia* ocorra no dia 21, na Ucrânia.

A.H.

Ganhar em casa alheia

Com a aceleração do campeonato nacional de futebol do escalão superior, cada dia um ponto conquistado fora de casa vale ouro. Melhor, muito mais delicioso é viajar até terreno adversário e conseguir embolsar todo o lucro que estava equacionado na balança, como acaba de suceder a um triunvirato de emblemas. O Vitória de Setúbal, apegado ao 5.º lugar como lapa na encosta, foi bater o Boavista no Bessa. Tomando conta do espectáculo, em Chaves, o Estrela da Amadora confirmou que, para além de estar rapidamente consolidando posição entre os maiorais, do mesmo modo cimenta uma turma que pode, no ano próximo, discutir passaporte europeu.

O Beira Mar, ultrapassando o Feirense no seu reduto, foi outro dos conquistadores com excelente comportamento na etapa 23 de um longo e difícil torneio onde (repete-se) cada ponto é conquistado com um sacrifício que não se arreda do talento, do entusiasmo e da força física.

COLECTIVIDADES

ESTARREJA: os dirigentes do Desportivo de Estarreja admitem demitir-se, caso a Câmara Municipal não resolva a grave situação financeira que o clube atravessa. Segundo Afonso Tavares (presidente da direcção) o clube solicitou a concessão de um subsídio de 2500 contos (deduzindo 500 que a autarquia já entregou), mil contos relativo ao subsídio de 1991 e 500 contos por conta da publicidade nas camisolas. A dívida do clube ascende, neste momento, a mais de dez mil contos, sendo três mil ao plantel de futebolistas que ainda não receberam parte dos vencimentos de Janeiro nem a totalidade das verbas relativas a Fevereiro. Devido a esta situação o treinador Nicolau Vaqueiro e o seu adjunto Portilho, deixaram de prestar a sua colaboração ao clube.

BEIRA MAR: três ou quatro sucessores de Cabral Monteiro deverão candidatar-se à presidência do Beira Mar, segundo afirmaram fontes próximas do clube aveirense.

Mota Figueiredo, empresário cerâmico e proposto pelos actuais corpos dirigentes do clube, poderá ser considerado um «continuador» do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Outro eventual candidato é António Pascoal, que foi o presidente que antecedeu Cabral Monteiro e que nunca escondeu o seu desejo de regresso. E o terceiro elemento que poderá aspirar à presidência do Beira Mar é António Lemos, actual director técnico da Associação de Futebol de Aveiro.

Além destes três nomes, surge Silva Vieira, presidente da assembleia geral do clube e o homem que tem a seu cargo todo o futebol do Beira Mar e que alguns sectores aveirenses desejariam ver num cargo mais importante.

I Série N.º 60
Dia 13 de Março

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/90:
Autoriza o Fundo de Turismo a conceder um subsídio, bem como um empréstimo, ao Gabinete de Saneamento Básico da Costa do Estoril, destinado à execução do plano de saneamento básico da Costa do Estoril.

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Portaria n.º 181/90:
Alarga a área de recrutamento para o provimento do cargo de chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Oleiros.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Aviso:
Torna público terem o Afeganistão e as Fidji aceite as emendas de 1986 introduzidas nos artigos 24.º e 25.º da Constituição da Organização Mundial de Saúde, assinada em Nova Iorque, em 22 de Julho de 1946, conforme foram adoptadas pela 39.ª Assembleia Mundial de Saúde, em 12 de Maio de 1986.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Portaria n.º 182/90:
Altera o n.º 2 do n.º 6.º, da Portaria n.º 338/88, de 28 de Maio, que estabelece disposições relativas à ajuda à formação profissional no âmbito do Decreto-Lei n.º 79-A/87, de 18 de Fevereiro.

Ministério da Educação

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério para o ano de 1989 no montante de 504.873 contos.

Ministério do Comércio e Turismo

Despacho Normativo n.º 21/90:
Define os produtos sujeitos a restrições quantitativas.

Tribunal de Contas

Resolução n.º 3/TC-I/90:
Aprova instruções relativas à elaboração pela Direcção-Geral do Tesouro, com periodicidade trimestral, de mapas por grandes grupos, abrangendo os diferentes tipos de operações previstas nas alíneas *a)*, *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 101/89, de 29 de Dezembro (Lei do Orçamento).

AGENDA

PESSOAS & FACTOS

Novidades do Círculo do Vinho

Quinta da Pacheca e Vila Nova de Tázem são algumas das novidades que o Círculo do Vinho apresenta aos sócios através do seu Magazine. O Quinta da Pacheca é produzido com tecnologia capaz de manter o sabor natural das castas empregadas no seu fabrico: Tinta Roriz, Tinta Barroca, Touriga Francesa e Nacional. É um excelente produto da Região Demarcada do Douro, da Colheita de 1986 e com garrafas numeradas.

O Vila Nova de Tázem, branco e tinto, é elaborado com uvas das castas tradicionais da zona, como a Fernão Pires e Arinto entre outras. É um autêntico Dão, produzido pela Adega Cooperativa de Vila Nova de Tázem, cujo vinho recebe o nome de Pedra D'Orca tanto para o tinto Reserva de 1986 (1.º Prémio da Federação dos Vinicultores do Dão) como para o branco da produção de 1987.

Além das duas variedades mencionadas, o Círculo do Vinho sugere outros exemplares do mais alto gabarito e de várias Regiões do País. Entre eles destacam-se os alentejanos Dom Rafael, Santos Jorge e Herdade Esporão; Dão (Reserva 80), da Bairrada o Souselas Reserva 1985 e o Espumante João Pato Bruto.

HOJE

CONTINENTE

Regiões do Norte: céu geralmente muito nublado. Vento geralmente fraco de noroeste. Períodos de chuva fraca a partir da manhã, no Minho e Douro Litoral. Neblinas e nevoeiros matinais. Pequena subida das temperaturas máximas.
Regiões Centro e Sul - períodos de céu muito nublado. Vento geralmente fraco de noroeste. Neblinas e nevoeiros matinais.
Estado do mar: Costa ocidental - mar encrespado. Ondulação noroeste de dois metros.
Costa sul: mar encrespado. Ondulação inferior a um metro.

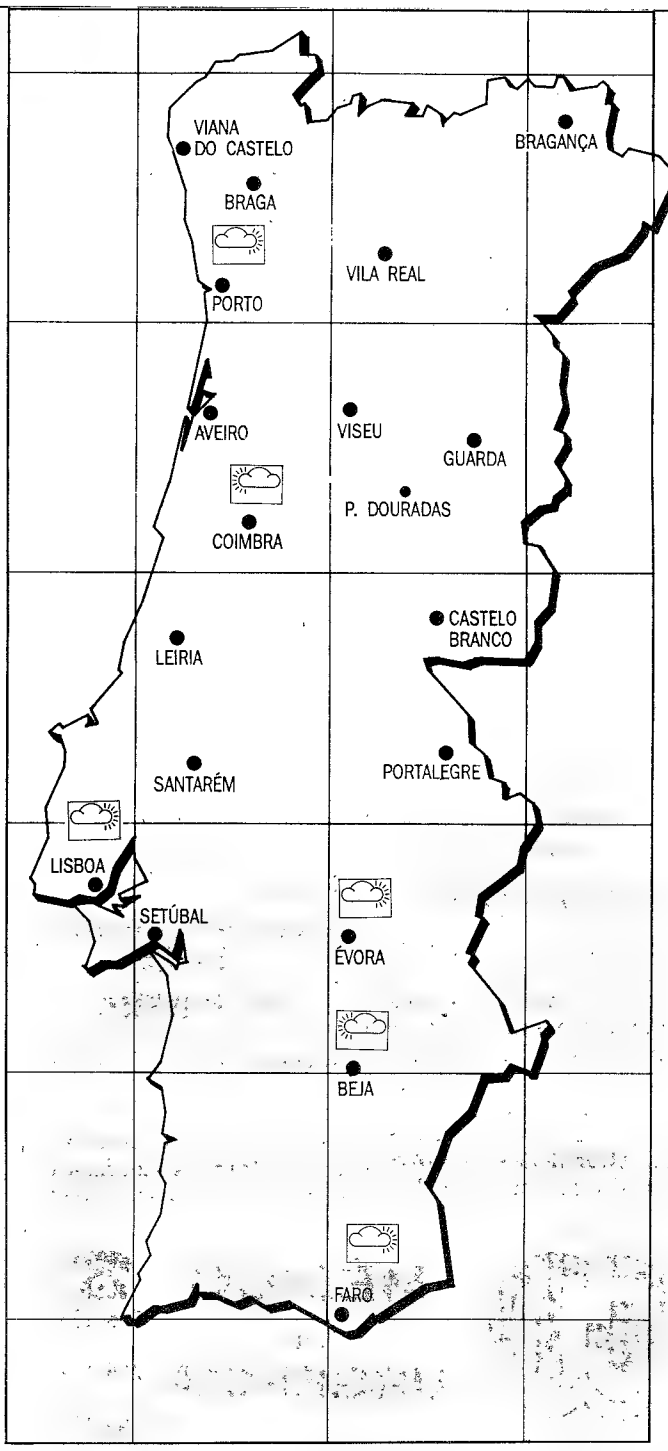
AÇORES

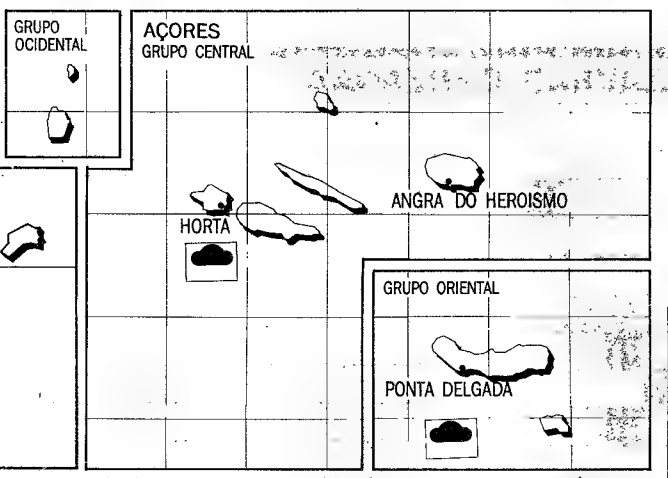
Grupo Ocidental: céu muito nublado. Vento sudoeste fraco a moderado, tornando-se forte. Períodos de chuva a partir da tarde.
Grupo Central: céu geralmente muito nublado. Vento fraco, tornando-se moderado de sul. Períodos de chuva fraca para o fim do dia.
Grupo Oriental: períodos de céu nublado. Vento geralmente fraco.
Estado do mar: mar encrespado a de pequena vaga. Ondulação noroeste de três metros.

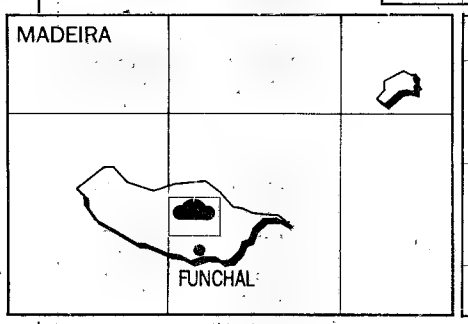
MADEIRA

Períodos de céu muito nublado. Vento moderado de nordeste.
Estado do mar - Costa norte: mar de pequena vaga ou cavado. Ondulação noroeste de dois a três metros.
Costa sul: mar encrespado. Ondulação inferior a um metro.
Funchal: períodos de céu muito nublado. Vento fraco.
Amanhã
Períodos de céu muito nublado. Vento geralmente fraco de noroeste. Neblinas e nevoeiros matinais.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica







- Céu limpo
- Céu pouco nublado
- Céu muito nublado
- Chuva
- Trovoada
- Neve
- Vento
- Mar calmo
- Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
04.09	3,8m	09.45	0,7m
16.24	3,7m	21.55	0,7m

Amanhã

04.40	3,7m	10.13	0,8m
16.54	3,6m	22.25	0,8m

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	9	9	M. nub.
V. Castelo	13	13	M. nub.
Vila Real	10	10	M. nub.
Porto	11	13	Neblina
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	12	13	Neblina
C. Carvoeiro	14	14	Encoberto
C. Branco	9	10	P. nub.
Portalegre	9	10	Nevoeiro
Lisboa	12	13	Neblina
Évora	10	10	Neblina
Beja	10	11	Nevoeiro
Sines	13	13	Encoberto
Faro	12	13	Neblina
Sagres	13	13	P. nub.
P. Delgada	8	8	M. nub.
Horta	11	13	M. nub.
Funchal	13	14	M. nub.

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 18; Porto, 17; Faro, 20; P. Delgada, 16; Funchal, 19.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	6	6	Neblina
Londres	4	6	Bruma
Paris	3	3	Nevoeiro
Bruxelas	1	2	Neblina
Amesterdão	-1	0	Neblina
Genebra	3	3	Nevoeiro
Roma	8	10	Neblina
Oslo	-4	-3	P. nub.
Copenhaga	0	0	P. nub.
Estocolmo	-4	-4	P. nub.
Berlim	3	3	P. nub.
Viena	7	7	Limpo
Varsóvia	2	2	Limpo
Atenas	10	13	Limpo
Moscovo	-2	-2	Neve

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago	14	23	Trovoada
Houston	19	27	Aguaceiros
Los Angeles	6	18	Limpo
Montreal	3	8	Limpo
Nova Iorque	10	23	Quente
S. Francisco	6	15	Neblina
Toronto	8	20	Limpo
Vancover	1	9	Chuva
Washington	13	25	Limpo
Hong Kong	14	22	Chuva
Melbourne	11	23	Limpo
Pequim	3	13	Limpo
Perth	21	32	Limpo
Singapura	24	34	Aguaceiros
Sydney	18	26	Aguaceiros
Tóquio	8	15	V. fraco
Wellington	10	15	M. nub.

AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

SERVIÇO PERMANENTE

Alfama: Costa, Rua Escolas Gerais, 88-A, Tel. 863940; **Alto Santo Amaro:** Tapada, Calçada da Tapada, 83-A, Tel. 3634721; **Alvalade:** Sanex, Av. da Igreja, 31-C, Tel. 897505; **Arco Cego:** Providência, Rua D. Filipa Vilhena, 9-C, Tel. 770324; **Arroios - Chile:** Brasil, Rua Alves Torgo, 29-33, Tel. 546843; **Benfica - Portas Benfica:** Benfica, Estrada Benfica, 678-E, Tel. 702532; **Campo de Ourique:** Almeida, Rua Silva Carvalho, 136, Tel. 681726; **Fundação Calouste Gulbenkian:** Berne, Av. de Berna, 44-A, Tel. 773568; **Lumiar:** Central Lumiar, Alameda das Linhas de Torres, 254-B, Tel. 7588063; **Marquês Pombal:** Branco, Av. Duque Loulé, 61-65, Tel. 545048; **Penha França:** Carrondo, Rua Padre Sena Freitas, 10-A, Tel. 8142518; **Picheleira:** Marluz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Santos:** Marcos Nascimento, Calçada Marquês Abrantes, 36-A, Tel. 664238; **Alfragide - Amadora:** Remédios, Rua Ivens, 20, Tel. 970544; **Carnaxide:** Central Carnaxide, Av. Portugal, 16-B, Tel. 4184913; **Odivelas:** Nabais Vicente, Rua A, Lote 19-A - Loja E (Urb. Codivel), Tel. 9816803; **Pontinha:** Leitão Ribeiro, Rua A do Falcão, 3-A, Tel. 993912; **Portela:** Paula de Campos, Centro Comercial Urb. da Portela, Tel. 9431423.

REFORÇO

Anjos (ao Cinema Roxy): Guerra, Rua Andrade, 32-36, Tel. 8145513; **Av. Roma (Bairro São Miguel):** São Miguel, Praça Francisco Morais, 1, Tel. 771469; **Baixa:** Cortez, Rua São Nicolau, 93, Tel. 325378; **Belém - Altinho:** Gomes Suc., Rua da Junqueira, 326-328, Tel. 3638193; **Encarnação:** Zira, Praça das Casas Novas, 5-A, Tel. 311216; **Estados Unidos:** Gasparinho, Rua Dr. Gama Barros, 54-A, Tel. 890465; **Lapa:** Central da Lapa, Rua dos Navegantes, 10, Tel. 661734; **Luz - 2.ª Circular:** J. Ribeiro, Estarda da Luz, 199-A, Tel. 7260969; **Madre Deus:** Madre de Deus, Rua da Margem, 15-B, Tel. 382470; **São Sebastião:** Sagres, Av. Luís Bivar, 69-71, Tel. 547213; **Brandoa - Amadora:** Brito, Rua 25 de Abril, Lote 32-B, Tel. 995338; **Buraca - Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36-B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Combatentes, Av. Comb. G. Guerra, 166, Tel. 4104953. Permanente; **Linda-a-Velha:** Moderna, Av. 25 de Abril, 30-C, Tel. 4191235. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Central, R. Conde Ferreira, 29, Tel. 4430058. Permanente; **Parede:** Aisir, Av. Gago Coutinho - B.º Caixas Previdência, Tel. 2472948. Permanente; **S. Pedro do Estoril:** S. Pedro, Rua 9 de Abril, Tel. 2683052. Até às 22 h; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Monte Estoril:** Suíça, Cruzeiro, Tel. 260087. Até às 22 h; **Cascais:** Cascais, R. Conie Monte Real - B.º Caixas, Tel. 282407. Permanente.

LINHA DE SINTRA

Amadora: Igreja, P. Igreja, 22-A, Tel. 4937740. Permanente; Flama, R. Elias Garcia, 78-B, Tel. 4932485. Até às 22 h; **Damaia:** Confiança, R. Bartolomeu Dias, Lote D, Tel. 971023. Até às 22 h; **Queluz:** Vasconcelos, Est. Part. Henriq. Pousão, Tel. 4372649. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Araújo e Sá, Est. Paço Arcos, Lote 1-B, Tel. 9240781. Permanente; **Mem Martins:** Miranda Garcia, Est. Mem Martins, 173, Tel. 9214103. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Cargaleiro Lourenço, Calç. Rinchoa, 38, Tel. 9262006. Até às 22 h; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **S. Pedro de Sintra:** Valentim, Tel. 9230456. Permanente; **Loures:** Saraiva, Av. República, 86, Tel. 9831240. Até às 22 h.

OUTRA BANDA

Almada: Silva Júnior, Av. 25 Abril, 9, Tel. 2768030. Permanente; **Cova da Piedade:** Rainha Santa, R. Soc. Fua Piedense, 50-A, Tel. 2294182. Permanente; **Monte de Caparica:** Guerreiro, Lote 31 - IJ. Moinho, Tel. 2950727. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Higiénica, Av. República, 23, Tel. 2900020. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Oliveira Sérgio, R. Álamos, 2-A, Tel. 2296464. Até às 22 h; **Lavradio:** Parreira, R. D. Silva Cristino, 15-A, Tel. 2042016. Até às 19 h; **Sesimbra:** Lopes, R. Cândido Reis, 21, Tel. 2233028. Até às 19 h; **Barreiro:** Normal, Av. Alfredo Silva, 116, Tel. 2073212. Permanente; **Baixa da Banheira:** Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A, Tel. 2040151. Até às 19 h; **Corroios:** Bento Lino, Est. Vale Milhaços, Tel. 253260. Até às 19 h.

CLÍNICA S. JOÃO DE DEUS

MÉDICO DE URGÊNCIA ☎ 766 171 / 766 178 / 766 179

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa

ESCRITORES FORMAM NOVA ASSOCIAÇÃO

Aprovados (na generalidade) os estatutos

AS UNIVERSIDADES CONSULTADAS ACERCA DE POSSÍVEL ALTERAÇÃO DO REGIME DE DOUTORAMENTO

Escritores formam nova Associação

Cerca de 125 escritores presentes (ou representados) numa reunião ontem, à noite, realizada na Casa do Alentejo, aprovaram unanimemente, na generalidade, o projecto de estatutos da Associação de Escritores Portugueses (ou Associação Portuguesa de Escritores: a escolha ficou deferida). Entretanto, principiou, também, a discussão na especialidade, que prossegue esta noite naquela mesma instituição regionalista.

Alterações do regime de doutoramento

O ministro da Educação Nacional enviou às Universidades, para consulta, um projecto de decreto-lei acerca da alteração do actual regime de doutoramento. Refere-se no preâmbulo do referido projecto que de 1960-61 a 1967-68 se doutoraram, nas Universidades metropolitanas, apenas 168 candidatos, o que se traduz numa média anual de 21 doutoramentos. E acentua-se que o sistema das provas vigentes dificulta a necessária ampliação do campo de recrutamento de agentes de ensino universitário altamente qualificados.

Agostinho desistiu

Joaquim Agostinho, ressentindo-se da queda de anteontem, abandonou a prova ciclista Paris-Nice. Na corrida ficaram agora 104 ciclistas.

EFEMÉRIDES

1881

• O czar Alexandre II, da Rússia, é assassinado por um membro do movimento revolucionário «A Vontade do Povo».

1905

• Margaretha Zella inicia a sua carreira artística como bailarina, adoptando o nome de «Mata-Hari», vindo mais tarde a ser executada em França como espia ao serviço da Alemanha imperial.

1965

• É fundada a UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola - sob a presidência de Jonas Malheiro Savimbi.

1971

• O dirigente separatista Paul Rose, da província canadiana do Quebec, é condenado a prisão perpétua por participação no rapto e assassínio do ministro regional do Trabalho, Pierre Laporte.

1977

• Morre, num hospital de Praga, o dissidente checoslovaco Jan Patocka, porta-voz da «Carta-77».

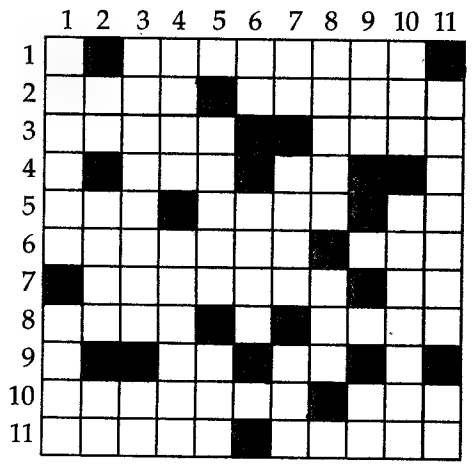
1978

• O primeiro-ministro italiano Giulio Andreotti e o seu governo democrata-cristão tomam posse, sendo o primeiro gabinete italiano, em 31 anos, a ter o apoio do Partido Comunista.

1985

• O dirigente soviético Konstantin Chernenko é sepultado com todas as honras oficiais na Praça Vermelha de Moscovo, numa cerimónia a que assistem dezenas de dirigentes mundiais.

PALAVRAS CRUZADAS



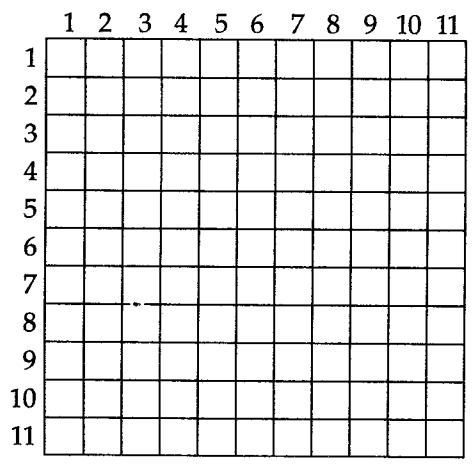
PROBLEMA N.º 17876

HORIZONTAIS:

1 - Artigo definido. Labor.
2 - Descubro. Partidário.
3 - Rio dos Países Baixos. Peça cilíndrica e oca, de madeira, que se introduz no meio do petardo, quando este se carrega.
4 - Ninho. Interjeição que exprime admiração.
5 - Fruto da ateira. Imperador romano célebre pela sua crueldade. Concede.
6 - Pedra em que se acende o lume, nas casas rústicas. Título de uma das mais belas tragédias de Corneille.
7 - Essência corante de cochenilha. Verso (abrev.).
8 - Coloca-se em posição conveniente para ser pintado ou fotografado. Erva-doce.
9 - Batráquio. Pátria de Abraão.
10 - Duplicar consoantes. Madeira (abrev.).
11 - Esmonca. Previno.

VERTICAIS:

1 - Freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia. Salário.
2 - Pertences. Prego de madeira. Tempo do verbo ser.
3 - Enfarruscaras. Manuscrito.
4 - Ratai. Tesouro público.
5 - Manteiga fresca na Índia. Nome de mulher.
6 - Bário (s.q.). A Irlanda.
7 - O mais. Vale espanhol nos Pirenéus. Larva das feridas dos animais.
8 - Linheiro. Rio da Suíça.
9 - Tempo do verbo haver. Nota musical.
10 - Composição poética. Culpas.
11 - Impermeáveis. Compaixão.



PROBLEMA N.º16686

HORIZONTAIS:

1 - Esteiros. Venerar.
2 - Sustenho com estacas. Residência.
3 - Metal precioso.
4 - Ressoa. Divindades gregas; filhas de Zeuse e Témis.
5 - Cantiga. Berilo (s.q.).
6 - Nosso Senhor. Desperta.
7 - Após. Coisa (ant.). Sufixo que designa estado.
8 - Europio (s.q.). Rio da Suíça. Apre!
9 - Salientas.
10 - Dedutivo. Cidade checoslovaca da Boémia ocidental.
11 - Preposição e artigo (inv.). Rei da Assíria de 690 a 668 aC.

VERTICAIS:

1 - Nota musical. Livro de salmos.
2 - Obrigar a. Viela.
3 - Iguala. Autores.
4 - Ecoa. Ataca.
5 - Pronome pessoal. Pastor siciliano, que foi amado por Galateia.
6 - Âmio. Atravessava.
7 - Avalia. Ribeira de Portugal.
8 - Jarro (planta). Dependência do Oceano Índico, no SO da Ásia.
9 - Basta. Zombar. Escritor francês autor de bons trabalhos sobre a história de Paris.
10 - Presente, entre alguns povos da Indochina. Mágoa. Saudável.
11 - Batráquio. Transpirarem.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º17875

HORIZONTAIS: 1 - TIRAR. NABOS. 2 - Res. Soma. 3 - Dominem. 4 - Ar. Samos. ED. 5 - Cs. Cassa. 6 - Paço. Sã. AC. 7 - Ul. Soera. 8 - Arola. 9 - Acerta. Di. 10 - Ror. Recatar. 11 - Amolaras. Ro.
VERTICAIS: 1 - DA. PÚCARA. 2 - Imortal. Com. 3 - Mero. 4 - Ariscos. 5 - Renas. Ostra. 6 - SEM. SE. Aer.. 7 - Moçara. Ca. 8 - Ás. Sa. Arras. 9 - Bom. Sa. 10 - Om. ESCALDAR. 11 - Saída. Airó.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 685

HORIZONTAIS: 1 - Achim. Banca. 2 - Baal. Bia. 3 - It. Domariam. 4 - limite. Urca. 5 - Vã. Risota. 6 - Aba. 7 - Embrulhar. 8 - Ela. Ralhais. 9 - Satã. Doara. 10 - Piarão. De. 11 - Assoas.
VERTICAIS: 1 - Abila. Vespa. 2 - Cativa. Lais. 3 - Há. Beatas. 4 - Ilidiram. Aro. 6 - Ito. Br. Aa. 6 - Amestrados. 7 - Bia. Ulo. 8 - Abrutalhado. 9 - Ira. Harém. 10 Ac. Caia. 11 - Almas. Rs. SS.

PROVÉRBIO: TIRAR NABOS DA PÚCARA SEM SE QUEIMAR.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB
Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 1
NASCIDO A 4 DE JULHO
Filme de Oliver Stone
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.30 e 00.30 horas.

ALFA 2
MISS DAISY
Filme de Bruce Beresford
Maiores de12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 horas.

ALFA 3
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
Filme de Steve Kloves
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Filme de Peter Weir c/Robin Williams
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa
Telef. 691275
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.45 e 00.30 horas.

AMOREIRAS 2
MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 horas

AMOREIRAS 4
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 6
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas

AMOREIRAS 7
CHUVA NEGRA
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 8
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões ás 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 9
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas..

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 18.00, 21.30 horas

QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO? **PUB**
Em exibição **SALA 4** **Quarteto** **M/16 anos**

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15
Telef. 324194
O POLÍCIA DE HOLLYWOOD
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO
Parque Mayer
MINOUCHE A INSACIÁVEL
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
COMPETIÇÃO SEXUAL
Hard-core-1ºescalão (porno)
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30.

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
O SEGREDO DO DESERTO
Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas.

CINE PORTELA ESTÚDIO SHEZA
Telefone 9434762
GENTE GIRA É OUTRA COISA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas

CINEMATECA PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546085
A CARGA DA BRIGADA AZUL
Filme de Raoul Walsh, às 18.30 horas.
TERNA É A NOITE
Filme de Henry King, às 21.30 horas.

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
NOVE SEMANAS E MEIA
Filme de Adrian Lyne
Maires de 16 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES
Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Filme de Sidney Lumet
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

ESTÚDIO
Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 2
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15 horas.

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
O BANDO DAS QUATRO
Filme de Jacques Rivette
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.00, 15.45, 18.30 e 21.30 horas.

FORUM PICOAS
AUDITÓRIO 2
O PROCESSO DO REI
Filme de qualidade de João Mário Grilo
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO
Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

«Miss Daisy» com Jessica Tandy

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
DOIS DETECTIVES EM APUROS!
Com Lorin Dreyfuss
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1
Estrada de Benfica 503
Tel 7145088
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas

KING TRIPLEX 1
Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

KING TRIPLEX 3

PARQUE MAYER
TEATRO MARIA VITÓRIA
Tel. 3461740

HELDER FREIRE COSTA e VASCO MORGADO

ORGULHAM-SE DE APRESENTAR
NO «NOVO» MARIA VITÓRIA
A GRANDE REVISTA

UM ÊXITO!

A GRANDE FESTA DO TEATRO COM UMA GRANDE COMPANHIA!

TODAS AS NOITES 20.30 e 22.45 H.
DOMINGOS e FERIADOS TAMBÉM ÀS 16 H.
SEG.-FEIRAS: DESCANSO
PARA MAIORES 12 ANOS

VITÓRIA! VITÓRIA! VITÓRIA!

MARINA MOTA

CARLOS CUNHA

ROSA DO CANTO

FERNANDO MENDES

CARLOS IVO · EVA CRISTINA · RUI DE SÁ · CRISTINA AREIA

Original de: HENRIQUE SANTANA, FRANCISCO NICHOLSON, AUGUSTO FRAGA e NUNO NAZARETH FERNANDES
Com música de: JOÃO VASCONCELOS, FERNANDO CORREIA MARTINS, NUNO NAZARETH FERNANDES e FERNANDO RIBEIRO
Montagem de: HERNÂNI e RUI MARTINS · Figurinos: JUAN SOUTULLO
Encenação de: HENRIQUE SANTANA
Com assistência de MARINA MOTA
Director musical: FERNANDO RIBEIRO
Cenografia de: HERNANI e RUI MARTINS, JOSÉ MANUEL e REBOCHO
Maquetas de: HERNANI e RUI MARTINS, JORGE ROSA e CARLOS MATOS

CORPO DE BAILE TMV
Com coreografia de: LILIANE VIEGAS e assistência de: PAULA FONSECA

PATROCÍNIO DO CORREIO da manhã

no elenco: JOÃO LOY · RUTE CORREIA · OLÍMPIA PORTELA ANABELA PEREZ-PAULA SOARES-MARIA ARRIAGA

CARTAZ

VEREDICTO FINAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2
OS FABULOSOS IRMÃOS BACKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES
Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão
Telef. 538743
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21:30 horas.

MUNDIAL 2
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON
R. dos Condes, 4
Telef. 326283
FOGO INFERNAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 18.00 e 21.30 horas

OLIMPIA
R. dos Condes, 13
Telef. 325309
DESEJOS CARNAIS
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA
R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305
PHOENIX - A GUERREIRA
Filme de Robert Hayes
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378
CIÚMES DE MORTE
Filme de Nicholas Broomfield
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 16.45, 18.30, 20.15, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4
QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO?
Filme de Pedro Almodovar
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00 e 22.00 horas.

SÃO JORGE 1
Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

SÃO JORGE 3
MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

7ª ARTE
Av. da República
Telef. 730715
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19 .00 e 21.30 horas.

TERMINAL
Estação do Rossio
Telef. 371573
GENTE GIRA É OUTRA COISA
Maiores de 6 anos
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30 horas

TURIM
Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
Av. da Liberdade,9
Telef. 3468446
SHOKER-CEM MIL VOLTS DE TERROR
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

SINTRA

AMADORA
BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

CACÉM
ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570
Encerrado para descanso do pessoal.

QUELUZ
KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
SALA 1
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Mairoes de 12 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas.
SALA 2
CINEMA PARAÍSO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.
SALA 3
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45 horas.

CASCAIS

OEIRAS
ALTO DA BARRA 1
Av. das Descobertas - Telef. 4439759
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALTO DA BARRA 2
MORTO A TIRO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS
CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
CORRUPÇÃO NA CIDADE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

CINE PALMEIRAS 2
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS
ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS
MIRAMAR 1
Telef. 2841744
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

M IRAMAR 2
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD
Avb. 25 de Abril - Telef. 2865027
O VELHO GRINGO
Maiores de 12 anos
Sessões às 16.00 e 21.30 horas.

ALMADA

ALMADA
ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DE CAPARICA
CINEMA PESCADOR
Telef. 2905350
O PELOTÃO DO MASSACRE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 21.45 horas.

TEATRO
LISBOA

A BARRACA
CINEARTE
Largo de Santos, nº 2 - Telef. 665360 /686300
De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom. às 16 horas
MARGARIDA DO MONTE
De Marcelino Mesquita.

TEATRO DE CARNIDE
Azinhaga das Freiras - Telef. 7145178
Sextas e Sábados às 21.30 horas
DIVINAS PALAVRAS
De Rámon del Valle-Inclan.

TEATRO
DA COMUNA
Praça de Espanha - Telef. 7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas. Dom. às 17.00 horas, descanso à 4ªFeira
SALA NOVA
PÉCORA de Natália Correia.
Em cena até ao final do mês.
CAFÉ TEATRO
FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo
Em cena aos Sábados às 24 horas.

TEATRO
DA CORNUCÓPIA
R. Tenente Raul Cascais, 1-A - Telef. 661515/669205
De 5ª a Sáb. às 21.30. Dom. e Feriados às 16.00 horas

«D. João e a Máscara» em cena no Teatro da Politécnica até ao dia 18

SALADA
De Tristan Rémy.

RITZ CLUBE
R. da Glória, 57 - Telef. 325140
De 5ª a Sábado às 21.30. Sábado e Domingo às 16.00 horas
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA
Encenação de Mário Viegas.

TEATRO ABC
Parque Mayer - Telef. 3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16 horas
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas c/ Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

TEATRO MARIA MATOS
Av. Frei Miguel Contreiras, nº 52 - Telf. 897017
3ª, 4ª e 5ª, às 21.30. Sextas e Sábados às 20.30 e 23.00. Dom. e Feriado. às 15.00 e 18.00 horas.
SEVERA
De Júlio Dantas.

TEATRO MARIA VITÓRIA
Parque Mayer - Telef. 3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e 23.00 horas
VITÓRIA! VITÓRIA!
De Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga, Nuno Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

TEATRO DA POLITÉCNICA
R. da Escola Politécnica, 58- Telf. 674474
De 3ª a 6ª às 21.00 horas
D. JOÃO E A MÁSCARA
De António Patricio
(Em cena até dia 18).

TEATRO DA TRINDADE
R. Nova da Trindade - Telef. 323200
De 5ª a Sáb. às 21.45, Dom. às 16.00 horas
AUTO DA ÍNDIA
Pelo Grupo de Teatro de Todos os Tempos

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef. 326037
De 3ª a Domingo às 21.30. Domingos e Feriados às 16.00 horas
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ
Versão livre de Henrique Santana.

CARTAZ

ATRO VILLARET
Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586
De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb. às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16.00 e 21.30 horas
ORA BATE... BATMAN'SO.

INFANTIL

OS PAPA-LÉGUAS
R. Prof. Santos Lucas, Lt°1658-r/c-Dt° - Telef. 7141823
3ª 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00 horas
HOJE SOU REI... AMANHÃ NÃO SEI

TIL
R. Leão de Oliveira, nº1 - Telef. 3639974
Aos Sáb. Dom. e Fer. às 16 horas
FELIZ ANIVERSÁRIO
De Fernando Gomes.

TEATRO DA MALAPOSTA
R. Angola - Olival Basto - Odivelas - Telef. 9873299
De 2ª a 6ª às 11.00 e 15.00 horas
A TARANTELA VERMELHA
De Salvatore Cuffaro

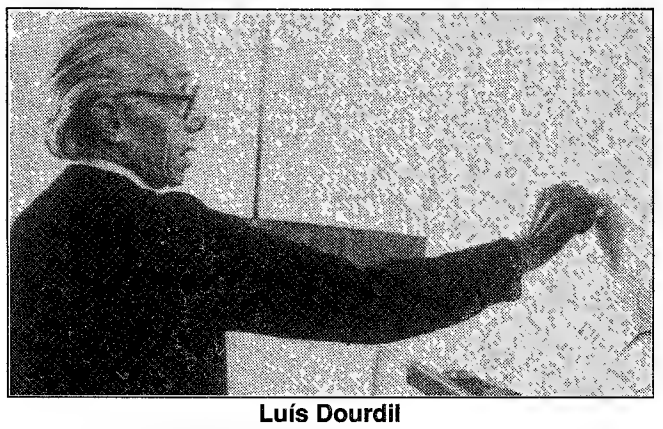
OUTRAS LOCALIDADES

AUDITÓRIO CARLOS ALBERTO
R. das Oliveiras - Telef. 2008659
HAPPY END
Em cena até dia 14 às 21.30 horas.

EXPOSIÇÕES

INAUGURAM

ÂNGELO DE SOUSA - Escultura de 1968/72
Galeria EMI/Valentim de Carvalho - Rua da Cruz dos Poiais, 111 (Inaugura dia 16, às 22 horas. 11/13 e 15/19 horas, excepto domingos. Até 5 de Abril)
ARTUR JOSÉ Cerâmica
Galeria Multiface/Edifício Gemini (Inaugura amanhã, à tarde. Semana, 10 às 19 horas. Sábados e domingos, 13 às 19 horas. Até 2 de Abril)
BRUCE CHARLESWORTH e **JOÃO JACINTO** - Fotografia e pintura. Prosseguimento de uma estratégia de internacionalização (Bruce) e de divulgação de artistas das Escolas de Belas Artes, neste caso do Porto.
Módulo - Calçada dos Mestres, 34 (Inaugura dia 16, às 22 horas. 16 às 20 horas, excepto domingos. Até 19 de Abril)
INSTAMBUL, PORTA PARA O ESPLENDOR - Fotografias do arquitecto turco Ahmet Ertug, para o início de uma série de iniciativas da Comissão Nacional da UNESCO.
Palácio Foz - (Inaugura dia 15, às 18 horas. Todos os dias, entre as 15 e as 19 horas. Até dia 30)



Luís Dourdil

LISBOA

JUDITE DA CRUZ - "Politics" - instalação multimedia. Poucos meses depois de uma exposição na Fundação Gulbenkian, que passou praticamente despercebida, a artista luso-americana faz uma instalação ("Fatal Sedução") no rés-do-chão da galeria, reservando para o primeiro andar um anel de 22 fotocópias de videogramas, em papel velum. Um televisor sobre uma estante, e sobre ele uma ventoinha Mercedes-Benz, protegidos por uma cortina de renda preta de um qualquer material kitsch. Dispostos em cinco raios, montes de jornais pintados de negro (envelhecidos, consumidos) calcados por um calhau. Denúncia e alerta para os malefícios da informação de massas (escrita e falada) denunciados num espaço (Diferença) historicamente atento a esse perigo ("Cartoons políticos na imprensa portuguesa"/ 1977; "Fotonovela", de Nicole Gravier/ 1978; "Instalação de banda magnética", de José Conduto/1979; e em 1987, "Obra gráfica de Wolff Vostell", a partir da sua experiência na imprensa alemã, como free-lancer, durante os anos 50).
Diferença - Rua S. Filipe Nery, 42 (15 às 19 horas, excepto segundas-feiras. Até dia 18)
JOÃO CUTILEIRO - Exposição antológica de 34 anos de actividade do responsável pela dignificação e difusão da escultura em pedra, de pequeno formato ou de parede. Independentemente da repetição dos temas e técnicas, João Cutileiro soube manter-se atento à vitalidade da escultura portuguesa protagonizada pelos sete escultores presentes em homenagem ao seu Mestre: António Campos Rosado, José Esteves, José Pedro Croft, Manuel Rosa, Maria Felizol, Pedro Fazenda e Sílvia Westfalen.
Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian (10 às 18 horas, excepto segundas-feiras)
MARTIN DISLER - Para a primeira incursão no circuito internacional da arte contemporânea, a opção pela obra gravada de um dos últimos "resistentes" da *bad painting*, permitirá compreender a estratégia que a galeria defende. A litografia, em Martin Disler, é o veículo de um *transfer*: "Quando desenhei pela primeira vez uma pedra, como num espelho, surgiram-me os rostos dos que antes de mim tinham criado uma litografia sobre a mesma pedra. Depois de um período de trabalho como gravador, cada vez que regressava à pintura, sentia-me limpo, animado de um movimento novo".
Pedro e o Lobo - Rua do Salitre, 169 (15 às 20 horas, excepto domingos. Até 7 de Abril)

ARREDORES

ALMADA
30 ANOS DE ENSINO DE GRAVURA
NA ESBAL - 29 alunos testemunham a qualidade do ensino dessa disciplina ministrado pelos professores Gil Teixeira Lopes e Matilde Marçal, aqui homenageados. A simulação do que é uma oficina de gravura (xilogravura, calcografia, águas-fortes e serigrafia) desmistificam e aproximam o público dos trabalhos presentes.
Galeria Municipal de Arte (15 às 22 horas, excepto segundas-feiras. Até dia 30)

ESTORIL
HOMENAGEM A LUÍS DOURDIL - Exposição heterógenea de 70 artistas, apenas animados pela intenção. O volume de obras, face ao espaço expositor, transformam esta exposição numa montagem desordenada, salva apenas pela oportunidade de criar um espaço autónomo para mostrar Dourdil. Paradoxalmente, pelo número de visitantes que convoca, poderá ter a vantagem de os mesmos aproveitarem a deslocação, para verem a primeira exposição individual de Emília Morais. Essa sim, além de permitir uma melhor, e mais justa avaliação das propostas em trânsito, o confronto da própria artista com a autonomia conseguida, não deixará de se reflectir em outras desejáveis oportunidades.
Galeria do Casino Estoril/ Espaço 2 (Todos os dias, entre as 15 e as 24 horas. Até dia 18)

OEIRAS
COLECTIVA - José Faria, Max Sachs, Manuel Peres, Stefan Oncken e Tom Bund, directores de agências de publicidade, expõem desenhos e pinturas.
Galeria Espiral - Rua Cândido dos Reis, 90 (10/ 14 e 15/19 horas, excepto domingos. Até dia 3 de Abril)

J.F.

RÁDIO ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral - e 99.4 em FM - Zona de Lisboa
14.00: O Linho e a Seda; **15.00:** Praça dos Sons; **17.00:** Antena 1 - Regiões ; **17.15:** Porto d'Abrigo.

Onda Média e FM Estéreo
14.00: Antena 1 - 14/17; **17.00:** Sete Mares; **19.00:** Informação e Música; **20.00:** No Estúdio e no estádio; **20.15:** Musical; **20.30:** A Voz da Solidariedade; **21.00:** Diálogo; **21.30:** Imaginário. Noticiários de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional FM 2 - Estéreo
17.00: Efeméride.s Celebra-se hoje o nascimento do compositor Hugo Wolf; **17.30:** Música Concertante de Mendelssohn; **18.15:** Ângulos e Reflexos; **19.00:** Integrais - Os 3 ciclos de canções de Schubert; **19.23:** Álbum Musical. Obras de Beethoven, Haydn, Albinoni, Verdi, Chopin e Tchaikovsky; **20.40:** Esta Madrugada no Dois; **21.00:** O compositor dirige a sua obra - Edward Elgar; **22.00:** Uma obra duas versões. «O Amor Bruxo» de Manuel de Falla; **23.00:** Eurorádio. Gravações cedidas pela Radiodifusão Japonesa; **00.15:** Música para oboé ao serão. Obras de Handel, Schumann, telemann, Vaughan William e Albinoni; **01.20:** Música Coral de Gustav Holst; **02.00:** Música na Madrugada . Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397
16.30: Quando o Telefone Toca; **17.00:** Contacto; **19.00:** Jornal; **19.30:** Quando o Telefone Toca; **20.00:** Praça de Táxis; **21.00:** Pela Estrada Fora; **22.00:** Religiosos; **22.15:** Desporto; **23.00:** 24.ª Hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz
18.00: RDS - Rádio das Seis; **21.00:** Mercador de Sonhos; **00.00:** A Noite Passada; **01.00:** Som da Frente; **03.00:** Quem Tramou o Locutor. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM
15.00: Hora da Música; **16.00:** Banda da Amizade; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** A Viagem Continua; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Sequência; **22.00:** Revista; **22.30:** Bola Branca; **23.30:** Suplemento Especial da BBC; **23.55:** Meditando. Noticiários de hora a hora.

RFM

RFM - Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo
16.00: Fórmula Três; **19.00:** Atlântida; **20.00:** Serra de Estrelas; **22.00:** Oceano Pacífico.

VOZ DE LISBOA
15.00: Equipa da Tarde; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Sete Colinas; **20.00:** Diálogo; **20.30:** Transmissão do Terço; **21.00:** Lisboa à Noite.

VOZ DO PORTO
16.00: Pólo Norte; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Grande Porto - Informação; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Palácio de Cristal; **22.30:** Bola Branca.

VOZ DE LEIRIA
15.00: Tardes do Lis; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Leiria 89.

CASELCOOP — COOPERATIVA DE CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO ECONÓMICA S. FRANCISCO XAVIER, CRL

CONVOCATÓRIA

Em conformidade com o n.º 2 do art.º 35.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral a reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Março.

A sessão, com início às 14.30 horas, realizar-se-á na Sede social da Caselcoop (Rua Carolina Ângelo, n.º 9 - cave, Bairro de Caselas — 1400 Lisboa) e terá a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO: Apreciação e votação do Balanço, Relatório e Contas da Direcção, bem como do Parecer do Conselho Fiscal;

Nos termos do n.º 2 do art.º 38.º dos Estatutos, se à hora marcada para o início da sessão (14.30 horas) não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores, a Assembleia Geral reunirá, com qualquer número, meia hora depois.

Bairro de Caselas, 09 de Março de 1990.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Joaquim António Cabral Rolo

CONVOCATÓRIA

Em conformidade com o n.º 2 do art.º 35.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral a reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Março.

A sessão, com início às 16.30 horas, realizar-se-á na Sede social da Caselcoop (Rua Carolina Ângelo, n.º 9 - cave, Bairro de Caselas — 1400 Lisboa) e terá a seguinte ORDEM DE TRABALHO:

1 — Transmissão de Títulos de Capital por acto inter vivos;
2 — Exclusão de cooperadores por não cumprimento dos seus deveres;
3 — Aprovação do emblema da Caselcoop;
4 — Informações.

Nos termos do n.º 2 do art.º 38.º dos Estatutos, se à hora marcada para o início da sessão (16.30 horas) não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores, a Assembleia Geral reunirá, com qualquer número, meia hora depois.

Bairro de Caselas, 09 de Março de 1990.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Joaquim António Cabral Rolo

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
17.º Juízo

ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que por este Tribunal e 1.ª Secção, no processo n.º 5407, correm Éditos de trinta dias, que começarão a contar da data da Segunda e última publicação do Anúncio, CITANDO a RÉ MARIA LUCINDA DA COSTA NETO, com última morada conhecida na Av.ª Padre Himalaia, n.º 11, cave, dt.ª, Damaia, Amadora, para a AÇÃO SUMÁRIA, que por esta secção lhe move Silvestre dos Santos, nos termos e pelos fundamentos constantes do duplicado de petição que fica à ordem da citada nesta Secretaria Judicial, pelo que, no prazo de DEZ DIAS, findo o dos Éditos, deverá a mesma contestar, querendo, a referida acção, sob pena de não o fazendo poder vir a citada a ser condenada no pedido da autora.

Lisboa, 2 de Março de 1990

O Juiz de Direito
Alziro Antunes Cardoso

A Esc. Adjunta
Carla Cacho
«DL» — 13/3/90 — 2.ª Pub.

7.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

ANÚNCIO

No dia 30 do corrente mês de Março, pelas 11.30 horas, no 7.º Juízo Cível de Lisboa, 2.ª secção, Palácio da Justiça, e nos Autos de Execução Sumária n.º 288/88, em que é exequente A.M.M.A. — Indústria de Confecções, Lda.ª e executada ISABEL E CARLOS RODRIGUES, Ld.ª, sediada na Calçada do Carmo — 57 — 61 Lisboa, hão-de ser postos em praça, pela primeira vez para serem arrematados diversos bens móveis, pelo maior lanço oferecido, tendo por base a avaliação do louvado.

Lisboa, 6 Março de 1990

O Juiz de Direito
João Carlos Ezaguy Lopes Martins

A adjunta
Assinatura ilegível

DL 2.ª Pub 13/3/90

Sociedade Teosófica de Portugal

RUA PASSOS MANUEL, 20, CAVE — 1100 LISBOA — TELEF. 53 47 50

CONVENÇÃO GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Convoco para 30 de Março de 1990, às 20 horas, na Sede Social, a Convenção Geral Ordinária da S.T.P., com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Apreciar, discutir e votar o Relatório da Gerência, as Contas e o parecer do Conselho Fiscal referentes a 1989;

2.º — Deliberar sobre a situação do prédio da Rua Presidente Arriaga e sua possível alienação.

Se não houver o número legal de presenças para o funcionamento da Convenção, fica a mesma convocada (sem segunda convocatória) para uma hora depois, realizando-se com qualquer número de membros

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1990

O PRESIDENTE DA MESA DAS CONVENÇÕES GERAIS
Fernando Coelho de Sousa

SNOOPY POR SCHULZ

HOJE

RTP-1

16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.20 - RUA SÉSAMO
92º episódio: uma vez mais, vamos descobrir o alfabeto e as 26 letrinhas que o compõem e com as quais podemos escrever e dizer todas as palavras que existem no vocalulário. O número 4 e uma história com o Ferrão completam o episódio desta tarde.
18.45 - JOGO DE CARTAS
19.20 - BOLETIM METEOROLÓGICO PARA A AGRICULTURA
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
67º episódio
21.15 - PRIMEIRA PÁGINA
22.15 - CRÓNICA DO CRIME
26º episódio: para consternação e raiva de Mike Torello, Ray Luca regressa à Las Vegas como homem livre e, ainda por cima, protegido pelo «outro lado» da lei. Mas, enquanto se dedica a alargar o seu império de droga, Luca procura não dar nas vistas, dificultando assim a acção dos homens de Torello. Desesperado, o advogado David Abrahms perde a cabeça e tenta matar Luca, mas Torello chega a tempo de impedir que tal aconteça. A partir de agora, as regras do jogo são outras.
23.00 - 24 HORAS
23.35 - REMATE
23.45 - CARTAS DE HUMOR

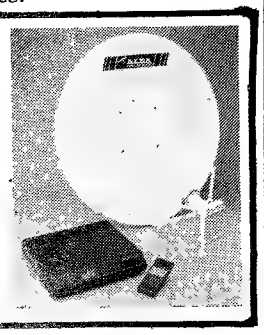
RTP-2

16.55 - OS NOVOS CAÇA FANTASMAS
17.20 - ESPECIAL DESPORTO
19.00 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
59º episódio
19.40 - CLÁSSICOS DA TV
«Estrada 66», 19º episódio: obrigado a parar em Hester, no estado de Maryland, por falta de gasolina, Tod e Buz travam conhecimanto com alguns habitantes da cidade que teimam em achar Buz parecido com membros da família Colby. Buz não conheceu os pais e os Colby afirmam que ele é filho de Dorothea Colby. Esta fugira uns tempos para Baltimore com um homem chamado Walace, pouco tempo antes do nascimento de Buz. Os dois amigos resolvem então ir a Baltimore para tentarem localizar Dorothea.
20.30 - HISTÓRIA DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMAGAZINE
22.00 - CINEMADOIS
«Recordações» - um filme de Woody Allen, com Woody Allen, Charlotte Rampling, Jessica Harper, Marie-Christine Barrault, Tony Roberts, Amy Wright e Helen Hanft. Preto e branco, duração 89 minutos.
Sandy Bates, um realizador de Cinema internacionalmente conhecido pelas suas comédias, tenta fazer um filme sério, mas o público reagé negativamente. Desiludido pelas críticas implacáveis e pela incompreensão dos espectadores, Bates procura conforto junto de três mulheres de temperamentos muito diferentes.

Às 19.35, no 2º Canal, «Estrada 66» em Clássicos da TV

O 26º episódio da «Crónica do Crime», no 1º Canal às 22.15

ALBA
ANTENAS PARABÓLICAS ACESSÍVEIS A TODOS
INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL 410 62 75
ALGÉS



AMANHÃ

RTP-1

09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - TAMBÉM OS RIOS CORREM
14.15 - VILA FAIA
15.10 - O MUNDO ANIMAL
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.25 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«Adeus Amigos»
23.50 - 24 HORAS
00.20 - REMATE
00.30 - CARTAS DE HUMOR

RTP-2

14.30 - TELEMERCADO
15.00 - FILHOS E FILHAS
15.25 - AGORA, ESCOLHA!
16.55 - OS CAMPBELLS
17.20 - A HISTÓRIA DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.25 - A ROTA MARÍTIMA DA SEDA
19.35 - CLÁSSICOS DA TV
20.25 - LUSITÂNIA EXPRESSO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O SUBMARINO
22.30 - SÉCULO XX - A CAMINHO DA GUERRA
23.25 - SOM DA SURPRESA

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...
RTP 1
CRÓNICA DO CRIME
RTP 2
CINEMADOIS
BLAUPUNKT
Grupo BOSCH
Um pequeno ponto faz a diferença

«Vital Moreira tem um projecto para um novo partido, mas o INES é alheio a isso»

Manuel Lopes, «Diário Popular», 13.03.90

A PERGUNTA DO DIA

Artur Torres Pereira presidente da Associação Nacional de Municípos Portugueses

Vai recandidatar-se ao lugar de presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses durante o próximo congresso?

«Não sei ainda se vou candidatar-me ao próximo congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Em meu entender, a importância dos lugares deve ser aferida pelos resultados que as instituições dirigidas por esses responsáveis apresentam.
O que vai estar verdadeiramente em causa é saber se os princípios pelos quais nos temos batido desde a criação da ANMP, em 1984, vão continuar a ser respeitados. Esses princípios prendem-se com a discussão dos problemas das autarquias e das suas populações para encontrar soluções consensuais que traduzem a maturidade e constituem a única forma de trabalhar em democracia.
Esperemos que, na sequência das eleições de 17 de Dezembro, este património cultural e político, continue a ser preservado. Não deixaremos delapidar este património que é um verdadeiro valor acrescentado da nossa democracia».

Quarta-feira no

Diário de Lisboa

Cardoso e Cunha entrevistado pelo DL em Bruxelas

A informática e a defesa do cidadão em Grande Angular

Crónica de Joaquim Letria

Cartoon de Pedro Palma

Artigo de Helena Roseta

ENTREVISTA

Vera Lagoa faz 25 anos de jornalismo na próxima semana. A sua fama começou nos concursos de beleza. Depois, tomou «O Diabo» nas mãos e tornou-se a directora com mais processos na justiça. Já lhe moveram 200, mas só foi condenada duas vezes

«Não tenho complexos de esquerda»

D.L. - Como é que se passa de organizadora de concursos de beleza para directora de um jornal?

V.L. - Eu não passei de organizadora de concursos de beleza para directora de um jornal, de forma alguma. Eu passei de redactora do «Diário Popular» para directora de «O Diabo».

D.L. - Já tinha então experiência anterior de jornalismo?

V.L. - Pois claro. Eu faço 25 anos de jornalista na próxima semana. Quando fizeram os concursos de beleza no «Diário Popular», por iniciativa do dr. Balsemão, ele pediu-me para eu organizar porque entre o pessoal que tinha achou que tinha mais mundo, talvez, mais facilidade no mover.

D.L. - Concorda com os concursos de beleza?

V.L. - Não concordo nem discordo. Acho que daí não vem mal nenhum ao mundo

D.L. - Porque é que não usa o seu nome verdadeiro?

V.L. - Foi o dr. Balsemão que quis que eu tivesse um pseudónimo. O meu nome verdadeiro, do qual não me envergonho nada, é Maria Armanda Falcão, nome que assumo perfeitamente, mas também assumo o de Vera Lagoa porque eu não tenho complexos. Depois da revolução quiseram tirar-mo e eu vi que havia nisso um motivo para ser Vera Lagoa

D.L. - Porquê?

V.L.- Ah, isso não sei. Pergunte ao Conselho da Revolução de 1974 que foi quem o fez. Eu recorri ao sindicato e o sindicato deu-me razão

D.L. - Com que objectivos é que «O Diabo» foi criado?

V.L. - «O Diabo» foi criado em 1825, era um jornal de grandes tradições democráticas que estava nas mãos do Partido Comunista quando se deu o 25 de Abril. Esqueceram-se de revalidar o título e um grupo de amigos meus tomou conta dele e convidaram-me para directora. Ao segundo número o Conselho da Revolução fechou-o, ilegalmente, claro, porque eu tinha que ser julgada...

D.L. - A senhora, aliás, está sempre a ser julgada.

V.L. - Tenho 200 processos por abuso de liberdade de imprensa. Eu, que sempre me considerei democrata, acho que isto nunca se viu noutra época.

D.L. - Como é que justifica isso?

V.L. - Como é que justifico? É que de facto as pessoas não sabem entender as coisas. Uma crítica pequena pode levar uma pessoa a tribunal porque acham que estão ofendidos na sua honra e dignidade e não sei quê. Eu só fui duas vezes condenada, o que é uma boa percentagem. De resto, tenho lutado bastante para que haja uma diferente Lei de Imprensa mas não tenho conseguido nada.

D.L. - Não concorda então com a actual Lei de Imprensa?

V.L. - Claro que não concordo. Não dá liberdade nenhuma. Dantes havia o exame prévio e agora há os tribunais. A pessoa nunca é livre de escrever...

D.L. -Ainda se considera uma mulher de esquerda?

V.L. - Não sou de esquerda nem de direita. De tal maneira a revolução me decepcionou. Mas se for preciso alguém de direita em Portugal, visto que não existe, eu não me importo que digam que sou eu, porque eu não sou cobarde, não tenho complexos de esquerda.

D.L. - Nos finais dos anos 60 tinha uma crónica chamada «Bisbilhotices». É bisbilhoteira?

V.L. - Não, de maneira nenhuma. Quem pôs o título à coluna foi o dr. Balsemão, quando eu não tencionava fazer bisbilhotices. Mas ele dizia que era assim que se vendia e que eu tinha a mania que era a Simone de Beauvoir cá do sítio.

D.L. - É uma mulher incómoda?

V.L.- Sou, primeiro porque tenho uma memória privilegiada que funciona como um computador, o que aos 72 anos é uma coisa importante. E como me lembro de tudo o que se passou antes...

D.L. - O que é que pensa da direita hoje?

V.L. - Conheço-a mal

D.L. - O Governo, por exemplo, não é de direita?

V.L. - Acha que é de direita? Acho que não é de direita nem de esquerda. Eles dizem que é de direita mas eu acho que é um bocadinho indefinido. Muitos dos seus membros eram do MRPP e da FEC. É um governo envergonhado

D.S.

meteorologia

Leis dos parágrafos

Não tenho queixas especiais contra as gralhas tipográficas, ou melhor, computadorizadas, que têm penetrado nos meus textos nesta última coluna do *Diário de Lisboa*. Raramente acontecem e, embora não sinta saudades delas, privam-me do «suspense» ao ler os textos, quando os recorto para o meu «dossier» que, um dia, como é hábito, vou perder de vista, enterrado nos Himalaias de outra papelada.

Do que, ao de leve, me queixo, é que nem sempre são respeitados os parágrafos que abro no texto. Os parágrafos, dentro de uma prosa, não são arbitrários: pouco o é, no texto. Bom ou mau, obedece à lei geral das normas gramaticais e ortográficas, e à lei pessoal do estilo. Quem escreve, respeita, ou tenta respeitar, este duplo imperativo, tenta fornecer as regras do jogo. Quanto ao parágrafo, é um dos componentes a considerar.

Mas o que é o parágrafo? É o que exprime utilmente. Entre outras coisas:

a) o parágrafo obriga à respiração gráfica e à respiração da própria comunicação, ao intervalo da narração. Pode funcionar como uma estética do corpo da matéria escrita. Faz parte do estilo.

b) o parágrafo secciona o discurso, cria uma interrupção ou uma renovação lógica, psicológica, temática.

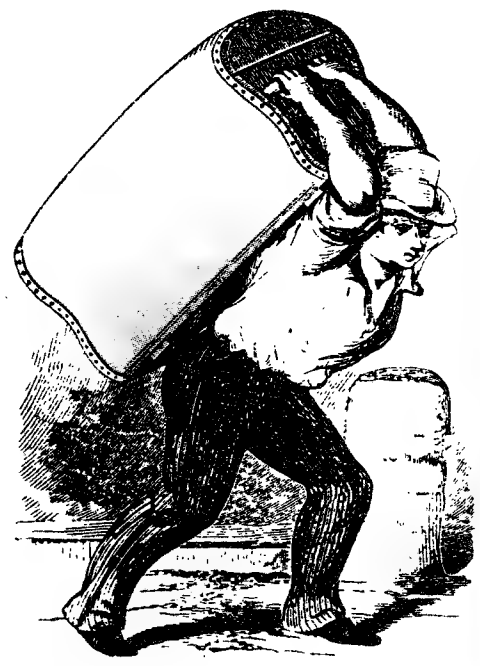
c) o parágrafo pode corresponder a um *tropo* através do qual o texto toma outra significação, neste caso é uma figura que sinaliza, eventualmente relaciona de modo diferente o discurso, amplia, distancia, reduz, perverte-o, até.

***

Ao ler um arguto comentarista político, em cujos textos cada frase — um parágrafo, fico eu, leitor atento desse homem justamente conhecido, a saber que ele não é estilista nem esteta, nem dono de um discurso fluente, conceptualista, mas, por força das ideias urgentes, um essencialista gago. Irá longe.

Ponto final, parágrafo.

Jorge Listopad



A.M.A. Auto Monumental do Areeiro S.A.

CONCESSIONÁRIOS VW AUDI

AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE
ECONOMIA
Diário de Lisboa

Capital de risco: Quem assume o quê

Capital de risco: segundo o conceito legal e das próprias sociedades do sector, o seu papel é preponderante para a adaptação e preparação para 1993. Isto, considerando o carácter transnacional desse capital e as características que as SCR apresentam no seu relacionamento internacional. Caber-lhes-á papel destacado no apoio (e desenvolvimento) a iniciativas ou a empresas existentes, de forma a terem condições de adaptação ao Mercado Único Europeu.

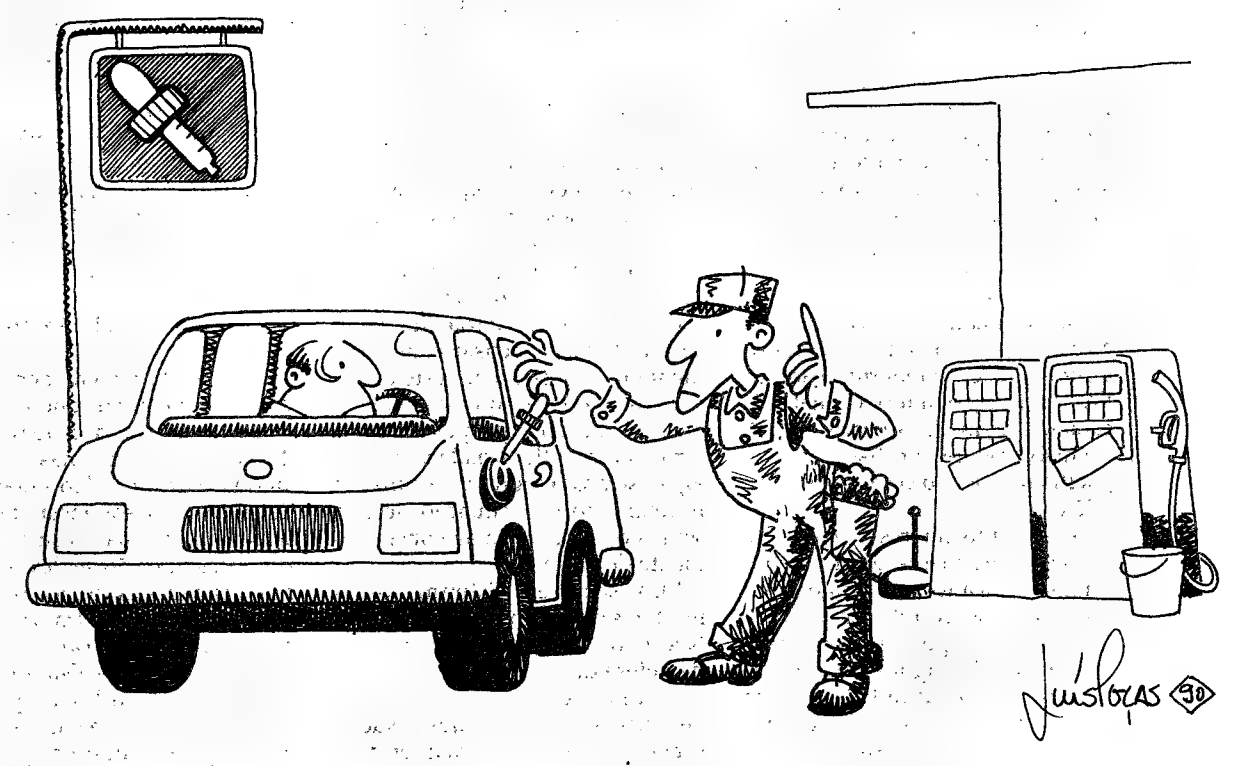
Mas está em causa o papel das sociedades de capital de risco, acusadas, por alguns sectores, de não passarem de complemento de grupos económicos que encontram, nelas, a alternativa de diversificação para aplicação de capitais, beneficiando de isenções fiscais e, quanto a risco, nada mais assumirem que o normal de um investimento de capital. Como qualquer empresa.

Actividade recente em Portugal, tem grupos que são paradigmáticos, desde um que se dedica essencialmente ao capital semente e apoio a fundo às novas tecnologias, com grande aposta no potencial humano, até às que, existindo formalmente, ainda não participaram num único projecto. Um mundo (quase) desconhecido ao alcance de muitos. E um bom negócio.

Páginas 6 e 7

Com um aumento generalizado do consumo de petróleo, o esgotamento de algumas fontes de produção e um lento, mas cada vez mais persistente, aumento do preço desta matéria-prima, receia-se que o mundo volte a ficar sob a «ditadura» da OPEP

Avolumam-se os temores de nova crise energética



Reina grande agitação no mundo da energia. Crescem os temores de que se volte a verificar a «ditadura» da OPEP e que os preços do petróleo (que ainda é o de referência para todas as outras matérias-primas energéticas) venham a ter uma nova e substancial subida. Subroto, o todo poderoso secretário-geral da OPEP, não desmente nem confirma. Apenas diz que a situação é confusa, com o consumo a aumentar e a oferta a ficar cada vez mais limitada às fontes árabes.

Na verdade, nos Estados Unidos, nota-se uma quebra crescente da produção, portanto um aumento da dependência energética exterior de um dos maiores consumidores de energia do mundo, numa altura em que o consumo interno sobe. O esgotamento de jazidas e o alto custo da pesquisa e exploração da matéria-prima levam as grandes empresas norte-americanas a procurar abastecer-se no estrangeiro. Aliás, julga-se saber que as reservas mundiais de petróleo deverão durar apenas 40 anos, tempo que pode ser insuficiente para se descobrir uma energia alternativa, economicamente viável e não poluente (hidrogénio, nuclear?).

Em Portugal faz-se sentir um forte aumento do consumo: de 1987 para 1988 ele foi de seis por cento para a energia primária e de 6,5 para a final; em 1989 a tendência manteve-se, com aumentos de oito por cento na electricidade, 12 na gasolina super e sete no gasóleo. Mais do que racionamento, impõem-se rigorosas medidas de racionalização, para as quais, aliás, há os necessários instrumentos.

Este País, porque não tem produção própria de matérias-primas energéticas e é um consumidor marginal a nível mundial, não pode ter qualquer tipo de intervenção nas políticas de preços. Pode, isso sim, ter um papel mais activo a nível da Comunidade Europeia, ela também com problemas de aumento nos consumos (em 87 teve uma subida de 1,8 por cento, em 88 de 0,4, em 89 de 2,5 e estima-se que em 90 seja de 3,2 por cento). Contudo, Ribeiro da Silva, secretário de Estado da Energia considera que a CEE não está a actuar com a firmeza devida na política de racionalização dos consumos. «Arrasta as aprovações das directivas e limita os orçamentos dos dois únicos programas comunitários que dão apoio às actividades de investigação e desenvolvimento na área das energias não nucleares», afirma. Para o mundo surge, entretanto, um «novo» potencial energético: o gás natural. Ribeiro da Silva considera que ele deverá constituir, nos países industrializados, a forma de energia mais importante no início do próximo século. Para Portugal há duas vias para aceder a esta matéria-prima: a do Norte da Europa e a dos países do Magreb, sendo cada vez maior a tendência para a última solução, desde que a mesma se conjugue com a rede europeia desta matéria-prima.

Centrais

Admnistração Pública informatiza-se
Pág. 2

Papel das PME no tecido empresarial
Pág. 2

A adequação ao uso também é ignorada
Pág. 3

AGROPROMOTORA
CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS
PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA
RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX 73 54 17 — 1600 LISBOA

ECONOMIA

Administração Pública acelera informatização

Em 1989 as aquisições ascenderam a 17 milhões de contos, acentuando-se tendência para os sistemas Unix

Deverão ter atingido os 17 milhões de contos os investimentos da Administração Pública na área da informática durante o ano passado. A tendência é cada vez mais para os sistemas abertos (Unix ou similares) que em 1989 se tornaram maioritários nas aquisições.

Segundo disse ao **DL** uma fonte do Instituto de Informática, melhorou de forma sensível o processo de aquisições de equipamentos, produtos e serviços informáticos na Administração Pública, sendo de realçar a adesão do Ministério da Saúde às regras estabelecidas.

Recorda-se que ao Instituto de Informática cabe a missão de analisar e dar parecer sobre as aquisições na área informática, desde que não sujeitas a normas de segurança.

Os factos ocorridos no Ministério da Saúde, com aquisições feitas de forma irregular e que levaram à demissão do secretário de Estado Costa Freire, acabaram por ter, segundo uma fonte do Instituto de Informática, «um efeito moralizador».

É assim que importantes processos de aquisição de sistemas para diversos hospitais, nomeadamente Curry Cabral, Capuchos e S. José, foram entregues àquele organismo para análise e parecer.

«É generalizada a intenção de todos os organismos públicos em não cometer erros, por forma a evitar escândalos públicos», disse ao **DL** a mesma fonte.

O mercado

Pelo Instituto de Informática passaram no ano passado 916 processos de aquisição no valor total de cinco milhões e 586 mil contos, mais um milhão e 100 mil contos que em 1988.

O Ministério das Finanças foi o maior cliente, com 28 por cento do total das aquisições. Seguem-se-lhe o da Justiça e a Presidência de Conselho de Ministros (com 10 por cento cada), o Ministério da Educação e as autarquias (nove por cento cada) e o Ministério do Emprego e Segurança Social (com seis por cento).

A Administração Pública prosseguiu na sua tendência para os sistemas Unix ou similares que passaram de 27 para 29 por cento entre 1988 e 1989, enquanto que os sistemas não Unix, que tinham uma fatia de 31 por cento em 88, passaram no ano passado para apenas 22 por cento..

O resto das aquisições distribuiram-se por expansões, software e serviços (26 por cento) e por microcomputadores (23 por cento).

As marcas

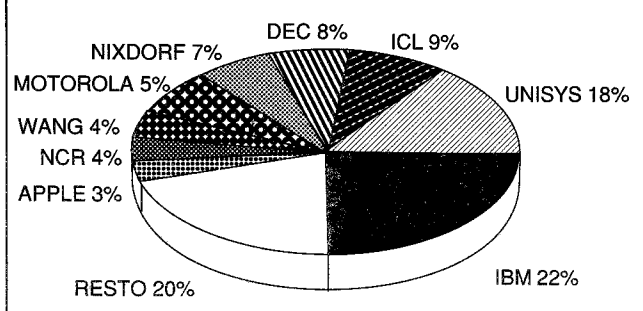
A IBM, que havia tido uma quebra em 1988, recuperou a sua posição de líder deste mercado (com 22 por cento do total). De salientar ainda que esta marca foi a que forneceu à Admnistração Pública mais microcomputadores (31 por cento em volume e 39 por cento em valor).

Em segundo lugar surge a Unisys (18 por cento), seguida da ICL (nove por cento), Digital (oito por cento), Nixdorf (sete por cento), Motorola (cinco), NCR (quatro) e Apple (três).

Na área dos minis e dos mainframes a Unisys foi a maior fornecedora (27 por cento), seguida da ICL e da Digital (15 e 14 por cento, respectivamente). No domínio dos micros, liderou a IBM (31 por cento), seguida da Amstrad (28 por cento), da Philips (oito), Apple (sete), Unisys (seis) e ICL (quatro).

Redacção DL

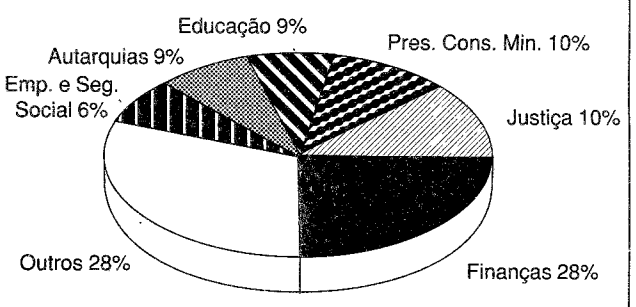
AQUISIÇÕES DA ADM. PÚBLICA EM 1989



Distribuição global por fornecedores

AQUISIÇÕES DA ADM. PÚBLICA EM 1989

Distribuição dos gastos



Principais Sectores/Ministérios

PME podem ser motor da economia

Muito se tem escrito sobre as pequenas e médias empresas havendo, no entanto, uma visão pessimista destas. Aliás, a opinião pública faz uma ideia bastante deturpada deste sector, esquecendo-se mesmo que é uma importante realidade económica do País.

As PME's, em Portugal, têm um papel extremamente importante na economia, quer pelo seu número, quer pelo total de trabalhadores que empregam, quer ainda pela sua contribuição para o Produto Nacional Bruto. Na generalidade, defende-se que as PME's são empresas mal dimensionadas, mal organizadas, mal geridas, que produzem uma multiplicidade de produtos de baixa qualidade, a elevados preços e em quantidades que pouco interessam.

Há mesmo quem tenha a tendência para fazer comparações com as grandes empresas, por serem estas as impulsionadoras da economia na maior parte dos países desenvolvidos, ao contrário da nossa realidade. Há que ter em conta que o facto de se ser pequeno tem os seus atractivos que se devem saber utilizar.

A pequena dimensão e o baixo investimento patrimonial são duas características que permitem, a estas empresas, estarem mais expostas à inovação, havendo maior facilidade em aderir à revolução científica e tecnológica e tendo maiores possibilidades de acompanharem a evolução rápida da sociedade. Só empresas com estas dimensões, na nossa sociedade, é que têm possibilidades de absorver mais rapidamente e com maior eficácia a modernidade, acompanhando com facilidade as transformações.

Pode parecer paradoxal falar na proliferação de empresas de dimensões pequenas ao lado das gigantes, numa época em que ainda se é a favor das grandes concentrações industriais. Esta ideia vai-se desanuviando, à medida que as pequenas empresas vão conquistando o seu espaço no mercado e cada vez com maior implantação e sucesso.

As grandes empresas, na sua adaptação à transformação, experimentam dificuldades que o futuro virá desenvolver e que conduzirão a encorajar a renúncia à economia de escala em todos os domínios da sua actividade.

Por sua vez, as pequenas empresas que apostam na tecnologia e na especialização podem, muitas vezes, realizar melhor e submeter-se a provas mais rápidas. Daqui resulta uma proliferação das empresas científicas, que se encontram facilitadas pela multiplicação das oportunidades oferecidas pelo avanço tecnológico.

Grande *versus* pequena

Em muitos países industriais ainda se conservam muitos colossos empresariais, mas já com alguma dificuldade, devido à inovação e séria concorrência que as pequenas empresas estão a fazer. Pensa-se mesmo que a tendência futura é a de as grandes empresas passarem a ter uma forte influência no sector político da sociedade, transferindo a influência económica para as pequenas empresas.

Nestes últimos anos tem-se verificado que as grandes empresas estão a perder a influência e a imagem que tinham mantido na sociedade. Muitas das indústrias estão em crise e não tem havido respostas eficazes, por parte dos dirigentes destes colossos industriais.

O grau de manobra destas empresas é pequeno. Têm muitas responsabilidades, quer ao nível da grande massa de empregados, quer ao nível dos seus altos investimentos patromoniais, que têm de ser rentabilizados. A capacidade de inovação é, assim, menor, devido às dificuldades de maleabilidade que têm.

A sociedade está em constante evolução e cada vez mais a um ritmo acelerado. Enquanto a pequena empresa tem capacidade de acompanhar este ritmo e, por isso, maior facilidade e condições para arriscar, as grandes empresas, pelo contrário, têm um risco maior nos investimentos que se decidem fazer. Por outro lado, há a tendência de haver maiores problemas ao nível dos recursos humanos, por parte da grande empresa. A tensão social é muito mais evidente e há uma maior preocupação de negociação entre as partes.

Enquanto as pequenas empresas se envolvem em preocupações de aumento da sua produção, produtividade ou mercados, com a eventual ajuda da «nova tecnologia de informação», a grande empresa tem que ter mais cuidado na sua expansão, pois tem de ter em conta uma série de variáveis.

Neste momento já se podem pôr sérias dúvidas sobre o tipo de empresas grandes que monopolizam a maior parte do mercado, pois há uma concorrência forte por parte das PME's.

Hoje em dia há regiões demarcadas que estão no estádio de regressão económica, precisamente devido à grande dimensão das empresas que estão em jogo. Pode verificar-se, em alguns países europeus, que as regiões onde proliferam a pequena e média empresas têm tido um aumento da qualidade de vida e nota-se mesmo uma certa prosperidade económica.

Caso português

Em Portugal já foram divulgados, por inúmeras vezes, os valores em relação ao tecido empresarial. De facto, prevalece uma grande maioria de PME's que contribuem positivamente para a nossa economia, havendo uma pequena percentagem de grandes empresas.

Começa-se mesmo a pôr em dúvida quem comanda a economia nacional. Enquanto a grande empresa ainda mostra o seu prestígio e vende uma imagem intocável e de certo poder, a pequena empresa demonstra-se como o motor da economia.

Ao analisarmos as regiões industriais podemos chegar a conclusão de que, enquanto a cintura industrial de Lisboa, nomeadamente as áreas de Setúbal e Barreiro, está em crise, essencialmente devido ao facto de ter zonas assentes em empresas de grandes dimensões, isto é, com grande número de mão-de-obra, grande parque de equipamento e, inclusivamente, com altos índices de poluição, a zona Norte do País, onde abundam a pequena e média empresas, tem conhecido uma certa prosperidade e, ao mesmo tempo, uma certa evolução tecnológica das actividades e sectores.

Enquanto as grandes empresas estão a necessitar de injecções de capital para fazerem as suas conversões, as pequenas e médias empresas estão a necessitar de capital para se actualizarem, ao nível formativo e tecnológico.

Se é preocupante ler-se nos jornais que a grande maioria dos nossos empresários tem apenas a quarta classe, não deixa de ser interessante verificar que estas empresas estão a acompanhar as novas tecnologias e a dar o passo em frente para a modernidade. Hoje em dia já é possível ver-se, por exemplo nas fábricas de têxteis, uma série de máquinas ligadas a computadores, onde desenham modelos, fazem os moldes e cortam os tecidos.

Há uma grande vontade de acompanhar a evolução e não é por acaso que se começa a verificar que há uma grande participação em feiras e colóquios internacionais, para tomar conhecimento das novidades tecnológicas da actividade ou do sector.

É claro que, em Portugal, há muita coisa ainda por fazer neste sector. No entanto há que mentalizar a opinião pública e o próprio empresário para o facto de a PME não ser sinal de subdesenvolvimento. Espera-se que os progressos de uma educação mais imaginativa, aliados a tendências mais pronunciadas para o individualismo, favoreçam novas manifestações no estilo de gestão, no seio da sociedade pós-industrial, assentes em pequenos núcleos de especialização.

Isabel Braz

Onde meter estes produtos?

Marketing, design e arrumação, três realidades nem sempre compatíveis

Garrafas demasiado grandes, caixas muito volumosas, livros impossíveis de arrumar... Se os produtos concebidos pelos designers são agradáveis à vista, eles colocam muitas vezes, aos consumidores, problemas de arrumação insolúveis.

Todos sabemos que na longa cadeia de marketing, que vai desde a concepção do produto até à sua compra pelo consumidor, a primeira preocupação do produtor (e acessoriamente do distribuidor) é melhorar as vendas, o que é legítimo.

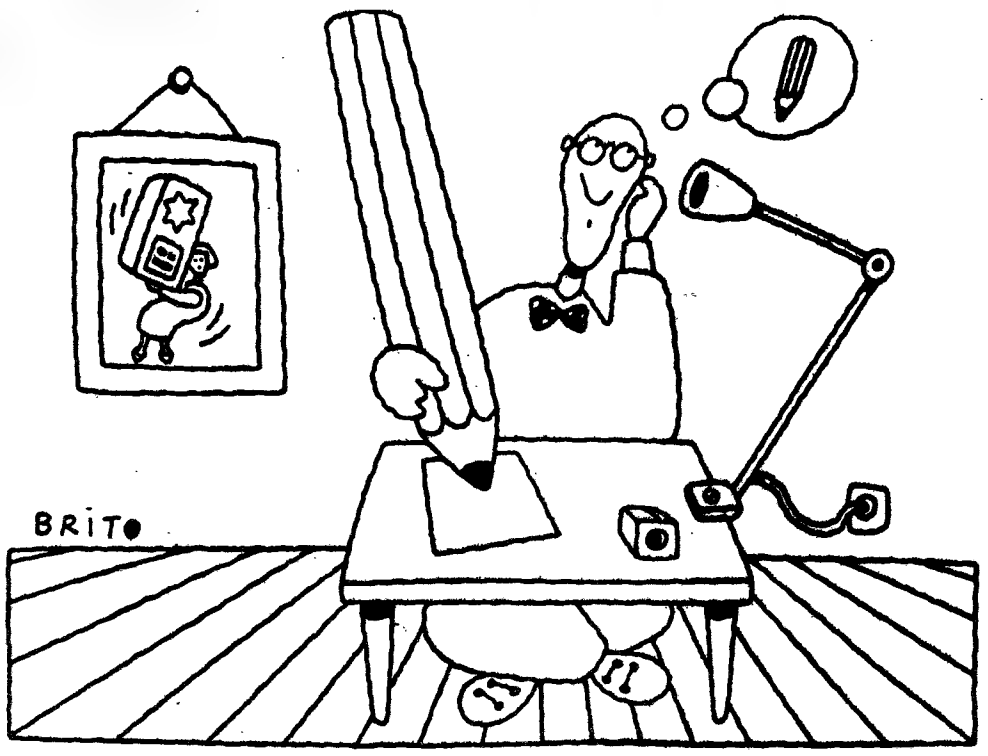
De caminho, pede-se aos designers para imaginar a embalagem (cores, formas, impressões) tendo em conta as regras em vigor em matéria de informação ao consumidor, para que o produto se distinga dos seus concorrentes, para que a forma e o aspecto suscitem, no cliente potencial, o desejo de o adquirir e de o colocar na mala, o que é também normal.

Mas os profissionais vão clamando que fazem tudo isto sobretudo para «responder à expectativa do consumidor» que eles conhecem melhor que ninguém por tê-lo perscrutado, estudado, dissecado e compreendido nos recônditos mais ignorados do seu subconsciente e inconsciente. E aqui, já não é normal.

Todos nós levámos para casa, num dia de festa para as crianças, uma enorme garrafa quadrada contendo dois litros de sumo de fruta para matar a sede das nossas queridas cabecinhas louras. Mas afinal eles não tinham tanta sede como isso e sobrou bastante.

Para meter a garrafa no frio, antes de a abrir, tinha-mo-la deitado no refrigerador, incapazes de guardar de pé tamanho monstro. Fizémos o mesmo depois do seu consumo parcial.

Contanto que se a tape cuidadosamente, contanto que a grossa tampa de plástico não esteja rachada e que a rosca vede bem, evitar-se-á o desastre: o pingo sobre o assado frio previsto para o jantar, com o seu décor de geleia e de pepino, sem contar com a lavagem, não programada, dos diversos recipientes manchados de sumo açucarado.



Parece que os novos frigoríficos estão equipados com um lugar «ad hoc» para meter esses enormes frascos, muito pesados, além disso, para mãos infantis. Não se põe, porém, a questão de mudar de utensílio sob o pretexto de arrumar algumas garrafas de bebidas frescas ou de transformar a cozinha na mesma altura, pois o novo frigorífico não tem a mesma linha que o anterior,

Acreditemos que assim que todas as casas estejam equipadas com estes novos frigoríficos, a forma das garrafas tenha mudado.

A lindíssima caixa

Podíamos multiplicar os exemplos: as caixas de bolos secos para os aperitivos são demasiado grandes para os saquinhos que as tapam e é preciso um armário grande que guarde o suficiente para satisfazer o apetite de alguns amigos que apareçam de improviso para beber um copo. As oito fatias de salmão fumado espalham-se na mesma embalagem dentro do cesto e o pequeno prazer dispendioso de uma noite fica estragado, com o cartão duro apoiando-se fortemente sobre qualquer coisa que está por baixo.

O frasco de creme é muito alto para se pôr no lugar habitual. A lindíssima caixa onde se mete o café moído, o qual é preciso conservar no frio se se quer guardar o aroma, não encontra lugar nesse diabo de refrigerador.

Na casa de banho não se está melhor fornecido. Os frascos de produtos de beleza, quase sempre bonitos, parecem concebidos para aquelas casas de banho espaçosas que se vêem nos catálogos de decoração ou nas séries televisivas americanas.

Ignoram os fabricantes que muitos consumidores estão constrangidos a contentar-se com espaços exíguos e micro-armários?

Podiam-se multiplicar os exemplos até ao infinito, quer se tratasse de arrumar as cassettes de vídeo ou os livros de arte. Estes, excelentes para folhear, que gostamos de receber e de oferecer, são muitas vezes impossíveis de arrumar numa biblioteca normal.

Não se trata de exigir uma uniformização dos produtos. Isso seria de uma tristeza insuportável e cortava toda a fantasia ao nosso quotidiano, mas de pedir simplesmente a esses príncipes que inventam os novos produtos para pensarem um pouco, não apenas no cliente, no acto da compra, mas sobretudo no utilizador que vai amaldiçoar o produto durante dias, pois não o consegue arrumar.

Josée Doyère
Exclusivo DL/Le Monde

Bolsas de Lisboa e Porto continuam a recuperar

O movimento nas bolsas de Lisboa e Porto caracterizaram-se na semana passada por uma recuperação nas cotações. Na da capital foram transaccionados 5,3 milhões de títulos (7,5 milhões de contos) e na do Norte 331 mil títulos (1,37 milhões de contos). Em Lisboa, o mercado obrigacionista teve um comportamento dinâmico, com 2,4 milhões de títulos movimentados, o que originou um volume de negócios na ordem dos três milhões de contos (mais 130 por cento que na anterior semana). Este valor não contempla cerca de 2,5 milhões de contos obtidos na negociação de cautelas FIP-89, admitidas ao mercado não oficial. No que respeita a acções, apenas foram transaccionados 518 mil títulos, com um valor de 2,2 milhões de contos. Este mercado beneficiou da recuperação de alguns preços.

Valorização

A valorização das cotações das 30 acções mais líquidas da Bolsa de Valores de Lisboa foi o aspecto dominante na semana passada. Cerca de 43 por cento destes títulos viram aumentar os seus preços, de segunda a sexta-feira, enquanto que 36 por cento mantiveram a cotação da primeira sessão da semana.

Apenas as acções Marconi portador, CISF, Hanover portador e BCP nominativas assinalaram um pequena quebra de preços, que oscilou entre os 0,8 e os 2,2 por cento.

A subida mais centuada da semana foi para as acções da ESSI, cotadas na segunda-feira a 4260 escudos e na sexta a 4780 (mais 12,2 por cento).

No Porto

Para além da recuperação nos preços, a Bolsa do Porto teve também um aumento no volume de negócios, apresentando uma média diária de acréscimo de 47 por cento relativamente à semana anterior.

O papel do BPI esteve em evidência, transaccionando quantidades significativas em todas as sessões. A Corticeira Amorim, Sonae e Continente foram outros títulos com boa perfomance no mercado oficial.

Lusa

Sintra centraliza Dia da Floresta

Será sob um enfoque «pedagógico» que decorrerão as comemorações do Dia Mundial da Floresta, organizadas pela comissão oficial, que integra representantes de seis ministérios, da Direcção-Geral da Comunicação Social, da Comissão Nacional da FAO e da Associação de Empresas Produtoras de Pasta Celulósica (ACEL).

As comemorações decorrerão ao longo da semana de 10 a 21 de Março e serão centralizadas em Sintra, por solicitação dos Bombeiros Voluntários de Sintra e Colares, que comemoram este ano o seu primeiro centenário.

Neste período terão lugar várias iniciativas, como a distribuição de mais de 200 mil árvores (ornamentais e integrantes da floresta portuguesa), visitas de estudo a uma "exposição florestal didáctica", que envolverão quase 30 mil jovens, um colóquio na Gulbenkian subordinado ao tema dos "incêndios florestais" e um discurso de Arlindo Cunha, ministro da Agricultura, na Assembleia da República, no dia 21.

Estrangeiros investem no imobiliário algarvio

O investimento estrangeiro no sector imobiliário do Algarve ronda os quatro milhões de contos mensais, revelou Mendonça Pinto, vice-presidente da CCRA, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, num seminário recentemente realizado em Vilamoura. No primeiro semestre de 1989, o volume global dos investimentos foi de 33 milhões de contos, enquanto em 1988, registou 48,6 milhões. Estes números pecam por defeito, pois alguns dos investimentos não são controlados oficialmente.

Segundo declarou, na altura, Mendonça Pinto «é preciso acautelar um pouco esta situação, pois trata-se da passagem de um património importante para a mão dos estrangeiros».

Dos 48,6 milhões de contos investidos por estrangeiros no Algarve, no ano de 1988, 41,3 milhões foram destinados a prédios urbanos e 4,3 a prédios rústicos.

As moradias totalizaram, naquele período, 22,2 milhões de contos de investimento, as fracções autónomas 8,5 milhões, os lotes urbanizados 7,1 milhões, os prédios rústicos 4,3 milhões e o «time-share» 3,3 milhões de contos.

O reino Unido surge em primeiro lugar no total dos investimentos regionais com 38,6 milhões de contos, seguindo-se a RFA com 2,2 milhões, a Suiça com 1,2 milhões e a Holanda com 805 mil contos.

Suécia: bom cliente de Portugal

A Suécia continua a ser um dos melhores clientes de Portugal, mantendo-se em sétimo lugar nas importações e em décimo primeiro nas exportações, ao abrigo de um intercâmbio comercial em que a adesão de Portugal às comunidades europeias não foi obstáculo ao incremento de relações bilaterais.

Nas exportações efectuadas em 1989, as quais atingiram 78 milhões de contos, destaca-se o vestuário exterior, com cerca de 45 por cento do total, o calçado com 12 por cento e a cortiça e os produtos cerâmicos com 2 por cento. As importações, avaliadas em cerca de 46 milhões de contos, abrangeram as áreas dos veículos de transportes de mercadorias, acessórios, máquinas para a indústria de celulose, tractores e papel de jornal.

A Suécia é actualmente um dos países que mais investe em Portugal. No ano passado, canalizou para o mercado português 13 milhões de contos. Registe-se que a Suécia, tal como outros membros da EFTA, beneficia de algumas isenções fiscais, em determinados produtos, no comércio com a CEE.

Desde Dezembro do ano passado que se iniciaram negociações entre a CEE e a EFTA com vista a obter-se uma maior liberdade de actuação no movimento de mercadorias e serviços, capitais e mão-de-obra entre os dois blocos económicos e se adoptem políticas uniformizadas nas áreas da competição.

DL/Lusa

Alarme entre os especialistas: em 1989 os Estados Unidos importaram 46 por cento do crude consumido e a produção diminuiu 6,8 por cento. Pior ainda, os poços americanos estão a esgotar-se lançando o alarme entre os especialistas

Volta a ameaça do pesadelo da OPEP

A Maxus Energy, divisão petrolífera da Diamond Shamrock, retirou todos os geólogos responsáveis pela pesquisa das várias sedes regionais e instalou-os nos escritórios centrais, em Dallas. «Assim não gastam um monte de dinheiro em perfurações nos seus distritos», explicou, sem meios termos, à revista «Fortune» o presidente da Maxus, Charles Blackburn.

Que a baixa dos preços do petróleo teria provocado a queda vertiginosa dos investimentos para a pesquisa de novas jazidas foi coisa dita e redita uma infinidade de vezes. Mas o que está a acontecer nos Estados Unidos ultrapassa largamente as expectativas: o progressivo esgotamento das jazidas mais acessíveis, os problemas ecológicos que levaram ao bloqueio das perfurações *off-shore* da costa da Califórnia e a uma forte redução dos programas petrolíferos no Alaska e ainda a reforma fiscal de 1986, com a qual Ronald Reagan eliminou as deduções que beneficiavam alguns sectores, inclusivé o petrolífero, já provocaram não apenas a diminuição das pesquisas de novas reservas, mas também da extracção.

Resultado: o ano passado a produção petrolífera americana (7,6 milhões de barris ao dia) registou uma quebra da ordem dos 6,8 por cento, embora se tenha sentido um pequeno aumento no consumo.

A dependência do crude importado subiu assim para 46 por cento dos consumos totais. Apenas em 1977, quando, apesar de tudo, os consumos estavam numa fase de forte crescimento, a quota importada era superior (47,7 por cento).

Claro que já passaram os anos dos aumentos selvagens dos preços: o poder da OPEP diminuiu, a oferta mundial de crude é maior do que a procura, as «sete irmãs» (que se tornaram seis depois da junção da Chevron com a Gulf) compensam a baixa da produção americana com a actividade no estrangeiro, onde os custos de exploração são mais baixos e os incentivos fiscais generosos.

Baixar os braços

«Há motivos de preocupação», afirma Tom Wallin, director do semanário «Petroleum Intelligence Weekly», bíblia dos industriais do petróleo, ao explicar: muitas companhias baixaram os braços - em vez de investir enormes quantias em pesquisas com êxito incerto, preferem aumentar as suas reservas simplesmente comprando outras companhias petrolíferas menores.

Nos últimos anos, onze dos primeiros 25 grupos americanos foram «engolidos» pelas sociedades maiores. As companhias que sobrevivem são mais fortes, porque dispõem de maiores reservas, mas também são mais vulneráveis: no processo de compras de sociedades como a Chevron e a Philips endividaram-se até ao pescoço. Mas o problema é outro: o resultado final é uma diminuição das reservas disponíveis na América.

Para os países sem grandes recursos naturais, uma elevada dependência do estrangeiro não constitui grande novidade. Na América é diferente: há Estados, do Oklahoma ao Texas, onde o panorama, há mais de um século, está marcado pelas sondas. E um certo isolacionismo, que de vez em quando reaflora, baseia-se no argumento de que, quando é preciso, a América vale-se a si própria. «No que diz respeito à energia isso já não é verdade», faz notar Lodwrick Cook, presidente da Arco, uma companhia activa sobretudo na Califórnia, que acrescenta: «Dentro da primeira metade dos anos 90 dependeremos 60 por cento do petróleo de importação».

A vulnerabilidade assusta, mas começando pelo Japão muitos são os países que têm este problema. Para a América, porém, há também o problema do défice comercial. Só o petróleo cavou um buraco de 49 mil milhões de dólares numa balança que acusa um défice de cerca de 115 mil milhões.

O problema, todos o reconhecem, é grande, mas sobre as terapias as opiniões divergem. Segundo o «Washington Posto», a receita do costume invocada pelos industriais do petróleo (incentivos fiscais para a exploração, acesso às áreas hoje bloqueadas por vínculos ambientais) teria efeitos marginais e em parte deletérios. Este jornal, pelo contrário, pede a Bush que renuncie à sua promessa anti-taxas, incrementando o imposto sobre os combustíveis.

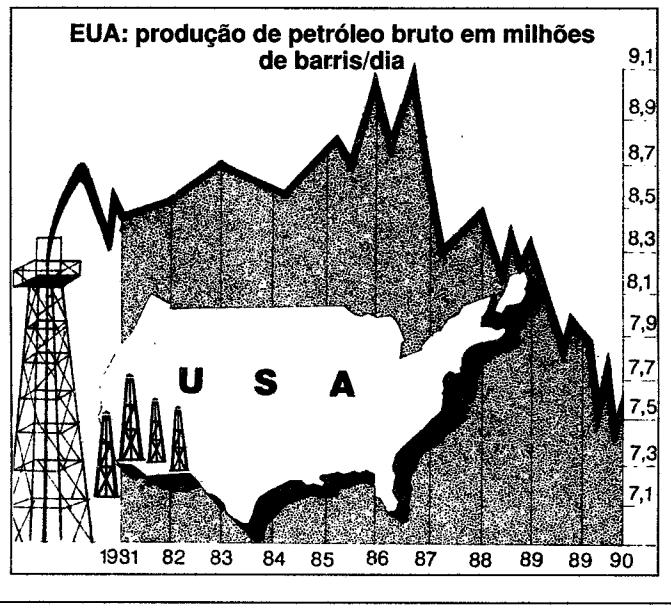
Entretanto, os preços do petróleo subiram em poucas semanas em 25 por cento: dos 17 dólares o barril em Setembro para os 22 em Janeiro. Mas é uma situação anómala, provocada por uma série de coincidências: a vaga de frio que assolou os Estados Unidos, a estiagem na Europa que reduziu a produção hidroeléctrica e a das centrais nucleares francesas, que necessitam de muita água para o arrefecimento dos reactores, e ainda a diminuição da produção petrolífera na União Soviética e na Grã-Bretanha.

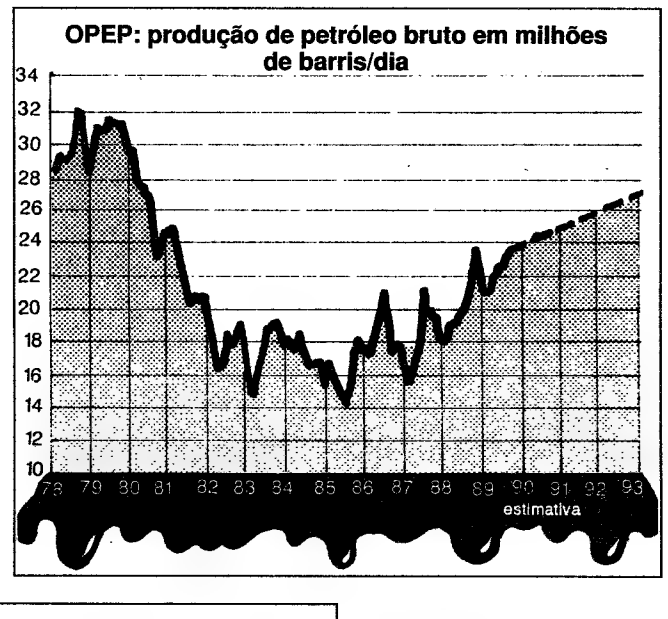
Mas a médio-longo prazo não há motivos de preocupação: os consumos aumentam muito pouco (cerca de dois por cento ao ano), enquanto que a produção está numa fase de crescimento..

Explosão de preços

«Tudo verdade», confirma ao «Corriere» William Randol, vice-presidente e responsável pelo sector de pesquisa do banco de investimentos First Boston. E acrescenta: «Mas é também verdade que quase todas as jazidas encontradas concentram-se nos países da OPEP e que este facto vem reforçar uma organização que nos anos 80 viu o seu papel reduzido às justas proporções com o aumento da produção de petróleo nos países fora da OPEP».

Agora, explica, iniciou-se





Incógnitas do futuro

O secretário-geral da OPEP, Subroto, não afasta a hipótese de os preços do petróleo virem a sofrer uma subida.

Considerando o mercado muito instável e cheio de incógnitas quanto ao seu comportamento futuro, afirma que pode surgir uma ruptura que «provocará uma agitação que se traduzirá num disparar de preços».

Subroto defendeu esta tese numa entrevista concedida ao «OPEC Bulletin», quando instado a analisar o horizonte de médio prazo. «Se estendermos a nossa análise até 1995, a situação depende de muitos factores», o primeiro dos quais, diz, relaciona-se com a taxa de crescimento da economia mundial.

Este indicador, segundo Subroto, aponta para um crescimento muito rápido e forte em certas áreas, particularmente as situadas no Pacífico, que chega a ultrapassar os sete e os oito por cento, como é o caso do Japão, Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Tailândia, Singapura, Indonésia e Filipinas. Nos países Ocidentais aquela taxa situa-se entre os 2,5 e os 2,77 por cento.

Por conseguinte, Subroto considera que a primeira questão é a de se saber se esta situação vai continuar durante muito tempo. A segunda, é a de se saber o que irá acontecer à produção de petróleo dos países não-membros da OPEP, a qual, segundo alguns observadores está a atingir o seu máximo, enquanto que outros apontam para a possibilidade de o Mar do Norte voltar a produzir a um nível mais alto do que os atingidos em 1988 e 1989. Por outro lado, acrescenta, há ainda uma outra incógnita a analisar: qual será a produção da União Soviética e da China?

«Verifica-se, assim, uma larga margem de incerteza na produção fora da OPEP, a qual se faz sentir tendencialmente mais para uma descida do que para um aumento», afirma Subroto, que adianta uma terceira questão: a da procura do petróleo da OPEP, que deverá aumentar a uma taxa anual próxima dos três por cento, resultando assim um crescimento anual de cerca de um milhão de barris por dia.

«Aqui põe-se o problema de como faremos para aumentar a produção de modo a que o mundo seja mais facilmente abastecido pelos países da OPEP, se for correcta a estimativa de 27 milhões de barris/dia para 1995», comenta Subroto.

Mas se a OPEP não for capaz de aumentar a oferta a tempo, o secretário-geral da organização considera que o progresso será adiado, o que se traduzirá numa margem de segurança muito pequena. «Se algo acontecer à procura ou à oferta, a ruptura provocará uma agitação que se traduzirá num disparar dos preços», conclui.

Subroto: o mercado está sensível

Petróleo: consum

Portugal é mero espectador na luta do our que actualmente é na ordem dos 80 por ce

O consumo do petróleo dispara e com ele disparam os preços. Portugal, pequeno país consumidor, dependente em 80 por cento do exterior em termos energéticos, só pode funcionar como mero *price taker*, ou seja não tem capacidade para intervir na formação de preços. Esta a opinião de Nuno Ribeiro da Silva, secretário de Estado da Energia, que considera que têm que se adoptar medidas rápidas e eficazes para evitar que o sector energético se torne o «calcanhar de Aquiles» do esforço de desenvolvimento e crescimento económico do País.

Como facto novo, diz, surge a integração de Portugal no maior bloco consumidor mundial (a CEE), o que pode reforçar a posição de Portugal e alterar o conceito de segurança neste domínio. «Em termos globais, podemos colher benefícios no domínio das infra-estruturas, na livre circulação de bens energéticos e contabilizar dificuldades nos produtores de equipamentos, com abertura dos mercados públicos», explica Ribeiro da Silva. Por outro lado, vai reforçar-se a dependência da CEE em energia primária, que poderá ser suprida por fornecimentos vindos do Leste.

Aproveitar recursos

Para Ribeiro da Silva, há necessidade de os recursos naturais de valia energética serem aproveitados ao máximo, mas sem voluntarismos que levem a um aproveitamento a qualquer preço.

E revela que o hídrico e as lenhas contribuem com cerca de 20 por cento para as necessidades nacionais. «O hídrico pode aumentar o

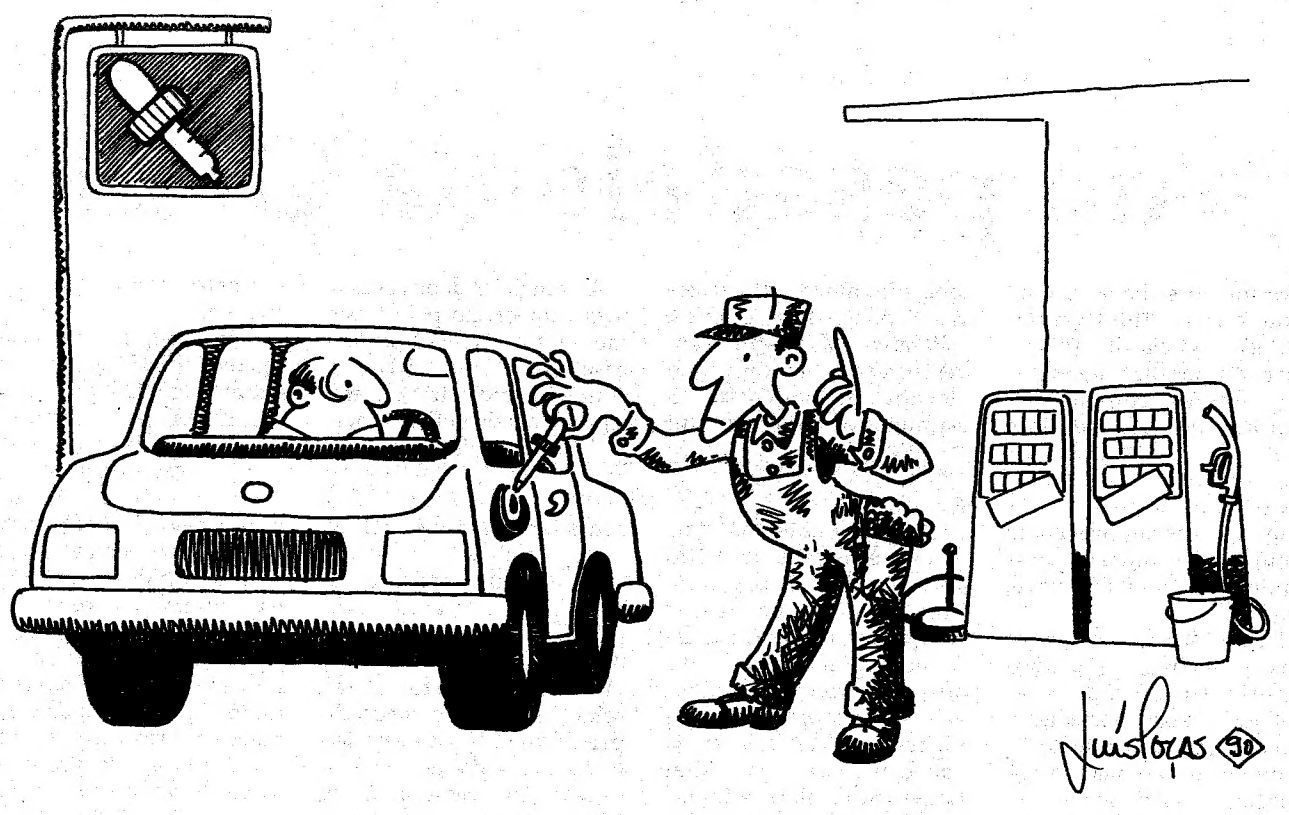
ido

com-

os do
oucas
cento:
il em
2 em
uação
por
cias: a
ou os
lagem
ziu a
ca e a
eares
am de
refeci-
ainda
dução
o So-
nha.
prazo
reocu-
umen-
ca de
ano),
dução
cresci-

nfirma
n Ran-
e re-
or de
inves-
on. E
mbém
das as
oncen-
OPEP
eforçar
e nos
pel re-
orções
dução
s fora

iou-se



um processo oposto: a produção petrolífera está a diminuir não só nos Estados Unidos, mas também na União Soviética, na Inglaterra e no Canadá. E não é um fenómeno momentâneo. Este facto volta a dar um grande poder, não tanto à OPEP, mas a um grupo restrito de países membros da organização: a Arábia Saudita, o Iraque e os Emiratos Árabes Unidos, os únicos capazes de aumentar em qualquer altura o seu nível actual de produção.

Podem-se criar premissas para uma explosão de preços igual à que se verificou nos anos 70? Randol e Wallin tendem a excluir essa hipótese: os países da OPEP aprenderam à sua própria custa que o Ocidente é capaz de responder a uma crise petrolífera, reestruturando a produção e os consumos, provando que, afinal, quem sofre as consequências das fortes oscilações de preços são os próprios países produtores.

Mas o que vai acontecer no caso de um novo conflito no Médio Oriente, ou em consequência de movimentos ideológicos ou políticos que envolvam os quatro países-chave da OPEP? O «New York Times» relembra preocupado que, em 1973, quando a primeira crise petrolífera encostou os Estados Unidos à parede, a dependência americana em relação ao crude importado era de 38,8 por cento, portanto muito inferior à actual.

«É inútil entrar em pânico», comenta Wallin, que prossegue: «Na América as jazidas mais acessíveis já foram descobertas e exploradas. O declínio é inevitável. O emprego de novas tecnologias, como a perfuração horizontal, apenas pode adiar o fenómeno. Explorar as jazidas mais profundas ou as que se situam no mar é demasiado caro».

Por seu turno, Thomas McHale, analista da Drexel Burnham Lambert, arrisca: «Para dar impulso à pesquisa o preço do crude deveria disparar para 40 dólares o barril». Mas Wallin é menos pessimista: pensa que já a partir dos 25 dólares o barril alguns investimentos voltariam a ser economicamente compensadores.

Por enquanto, as «irmãs» americanas acham muito mais conveniente investir no estrangeiro. Para a América, o facto de, em todo o mundo, as tecnologias de extracção estarem na mão da Exxon, Mobil, Chevron, Texaco (além da Shell e BP) representa, no fundo, a melhor das garantias para ter abastecimentos regulares.

Por outro lado, a Petroleos de Venezuela comprou 50 por cento da americana Citgo; a Kuwait Petroleum Co. já procura petróleo em muitos países (da Argélia à Indonésia e à Austrália), enquanto a Aramco (Arábia) descobriu, pela primeira vez, uma grande jazida graças ao trabalho de uma equipa constituída exclusivamente por sauditas. Entretanto, Yamani, que foi ao longo de dez anos o Kissinger das estratégias petrolíferas do mundo árabe, adverte o Ocidente de que a situação está a mudar novamente e desta vez não em seu favor.

Massimo Saggi
Exclusivo
Corriere della Sera/DL
Trad: Alessandra Balsamo

Panorama sombrio

A OPEP tem 83 por cento das reservas mundiais, cabendo só aos países do Golfo Pérsico 70 por cento dessas reservas, embora só estejam a contribuir com 25 por cento para a produção mundial.

Esta estatística é-nos fornecida pelo sheik Yamani, o poderoso ex-secretário da OPEP, que revela ainda que os países que não integram aquela organização de produtores de petróleo têm apenas 17 por cento das reservas e produzem 60 por cento do total munidal.

Por outro lado, diz, o Koweit tem 260 anos de reservas, os Emiratos Árabes 150 e a Arábia Saudita 110, enquanto que os Estados Unidos têm apenas oito anos e o Reino Unido sete.

Yamani afirma ainda que descobrir um novo barril de petróleo custa 20 cêntimos a um dólar no Médio Oriente e de cinco a sete dólares fora da OPEP.

A estes factos juntam-se, para completar o panorama nada animador, o crescimento dos consumos nos países industrializados (que já consomem 34 barris de petróleo por pessoa/ano) e a explosão dos consumos nos países em vias de desenvolvimento (que ainda consomem apenas um barril por pessoa/ano).

Para Nuno Ribeiro da Silva, o desanuviamento político e militar que se vive «poderá estimular a actividade económica, implicando mais procura de energia».

Esta situação, acrescenta, pode ser compensada com uma maior injecção de petróleo, gás e carvão do Leste no mercado mundial, «dadas as grandes reservas aí existentes e a necessidade de moeda forte».

E Ribeiro da Silva afirma: «Há aqui uma boa oportunidade para *joint-ventures* entre a Europa Ocidental e o Leste face à inexorabilidade - no quadro tecnológico actual - do aumento da dependência energética da CEE».

O ambiente

O secretário de Estado da Energia considera que a década de 90 será marcada «pela sombra das preocupações com o ambiente».

O sector energético é olhado como o maior responsável directo ou indirecto por diversos tipos de poluição: marés negras, chuvas ácidas, efeito de estufa, emissões de motores em combustão, fugas radioactivas, resíduos nucleares.... «Ou pagamos mais pelo pacote energia/ambiente, ou conseguimos rupturas tecnlógicas, ou pomos em causa o nosso modelo civilizacional energívoro», diz Ribeiro da Silva.

Em síntese, acrescenta, o ambiente condicionará a energia, a procura crescerá, o preço do petróleo tenderá a aumentar, funcionando ainda como preço director para os outros combustíveis. «Quem ganha é a utilização mais racional de energia - forma mais barata de não poluir -, o gás natural e a energia nuclear, se esta voltar a ser economicamente competitiva», garante.

umo dispara e preços aumentam

do ouro negro, mas pode diversificar e até diminuir a dependência energética, por cento

os no
strutu-
ção de
ntabil-
s pro-
entos,
rcados
eiro da
vai re-
cia da
mária,
la por
os do

va, há
cursos
gética
s ao
volun-
a um
alquer

co e as
com
ara as
is. «O
ıtar o

contributo na produção de electricidade, em termos absolutos, com a construção de pequenas, médias e grandes barragens», afirma, adiantando que a mesma tendência se verificará na utilização da biomassa.

Como o carvão do Pejão terminará dentro de poucos anos e as lenhites de Rio Maior se manterão sem interesse económico, resta a esperança do petróleo, pelo que novas regras foram estabelecidas para aliciar empresas para a prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e exploração desta matéria-prima.

Outro «recurso» que Ribeiro da Silva considera importante explorar é o da utilização racional da energia. O «terceiro combustível», como lhe chama, significa 40 milhões de contos por ano e resulta de Portugal não ter acompanhado as melhorias da eficiência do uso da energia após o primeiro choque petrolífero (1973), as quais foram de 30 por cento na CEE e de 50 por cento no Japão. Neste domínio diversos instrumentos foram criados para estimular a poupança.

Gás natural

A gás natural «nascerá» em Portugal na década de 90. Diz Ribeiro da Silva que esta matéria-prima «surge nos últimos anos como o vector energético com maior crescimento e com maiores potencialidades na presente década».

«Começaremos do nada, o que obriga a fazer boas escolhas para evitar alguns erros cometidos na área do petróleo ou da electricidade», afirma ao considerar que este será «um dos grandes projectos nacionais para a presente década», pela sua complexidade política, económica e técnica, pelos efeitos induzidos na indústria de equipamentos, pelos benefícios para a actividade produtiva e conforto e segurança das famílias.

«Será um concorrente da electricidade, do propano, do butano, do fuel, contribuindo para diminuir a nossa dependência do petróleo», acrescenta

O petróleo

Segundo Ribeiro da Silva, o petróleo e derivados verão culminar na década de 90 uma adaptação profunda das regras do jogo, iniciada com a adesão à CEE. «É o fim do monopólio público no sector e a afirmação da liberalização e privatização das indústrias e do comércio de produtos derivados», acrescenta. Para ele, independentemente de se ter ou não acesso a reservas de crude e do preço que este venha a alcançar no mercado internacional, «urge recuperar o tempo perdido para adaptar a refinação - nova unidade em Sines e encerramento da de Cabo Ruivo». Entretanto, vão multiplicar-se os operadores - oito em 1988 e 19 em 1990. Ainda neste domínio, os gases do petróleo, sobretudo o propano, deverão continuar a conhecer uma explosão no crescimento do consumo, quer pelo facto de «haver uma fase transitória do ar propanado no caminho para o gás natural, quer ainda pela rede de gás natural confinar-se a uma área limitada do território».

Novas fontes

Entretanto, prosseguem os esforços da comunidade científica mundial para encontrar novas fontes de energia, economicamente viáveis e mais limpas em termos ambientais, bem como para que as actuais se tornem menos poluentes. Também em termos de novos materiais e de sistemas energéticos se procuram acrescidos rendimentos na sua utilização racional.

Neste último caso, as investigações incidem de forma particular sobre a construção civil (elementos transparentes e isolantes) e sobre o desenvolvimento de supracondutores, passando pela vulgarização dos sistemas fotovoltáicos e na concretização de melhores formas de armazenar energia eléctrica. De referir que em 1991 entram em vigor em Portugal novas regras para a construção de edifícios, de molde a alcançarem-se sensíveis melhorias no uso racional da energia.

Entretanto, diz Ribeiro da Silva, a hora será dos combustíveis sintéticos, enquanto prosseguem os esforços para «domesticar» o uso de hidrogéneo, uma energia limpa e praticamente inesgotável. No campo nuclear, os esforços estão a ser dirigidos para a segurança das instalações e para a resolver o problema do ciclo do combustível, bem como para a criação de reactores flexíveis e competitivos.

Ribeiro da Silva: «Aproveitar recursos em voluntarismos»

Associação entre entidades com fortes recursos financeiros e empreendedores com forte potencial é a génese de uma actividade geradora de valor acrescentado, mediante o apoio à inovação e à iniciativa. Será isso cumprido em Portugal, ou o risco corrido é mínimo?

Essência do capital de risco é aposta no recurso humano

Quem aposta, pondera todas as hipóteses para não o fazer às cegas. Mas quem aposta, arrisca. Quem aposta em projectos empresariais inovadores ou renovadores, isto é, quem disponibiliza dinheiro por acreditar, fundamentalmente, no potencial humano que se encontra por detrás de iniciativas viáveis, geradoras de lucros, apresentadas por pessoas para quem trabalhar é sinónimo de inovar, arrisca capital. Poderá ser com conta, peso e medida. Mas não deixa de ser um risco. É nessa área que se devem movimentar as sociedades de capital de risco.

Quase quatros anos depois da publicação do articulado legal que permite a existência de sociedades de capital de risco (SCR), mantém-se, em muitos espíritos, saber correctamente qual a definição dessa área financeira, já que existem dúvidas se, quem investe, em condições normais, não corre sempre um risco. À margem: situação que deveria ser a constante de todos os empreendedores. Temos pois: capital de risco, ou capital «tout court»?

O capital de risco, talvez mais bem definido pela expressão inglesa «venture capital», tem raízes históricas na associação entre entidades particulares com fortes recursos financeiros e empreendedores com grande potencial criativo e capacidade de desenvolvimento de novas actividades. Nascida antes da Segunda Guerra Mundial, é uma actividade recente em Portugal. Inicialmente visava, para os detentores do capital, a perspectiva de obtenção de ganhos financeiros, mediante a colocação de uma parte dos seus dinheiros em actividades classificadas de alto risco.

Citação: «O declínio de sectores industriais tradicionais baseados fundamentalmente em mão-de-obra intensiva, o aparecimento de indústrias de ponta, o crescimento e o aparecimento de novas actividades na área dos serviços e a importância, cada vez mais marcante, das pequenas e médias empresas, podem apontar-se como alguns dos principais factores que determinaram o desenvolvimento do capital de risco». Quem o disse foi Albino Freire, director-geral da UniRisco, uma SCR com sede em Lisboa.

Empresas industriais e de serviços surgem com estruturas patrimoniais distintas das sociedades tradicionais, uma vez que normalmente o seu património pouco mais é que activos incorpóreos traduzidos por ideias, projectos, competência e iniciativa. Em paralelo, empresas já existentes com grandes potencialidades de desenvolvimento necessitam, com frequência, de recursos próprios para poderem aumentar ou modernizar a sua actividade.

Evolução

Dados publicados num relatório da Associação Europeia de Capital de Risco (EVCA) mostram que, em 1988, tinha 216 membros, dos quais 135 sociedades de capital de risco como membros efectivos e 81 outras entidades associadas, sendo os países mais activos o Reino Unido, Holanda, França, Bélgica e Itália, respectivamente com 35, 23, 22, 11 e 9 instituições.

Das sociedades de capital de risco conhecidas, 177 eram dadas como independentes, 86 cativas, 34 estatais e 24 semi-cativas, sendo o total de fundos de capital de risco disponíveis de 3.006 milhões de contos, contra 2.391 no ano anterior. Nos Estados Unidos esses valores eram de 4.570 milhões em 1988 e de 3.920 milhões em 1987. Como dado complementar: o total de investimentos feitos na Europa foi, no ano em referência, de 607 milhões de contos, isto é, mais 21 por cento que no ano anterior.

Os sectores de actividade, quer na Europa em geral, quer em Portugal desde o aparecimento da primeira SCR, a Sociedade Portuguesa de Capital de Risco - SPR, com sede no Porto, têm mostrado uma tendência para operações em empresas produtoras de bens industriais e de consumo. Áreas como as comunicações, informática e afins, electrónica, biotecnologia, saúde e investigação têm sido as de maior incidência de propostas de projectos.

Hoje em dia, para além de operações em áreas diversas, não deixa de ser de destacar o papel da AITEC - Tecnologias de Informação que, não sendo formalmente uma SCR, tem apoiado, de forma consistente e intensiva, projectos que têm mostrado ser apostas correctas, todos eles na área das novas tecnologias.

Capital semente

Esta questão traz-nos a um outro aspecto, que é o capital semente. A aposta é feita em projectos e produtos que façam sentido e tenham aplicabilidade no mundo empresarial e na realidade económica nacional, ou seja, a disponabilização de meios que permitam a elaboração de um plano de negócio e estatuto de viabilidade de projectos, bem como o apoio administrativo, contabilístico, de «marketing» e gestão, para além da procura e selecção de possíveis parceiros e ajuda na obtenção de financiamentos. Em Portugal as SCR não se empenham na aplicação do capital semente, salvo casos ultrapontuais. O próprio número reduzido de empreendimentos comparticipados é prova de tal facto. Excepção para a citada AITEC, cujo capital social resultou, em partes iguais, do IPE - Investimentos e Participações do Estado e do INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores.

A sua filosofia de empresa entrosa na definição do capital semente e está próxima dos «ninhos de empresas», tendo como objectivos estimular o aparecimento de novos projectos na área da electrónica e das tecnologias de informação, a promoção e o crescimento sustentado de empresas de base tecnológica na indústria e serviços e a contribuição para a introdução de actividades inovadoras em empresas existentes.

O capital semente, situado a montante do capital de risco, procura que o plano de negócios a desenvolver possa ser acordado entre o empresário proponente e a entidade apoiante, acontecendo que muitas vezes o projecto final a ser concretizado seja substancialmente diferente do original.

Mas tal só será possível, conforme disse Francisco Soares, administrador da AITEC, se o proponente «tenha vestido a camisola» das modificações avançadas, passando a estar tão ou mais empenhado no projecto do que estava inicialmente. Como conclusão: tão importante como os meios financeiros e a viabilidade técnico-económica do projecto, o elemento humano, o entusiasmo e a vocação empresarial do indivíduo são valores a apoiar, a desenvolver e a não frustar.

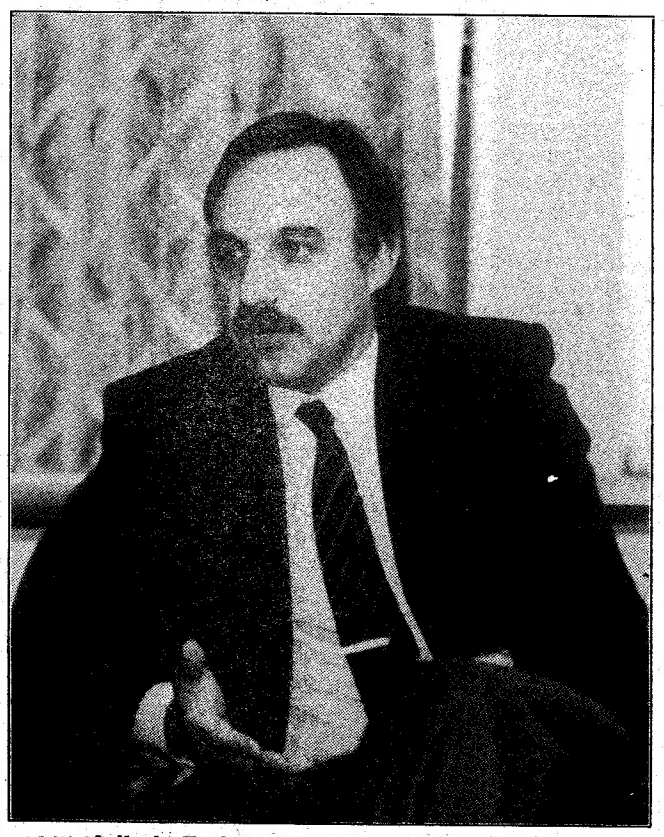
Contudo subsiste por clarificar, em muitas mentes, a diferença entre capital de risco e fomento empresarial que, embora tendo filosofias aparentemente semelhantes, têm áreas diferentes de intervenção.

Situação portuguesa

Em Portugal o contexto legal que define a actividade de capital de risco é diferente do existente nos restantes países europeus e nos Estados Unidos, já que prevê a utilização de recursos próprios das sociedades de capital de risco como forma de participação no capital das sociedades.

Hoje em dia, o panorama das SCR, todas elas recém-chegadas ao mercado de capitais, é pautado por uma certa cautela na intervenção empresarial. Contudo e embora sem que sejam citados nomes, não deixa de haver queixas de contratos leoninos firmados com proponentes que, a serem postos em prática, darão àquelas a possibilidade de controlarem, se não mesmo absorveram, empresas que se en-

Sociedades assumem «risco ponderado»



Arlindo Freire, director-geral da UniRisco

Por que é que empreendedores recorrem às SCR? Segundo Albino Freire, director da UniRisco, muitas vezes isso acontece porque as estruturas bancárias são impeditivas de acesso a apoios e as próprias taxas de juro encravam a viabilidade de muitos projectos.

As SCR recusam a acusação de não correrem riscos na sua actividade, embora «o façam de forma controlada». Para tal procedem a uma recolha do historial da empresa ou dos grupos proponentes, a fim de estudar a sua credibilidade.

«As empresas que queiram candidatar-se a incentivos financeiros devem recorrer às SCR para aumentarem a sua capacidade e conseguirem apoios comunitários», esta outra visão de Albino Freire.

O director da UniRisco recorda que as PME's tiveram, depois de 1945, um grande crescimento quer nos EUA, quer na Europa. Em breve se assistiu ao fenómeno de, a partir de certa altura, os donos se encontrarem sem herdeiros ou com herdeiros não vocacionados, pelo que a alternativa passou a ser a compra das empresas ou pelos trabalhadores ou por investidores. Essa situação obrigou ao recurso ao capital de risco, a juntar a recursos próprios.

A UniRisco, que «não tem uma estratégia definida para um determinado sector, mas sim para zonas privilegiadas de intervenção», foi criada, como muitas outras SCR em todo o mundo, por grupos com interesses económicos que passaram a apoiar empresas complementares da sua actividade.

Decana portuguesa

A sociedade de capital de risco decana, em Portugal, é a SPR. Tendo como principais accionistas o BPA, a Mundial Confiança e a Tranquilidade, nasceu em Junho de 1986 e tem, actualmente, 24 participações. Desde a sua formação analisou cerca de 90 projectos e, segundo Alberto Pacheco, da administração, «alcançou os seus objectivos», embora este considere «que há muito a fazer no apoio às pequenas e médias empresas que aceitam o desafio dos mercados alargados e da competitividade crescente».

Sempre que se fala de capital de risco, o nome da SPR, com sede no Porto, vem à baila. Actual presidente da APCRI - Associação Portuguesa de Capital de Risco, participa activamente na gestão de 11 empresas, seis novas, uma correspondendo a uma operação «Management Buy-In» (MBI), outra a uma expansão e três em empresas em reestruturação.

Com um capital social de 1,5 milhões de contos, um dos mais elevados das 21 sociedades existentes, tem participado na criação de empresas inovadoras em muitos sectores de actividade. Segundo Alberto Pacheco, ao apoiar o reforço da estrutura financeira de empresas já existentes «responde às necessidades de uma economia que aposta na inovação tecnológica e no fortelacimento do seu tecido empresarial».

Uma análise

Curiosa é a análise da lista das SCR existentes. No seu capital social participam, maioritariamente, bancos, seguradoras, empresas imobiliárias e de gestão de fundos. Presentes, em muitas, grupos estrangeiros que, à semelhança do que tem acontecido noutros países, diversificam não só a aplicação dos seus capitais, como fazem investimentos que lhes permitem, com menores montantes, encontrar alternativas e, frequentemente, os cérebros de que necessitam.

contrem em situações específicas.

Estas acusações são liminarmente rejeitadas pelas SCR que lembram que, por lei, estão sujeitas as controlos apertados que não possibilitam jogos financeiros diferentes dos estabelecidos. Mas uma das questões mais levantadas é o do estabeleciemento de acordos, a serem postos em prática na altura da alienação de uma empresa participada, que permitiriam a uma SCR passar a deter, pelo preço que lhe convier, a parte do seu parceiro societário ou, pelo contrário, vender a sua parte a quem lhe interessar directamente, sem ter em conta os interesses do seu associado.

Contudo, uma situação como esta terá de ser provada na prática e a verdade é que, até hoje, ainda não houve uma só alienação de empresa apoiada por capital de risco. Ficamo-nos, pois, pelas vantagens formais. A saber: recurso financeiro sem custos, participação temporária, participação minoritária, apoio à gestão, amplo leque de destinatários, bom interlocutor, adaptação e preparação para o Mercado Único.

As SCR não são instituições beneficentes e os seus gestores são os primeiros a reconhecê-lo. Estão ali para tirar dividendos, embora de uma forma talvez mais humanizada. Substituem-se ao sistema bancário vigente, normal entrave a qualquer iniciativa, embora não possa deixar de ser referido que, à frente dessas sociedades, se encontram maioritariamente gestores que vieram da Banca, com os conceitos, deformações, vícios e virtudes inerentes que os levam, salvo excepções, a não arriscar, antes a apoiarem projectos que mais não serão que investimentos de capital.

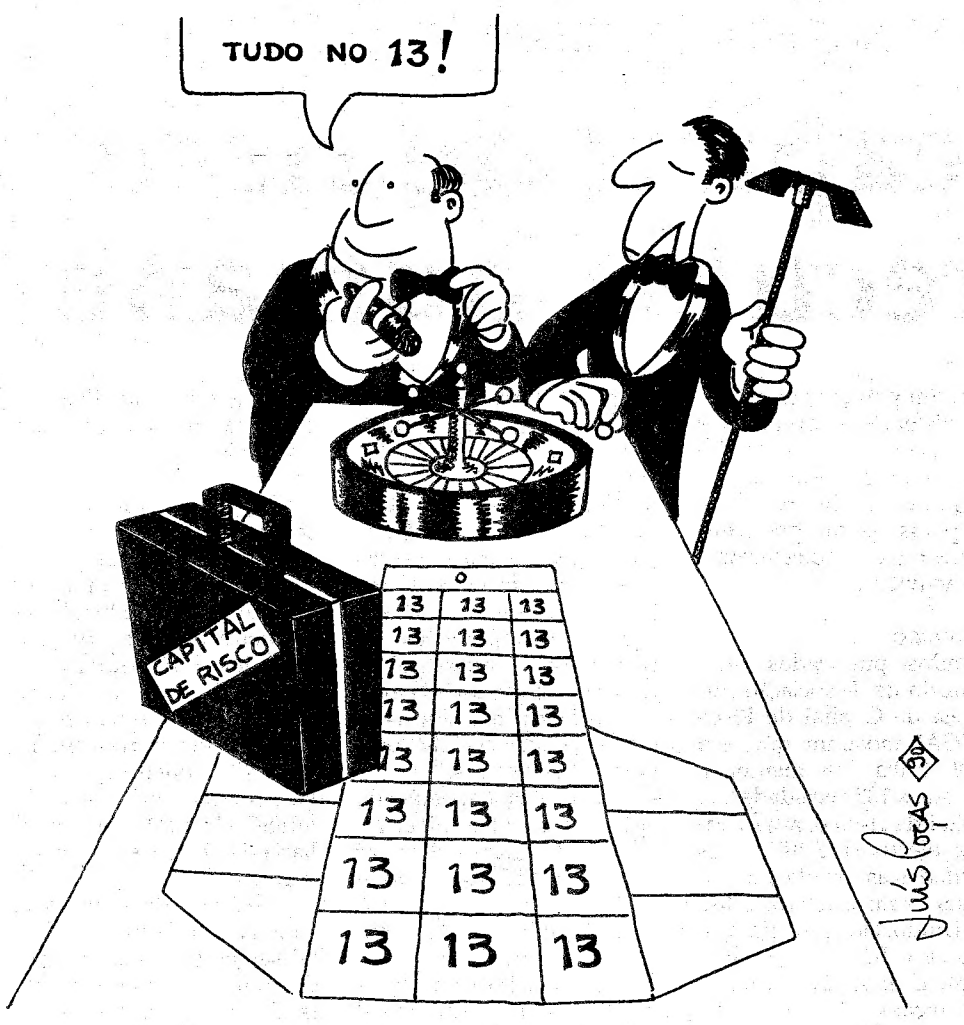
Almeida Henriques

Por outro lado, das 21 SCR existentes, cerca de meia dezena não entrou ainda numa única participação, havendo mesmo o desconhecimento de se algumas destas terão analisado qualquer projecto.

Para além das empresas ligadas ao mundo do capital, outras há onde surgem nomes individuais, como é o caso da SPRED, com Belmiro de Azevedo a deter 40 por cento do capital, e a Agrogene, onde Pedro Ferraz da Costa tem 96 por cento, o que não significa que não haja outros accionistas, em quase todas elas, mas com menor peso.

Instituições oficiais, como os citados IPE e a INESC, ou outras como o IAPMEI, a DGT ou a CGD, estão presentes como accionistas de algumas sociedades. É, na realidade, uma actividade que engloba muitos interesses e que o grande público ainda desconhece.

A. H.



Incubadora de projectos crítica quanto às SCR

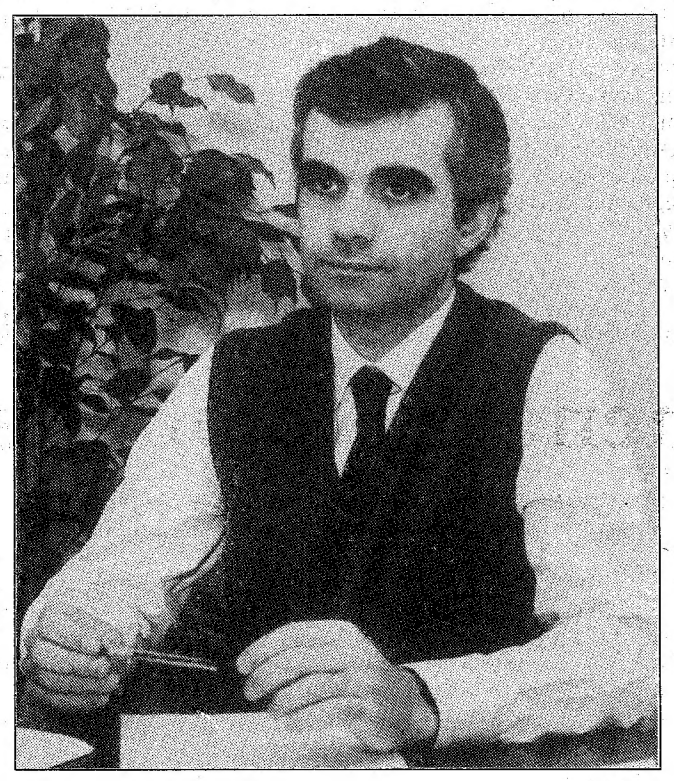
A AITEC, Tecnologias de Informação SA, que começou a sua actividade em 1987, tem desenvolvido a sua actuação como incubadora de projectos de base tecnológica. Conforme disse o seu presidente, Francisco Pereira Soares, que representa a parte do IPE, «não tem um modelo fixo, é flexível e com abertura total para a procura das vias adaptadas à actividade».

Hoje, com 13 participações, a AITEC tem como perspectiva chegar às 20, para o que aponta para a aprovação de pelo menos mais seis projectos, a que se seguirão, em rotatividade, seis alienações e outras tantas participações em novos projectos.

Até hoje sem qualquer insucesso, «o que exige que os planos de negócios sejam muito ponderados», esta sociedade não pode ser considerada, verdadeiramente, de capital de risco mas de capital semente. Com o seu capital dividido em partes iguais pelo INE e pelo INESC, apoia projectos mesmo de «business plans».

Os projectos aprovados são provenientes, 50 por cento deles, de pessoas ligadas ao INESC, enquanto os restantes apresentados por outras entidades. O cuidado posto na apreciação dos projectos e na sua viabilidade tem levado, frequentemente, a alterar o seu conteúdo e objectivo, mas de forma a que os proponentes o aceitem e nele se empenhem.

«Quando um projecto falha não quer dizer que se mate a iniciativa», diz Francisco Coelho. E acrescenta que «pode acontecer o projecto não ser o melhor, mas o material humano que está por detrás dele, esse sim, ser bom, pelo que há que o apoiar».



Francisco Soares, um crítico das actuais SCR

Fortemente crítico em relação às SCR, Francisco Coelho recorda que a AITEC não teve possibilidade de acesso ao Programa 1 do PEDIP para apoio a incubadoras de empresas por ser uma sociedade tida como lucrativa. «Mas o que é certo é que a nossa actividade visa mais longe e, quanto a lucros, não é o nosso objectivo principal».

É ainda Francisco Coelho quem diz que as SCR «nasceram tortas em Portugal e verdadeiramente não arriscam ou, se o fazem, é em condições que lhes permitem, no futuro, absorver a parte de leão das empresas onde participam».

No seu entender, as sociedades de capital de risco não funcionam como tal, antes se substituem aos bancos, junto dos quais é inviável obter financiamentos. «A AITEC, mesmo sem ser uma SCR, funciona como tal, sem os benefícios fiscais inerentes», acrescenta Francisco Coelho.

A.H.

O que diz a lei

As sociedades de capital de risco (SCR) foram criadas pelo decreto-lei 17/86, do Ministério das Finanças, a que se seguiram o D-L 28/89, que estabelece novo capital social mínimo e o D-L 111/89, que reformula a redacção do artigo 4º do primeiro, com o objectivo de promover novas oportunidades de investimento e fomentar a inovação tecnlógica, actividades que estão consignadas na essência da lei, o que será feito através da participação temporária no capital social de novas empresas ou de empresas em expansão.

O objectivo das SCR é, conforme a introdução do D-L 17/86, a procura deliberada e sistemática de oportunidades de investimento capazes de gerar valor acrescentado e de proporcionar rendimento aos investidores, justificando a aplicação de capitais através da compra de acções e quotas de empresas com potencial de expansão e viabilidade.

Mas as sociedades de capital de risco devem ir mais longe e integrarem uma política de fomento de utilização de instrumentos de capitalização de empresas - financiamento por meio de entradas de capital - de que resulte um contributo para a dinamização do mercado de capitais.

O D-L 17/86 acrescenta que a solução institucional adoptada reveste-se de características de flexibilidade suficiente para estimular o aparecimento de sociedades de capital de risco de iniciativa privada, às quais é possível associar entidades públicas interessadas na promoção do investimento, da criação de empregos e da modernização tecnológica.

A participação das SCR nas empresas não poderá ser maioritária nem por tempo indefinido, já que, para salvaguarda da posição dos empresários, a lei impede a sua utilização como sociedades de controlo.

Objecto acessório das SCR é a prestação de assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial das sociedades em cujo capital social participem. Ao permitir a sua constituição, o Governo acrescentou pretender equacionar os diferentes sistemas de incentivos fiscais em vigor, com vista à dimanização do mercado de capitais, estabelecendo um sistema fiscal aplicável às SCR compatível com os objectivos pretendidos.

Inicialmente com um capital social de 300 mil contos, que deverá passar para o dobro, mesmo que progressivamente, até 31 de Dezembro de 1991, as SCR devem ter, três anos depois da sua constituição, um mínimo equivalente a dois terços do seu activo total aplicado em participações de capital social, embora não possam exceder, em cada caso, os 20 por cento do seu próprio capital e reservas nem, na sua totalidade, excedê-los três vezes.

Por outro lado, está vedado o exercício, mesmo que indirecto, das actividades abrangidas pelas sociedades de controlo, bem como o exercício directo de qualquer actividade agrícola, comercial ou industrial, a aquisição de acções próprias, a participação no capital de instituições de crédito parabancárias ou em sociedades com actividade de mediação sobre bens imóveis.

Não podem, igualmente, realizar empréstimos com garantia hipotecária ou a compra e venda, exploração ou administração de bens imóveis, salvo a exploração agrícola, tal como estão impedidas de adequirir ou possuir bens imóveis para além das instalações próprias. Vedadas, também, a concessão de crédito ou a prestação de garantias sob qualquer forma ou modalidade.

A.H.

Desafios empresariais face ao Mercado Único

Os novos caminhos para competir

No artigo anterior, sobre o tema Desafios Empresariais face ao Mercado Único, título da conferência promovida em Janeiro deste ano pelo CEGE - Centro de Estudos de Gestão do INEG, para além da caracterização genérica do tipo de desafios colocados às empresas, nas perspectivas interna e externa, tratámos dos *junk bonds* como espécie particular de obrigações de alto risco emitidas para financiar operações especiais e dos *market makers* enquanto agentes reguladores do mercado financeiro e garantes da fluídez das operações.

Neste texto abordam-se os temas propostos - *take overs*, *management buy-out*, fusões, alianças estratégicas e *franchising* - sob os títulos Tomadas de Posição, Dimensão e Desenvolvimento e Especialização para Competir.

Tomadas de posição

As tomadas de participações societárias podem ser originárias do interior ou do exterior das empresas. No primeiro caso vulgarizou-se o conceito de *manegement buy-out* em que os gestores, em regra, através de operações financeiras tomam participações de domínio, ou seja, adquirem o estatuto de empresário. No segundo caso referem-se aos *take overs*.

A expressão *take over* pode traduzir-se por «posse», correspondendo, no caso, à tomada de posição dominante no capital de uma sociedade, através de uma operação negociada.

Podem referenciar-se várias razões que estão na base deste tipo de operações, dependentes da especificidade dos casos e dos interesses em jogo, ou seja: reforçar a competitividade; obter complementaridades; lançar mão de oportunidades; aproveitar dos efeitos locomotiva.

É indiscutível a necessidade das empresas disporem de produtos ou serviços competitivos. Para isso terão de possuir algum elemento distintivo em relação à concorrência, seja de natureza técnica, organizacional ou outro.

A competitividade advém da obtenção de uma qualquer vantagem comparativa eventualmente não proveniente das características dos produtos ou da qualidade dos serviços, mas resultar das «performances» globais da organização. Ora, um *take over* poderá reforçar a capacidade competitiva.

A segunda razão é a da complementaridade das actividades.

Uma empresa que desenvolva determinados negócios pode ter como objectivo estratégico a tomada de posição de domínio numa outra, por forma a obter complementaridade nas actividades, beneficiando do efeito de sinergia inter-empresas. A terceira razão para a realização de um *take over* prende-se com o aproveitar das oportunidades de negócio, da dupla perspectiva da operação financeira *strict sensu* e da adopção de uma estratégia de crescimento empresarial não pela via da criação de novas unidades empresariais, mas pela via do aproveitamento do potencial de desenvolvimento instalado.

Muitas unidades com capacidade técnica de produção instalada estão subaproveitadas, o que é resultante de situações de estrangulamento financeiro ou de gestão, encontrando-se em estados de pré-falência ou de falência técnica. Uma operação bem sucedida de tomada de posição de domínio, seguida da aplicação de terapêuticas adequadas, opera transformações com sucesso em situações de estrangulamento ou estagnação, com investimentos altamente rentáveis.

A quarta razão visa aproveitar os efeitos locomotiva, derivados da operação *take over*, quando dirigida a uma empresa em boa situação, com consequências positivas sobre a empresa tomadora.

«Management Buy-Out»

Corresponde à tomada de posição societária pelos gestores da própria empresa, com recurso a operações de apoio financeiro. Contudo, em regra, quando sae refere o MBO trata-se, mais correctamente, do *management keverage buy-out* (MLBO).

A origem destas operações está relacionada com o envelhecimento dos proprietários que sentem a necessidade, muitas vezes, de se apoiarem nos gestores para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das empresas. Assim, ao desenvolverem-se no capital societário através da tomada de participações pretendem assegurar a sobrevivência e o futuro.

Por outro lado, envolvem-se os gestores, comprometendo-os directamente para permitir maior estabilidade e maior empenhamento para levar por diante alterações e transformações de processos e de gestão.

Outras vezes, em resultado do papel central e preponderante para o desenvolvimento e estabilidade da empresa, os gestores, conscientes da sua força e importância, confrontam os proprietários que, por conveniência mútua, cedem parte do capital societário, alienam a empresa ou estabelecem contratos de gestão.

Para obterem o apoio financeiro indispensável às operações de MBO os gestores recorrem a instituições financeiras, de alguma forma vocacionadas, como sejam as sociedades de capital de risco e as sociedades de investimento ou recorrem ao mercado secundário.

As operações de MBO podem assumir várias formas, das quais se destacam: cessão de acções; cessão de activos; aumento de capital após prévio saneamento; fusão da sociedade adquirida; e contratos de gestão.

Bolsa: um mundo por onde passam muitas das operações que permitem fazer face ao desafio do Mercado Único

Dimensão e desenvolvimento

A lógica empresarial, em regra, persegue o crescimento para sustentar o desenvolvimento, face à constante alteração das condições externas de enquadramento jurídico-fiscal e às transformações económico-financeiras e político-sociais. Ao nível interno são consequência da constante necessidade de adaptação para uma melhor produtividade, maior rendibilidade e ajustamento racional das estruturas e dos processos.

Como resultado, tornaram-se vulgares as operações de fusão e os acordos de aliança estratégica, mais conhecidos por *joint-ventures*.

As fusões são operações em que uma sociedade absorve outra, mantendo a absorvente a identidade base, juntando ao seu património o conjunto dos direitos, bens activos e responsabilidades derivados da empresa absorvida.

Ao conceito de fusão está associado o de aquisição. Em regra, a empresa absorvente adquire os direitos e responsabilidades da adquirida, através de operações de compra de acções por formas tradicionais ou de ofertas públicas de aquisição (OPA).

As fusões e aquisições justificam-se por múltiplas e diversas razões, nomeadamente: diversificar a actividade; proceder a aplicações financeiras; obter economias de escala; eliminar ineficiências técnico-gestivas; maximizar o aproveitamento de sinergias; aproveitar benefícios fiscais; e aumentar a quota de mercado. Estas operações devem obedecer a correctas formulações estratégicas, dado o seu impacto e os elevados riscos por se tratarem de operações complexas, envolverem enormes quantidades de dinheiro, poderem concentrar ataques directos da concorrência e, porventura, desencadearem processos internos de liderança e de luta pelo poder.

Para concretirzar um processo de fusão é fundamental que obedeça e se enquadre numa estratégia clara, atempadamente delineada, tendo por base estudos económico-financeiros pormenorizados, com indicações precisas referentes às fontes de financiamento, às alterações estruturais e orgânicas e ao impacto sobre a cultura empresarial.

Alianças estratégicas

Embora se possam considerar as fusões, aquisições, participações recíprocas, associações multilaterais e os acordos-tipo diferentes de alianças, neste ponto é dado relevo particular aos especiais conhecidos por *joint-ventures*.

«São arranjos contratuais entre empresas com experiência técnico-comercial e empresas que não terão tal experiência relativamente ao produto ou serviço, mas que têm conhecimento local e organização comercial capazes de criar e manter negócios nas áreas de mercado» (*in «Joint-ventures in the Kingdom of Saudi Arabia»*, Graham, Trotman, 2ª ed., 1985, citado por Alberto A. Pereira).

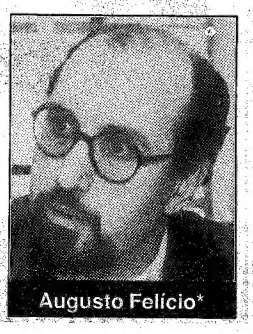
O acordo de *joint-venture* pode assumir um carácter puramente contratual.

Trata de associações de interesses em que duas ou mais empresas, de países diferentes, estabelecem um acordo para a realização de determinado tipo de actividade, sem que se crie uma nova unidade. A *joint-venture* aparece, assim, definida como uma integração de operações entre duas ou mais empresas independentes, em que estão presentes as seguintes características:

- Recíproco controlo do empreendimento pelos membros; contribuição, por cada associado, para a empresa comum; prosseguimento de uma única operação de negócios ou realização de um único projecto; criação de novas capacidades produtivas.

Com as alianças estratégicas pretende-se reagir em comum a ameaças ou aproveitar oportunidades, estabelecendo as empresas acordos, salientando-se o facto de manterem a sua identidade, cultura e estratégias empresariais.

Procuram fazer mais com menos recursos, minimizando os investimentos e os riscos e optimizando os parâmetros, nomeadamente: aceder a diferentes mercados, aproveitar as complementari-



Augusto Felício*

dades de negócio, obter economias de escala, satisfazer necessidades de clientes, acompanhar as estratégias das empresas internacionais e partilhar recursos.

Dir-se-á que as alianças estratégicas se inserem na lógica do mercado global perfilhando o princípio da solidariedade útil.

Especialização para competir

A especialização está na base de orientações estratégicas com vista a enfrentar a concorrência e a suportar o crescimento dos negócios com duas perspectivas destintas: técnico-produtivo e orgânico-comercial.

Com referência à segunda perspectiva de tratamento da especialização aborda-se o *franchising*.

Trata-se de uma expressão ainda pouco conhecida entre nós. Envolve a autorização contratual para utilizar, como base de negócio, uma marca conhecida e com forte imagem comercial.

A empresa tomadora do *franchising* adquire ou fabrica produtos que utilizarão a marca, que passará a comercializar nas condições estabelecidas no contrato, dispondo como factores relevantes, para exercer a actividade, o facto de ter uma adequada estrutura de distribuição dos produtos ou de uma cadeia de pontos de venda.

Corresponde, na prática, à repetição do sucesso empresarial da empresa detentora da marca que cede, numa lógica de reprodução mimética. Desenvolve a ideia de parceria e ligação económica, com vista ao fortalecimento de uma imagem e conquista de novos mercados, com independência jurídica, através do «contrato» de *franchising*.

Dir-se-á, nesta medida, que tudo é «*franchisável*», sendo ao mesmo tempo uma arma de desenvolvimento da economia.

O *franchising* é uma técnica que se apoia num sistema complexo para a sua montagem, requerendo técnicos muito especializados, uma vez que a comercialização de uma marca eventualmente desconhecida no mercado, e mesmo que não o seja, exige grandes cuidados ao nível do *marketing* , informação específica sobre os produtos que suportam a marca e na preparação e formação dos técnicos e demais pessoal.

Trata-se de uma arma para as pequenas e médias empresas, mas há que ter em conta os enormes custos com a distribuição.

*Docente do ISEG, director do CEGE